



BOLETIM OFICIAL de São Francisco do Sul

Edição 448

São Francisco do Sul, 20 de fevereiro de 2017

Assessoria de Comunicação

Boletim Oficial

PORTARIAS

PORTARIA nº 13.783, de 1º de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e considerando a revogação da Lei Municipal nº 224, de 30 de junho de 2003, e suas alterações, e a implantação da Nova Estrutura Administrativa,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR os ocupantes dos cargos de Agentes Políticos e Cargos em Comissão, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017, constante no Anexo Único, desta Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO – Portaria nº 13.783, de 1º de fevereiro de 2017.

Agentes Políticos

Aldair Nascimento Carvalho	Diretor Presidente da FUCISF
Hilton Rodrigo Schetz	Diretor Presidente do SAMAE
Jackson Portella de Lima	Diretor Geral do DEM-TRAN
Marcos Stefano Draczinski	Secretário de Governo
Fernanda Guidi Ourique Cattoni	Secretária Municipal
Julio Elói da Silva	Secretário Municipal
Juliani de Barros	Secretário Municipal
Marcos Jerônimo de Araújo	Secretário Municipal
Gabriel Daniel Conorath	Secretário Municipal
Sérgio Murilo de Carvalho Oliveira	Secretário Municipal
Luiz Arnaldo Martins	Secretário Municipal
Luciano da Silva Oliveira	Secretário Municipal
Líncon Machado Camargo	Secretário Municipal

Cargos em Comissão

Henrique Celestino Bueno Junior
Angelo Pereira Costa
Talita Abreu do Rosário
Claudia Garcia de Oliveira
Maximilian Scharmitzel
Lucas Carvalho Furtado
Marcos Paulo Alves Ciqueira
Nilton Gonçalves de Almeida Filho
Vitor Guilherme Aguiar Barretta
Nicolle Micaela Bosco da Costa
Osorio Luiz de Miranda Garcia
Leonardo Gastaldi
Gilberto de Moura
Telma do Carmo Pacheco
Maria Lúcia Fernandes
Alisson Alberto Machado
Heloiza Fernanda da Costa
Ana Paula Maia Silva
Gilberto Mathies
Fabio Augusto Cunha Vieira
Ivana Mayer
Patrícia Ferreira Barbella
Giulliana Capaldo
Francisco Carlos da Silva
Mariana Cabral de Oliveira
Idenilson Cerilo Mendes Corrêa
Kely Machado
Carlos Tavares
Verônica Alves Viana
Aline Nunes da Silveira
Geovan Leandro Baumgratz

PORTARIA nº 13.783, de 1º de fevereiro de 2017.

Guilherme Neves Pereira

Rogério Lourenço Strege

Marcon Machado

Laura Helena de Oliveira Espindola

Alexandre Kurtz Camargo Santesso

Gilvana Meslin de Oliveira Maia

Camila Cristina Silva

Cecília Terezinha de Oliveira Ricardo

Vanessa Cristina Fonseca

Silvia Maria de Cardoso Castilho

Vanessa Regina de Lara

Diogo Cidral

Wellington Luiz Gonçalves da Silva

Helena Pures Roldão

Sonia Janete Cardoso

Daniel dos Santos

Juliano Geraldo Fock

Leonel Iber

Mario Celso Corrêa

Silvia Regina de Medeiros

Fernando Lopes dos Santos

Wilmar Rodrigues da Silva

Noércio Junior Cardena Nogueira

Fernando Ricardo Bilk

João Carlos de Oliveira

Elizeu Rodrigues

Jakson Willians Rodrigues da Costa

João Paulo Dumk Vieira

Sidnei Aurélio Schneider

Tainan Roberto Galvão

Bruno Vitorio Ferreira

Maria de Fátima Souza Nuremberg

Márcia Regina Pereira Lopes

Sidnei Aurélio Schneider

Tainan Roberto Galvão

Bruno Vitorio Ferreira

Maria de Fátima Souza Nuremberg

Márcia Regina Pereira Lopes

Maira Cristiane Madureira Pires

Fábio Fernandes Pinto

Danielle Haack da Costa

Daisy Cristina Santos

Beatris Dircelha dos Santos

Elis Regina Negrini

Belquis Amorim Meira

Joel Ferreira dos Santos

Orlando de Freitas Ledoux

Vinicius Aniceto Maia da Silva

Ariana Serapião Baptista

Simone Rochadel Machado Sapelli

Paulo Sérgio Bertolazzi

Eunice Lia Brandt

Paula Ferreira Lopes Madeira

Fabio de Oliveira Maia

Manoel José D'Espindola

José Carlos da Silva

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.784, de 1º de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e considerando a revogação da Lei Municipal nº 224, de 30 de junho de 2003, e suas alterações, e a implantação da Nova Estrutura Administrativa,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR os ocupantes de Funções de Chefia e Assistência Subalterna – CAS, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017, constante no Anexo Único, desta Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO – Portaria nº 13.784, de 1º de fevereiro de 2017.

Funções de Chefia e Assistência Subalterna – CAS

Ademar Zaniol

Adilson Batista Junior

Adriana Teixeira Davies

Adriane Lopes da Silva Adriano Eduardo da Silva

Adriano Eduardo da Silva

Alessandra dos Santos Vieira

Aline Maressa Boldt Corrêa

Ana Cecília de Araújo Correa

Andrea Cristine do Rozario

Andrea de Oliveira

Augusta Severino de Freitas

Bruna Brieman

Bruno Borges

Carlos Gilberto Gatto

Caroline Magdalena Correa Krapp

Catia de Paula Soares

Claudio José de Castilho

Daniel Jastale

Dayse Luana Bianchini

Dinorá Ramos Correa de Mira

Dirceu Grassi

Douglascir Kowalski Santos

Edson Cardoso

Elaine Cristina Martins Tavares

Eliane patricia de Oliveira Goulart

Elisandra Del Fabro da Silva

Elisangela Pires Correa de Paula

Emilson Heine

Eronidino Borba

Eunice da Silva França Schetz

Eurides Nunes de Miranda Correa

Fábio da Costa

Fabio Roberto Maia

Fernanda Truppel Schmidt

Flavia Regina Celestino

Franciele Karine Conte

Janaina Hass

Jones Carlos Lopes

José Carlos Mansur Ferreira

Jucelia da Rocha

Julia Maria Cenedesi

Laudemar da Costa

Leandro Vaz Felix

Luiz Henrique Correa Palma

Maria Aparecida C. Anacleto

PORTARIA nº 13.784 de 1º de fevereiro de 2017.

Maria Aparecida Loydi
Maria Cecília Tavares
Maria Cristina Celestino
Maria Cristina de Souza Petronílio
Maria José de Souza Tavares Silva
Maricleia Bernardes de Oliveira
Nelson Fernandes da Silva
Ondir Cardoso Cidral
Patrícia Maria Serapião Queiroz
Rafaela da Silva Nunes Rodrigues
Renata dos Reis
Roberto Tavares Vieira Junior
Rosana Aparecida de Mira Souza
Roseli Gonçalves França da Silva
Samuel Reis
Sandra Regina T. Bernardes
Sandra Stenger Auer
Soraia das Neves Pinheiro
Thiago José Alves Ramos
Tracy da Costa
Vanessa Aparecida de Meira
Viviane Pereira Amaral
Wilson Miranda

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.785, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR HENRIQUE CELESTINO BUENO JÚNIOR, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 053.722.529-36, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Gabinete do Prefeito, nível CGP, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.786, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR MARCOS STEFANO DRACZYNSKI, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 381.853.939-15, para exercer o cargo em comissão de Diretor do Núcleo Avançado de Gestão, nível DNAG, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.787, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR VITOR GUILHERME AGUIAR BARRETTA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 010.602.219-93, para exercer o cargo em comissão de Procurador Geral do Município, nível PGM, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.788, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR JULIO ELOI DA SILVA, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 080.742.409-91, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, do Quadro de Agentes Políticos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.789, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR GABRIEL DANIEL CONORATH, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 050.437.229-75, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Meio Ambiente, do Quadro de Agentes Políticos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.790, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR SÉRGIO MURILO DE CARVALHO OLIVEIRA, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 948.017.209-78, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Agentes Políticos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.791, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR LUIZ ARNALDO MARTINS, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 936.555.339-34, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania, do Quadro de Agentes Políticos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.792, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR LUCIANO DA SILVA OLIVEIRA, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 004.215.119-82, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Integração, do Quadro de Agentes Políticos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.793, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR LINCON MACHADO CAMARGO, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 032.572.739-24, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Saúde, do Quadro de Agentes Políticos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.794, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR MARCOS JERÔNIMO DE ARAÚJO, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 160.661.540-87, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Educação, do Quadro de Agentes Políticos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.795, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR NILTON GONÇALVES DE ALMEIDA FILHO, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 023.274.359-27, para exercer o cargo em comissão de Coordenador Geral do Gabinete do Vice-Prefeito, nível CG, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.796, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR JACKSON PORTELLA DE LIMA, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 034.913.189-98, para exercer o cargo de Diretor Geral do Departamento Municipal de Trânsito - DEMTRAN, do Quadro de Agentes Políticos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.797, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR ALDAIR NASCIMENTO CARVALHO, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 018.640.089-62, para exercer o cargo de Diretor Presidente da Fundação Cultural Ilha de São Francisco - FUCISF, do Quadro de Agentes Políticos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.798, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com os artigos 83, inciso I, e 84, § 1º, todos da Lei Complementar nº 72, de 10 de julho de 2015, e a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR BEATRIS DIRCELHA DOS SANTOS, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 683.874.829-00, para exercer o cargo de Diretora Presidente, da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.799, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR HILTON RODRIGO SCHETZ, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 936.559.409-04, para exercer o cargo de Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, do Quadro de Agentes Políticos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.800, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR ANGELO PEREIRA COSTA, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 633.097.269-91, para exercer o cargo em comissão de Coordenador Geral de Gestão de Convênios, nível CG, do Gabinete do Prefeito, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.801, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR CLAUDIA GARCIA DE OLIVEIRA, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 000.591.469-82, para exercer o cargo em comissão de Coordenadora Geral de Integração Administrativa, nível CG, do Gabinete do Prefeito, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.802, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR TALITA ABREU DO ROSÁRIO, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 041.519.169-62, para exercer o cargo em comissão de Coordenadora do Controle Interno, nível CC01, do Gabinete do Prefeito, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.803, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR MAXIMILIAN SCHARMITZEL, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 060.910.389-07, para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Atos Parlamentares, nível CC01, do Gabinete do Prefeito, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.804, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR LUCAS CARVALHAL FURTADO, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 097.816.309-57, para exercer o cargo em comissão de Assessor Administrativo, nível CC02, do Gabinete do Prefeito, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.805, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR DIEGO SIMA DOS SANTOS, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 041.087.629-16, para exercer o cargo em comissão de Coordenador Geral da Execução Fiscal, nível CG, da Procuradoria Geral do Município, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.806, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR NICOLLE MICAELA BOSCO DA COSTA, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 088.263.379-18, para exercer o cargo em comissão de Assessora Técnica, nível CC-04, da Procuradoria Geral do Município, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.807, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR GILBERTO DE MOURA, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 607.079.339-00, para exercer o cargo em comissão de Assessor Administrativo, nível CC02, do Departamento Municipal de Trânsito - DEMTRAN, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

4

PORTARIA nº 13.828, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de **São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR JULIANI DE BARROS, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob nº 035.602.649-36, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Esportes, nível CC01, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.829, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR ROGÉRIO LOURENÇO STREGE, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 026.441.369-54, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Agricultura, nível CC01, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.830, de 1º de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR MARCON MACHADO, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 026.573.789-35, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Pesca, nível CC01, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.831, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR LAURA HELENA DE OLIVEIRA ESPINDOLA, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 049.767.759-84, para exercer o cargo em comissão de Assessora Executiva, nível CC03, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

RENATO GAMA LOBO

PORTARIA nº 13.840, de 1º de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR WELLINGTON LUIZ GONÇALVES DA SILVA, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 080.435.059-00, para exercer o cargo em comissão de Assessor Executivo, nível CC03, da Secretaria Municipal de Educação, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.841, de 1º de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR HELENA PURES ROLDÃO, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob nº 073.346.169-79, para exercer o cargo em comissão de Assessora Administrativa, nível CC02, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.842, de 1º de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR SONIA JANETE CARDOSO, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 411.831.500-91, para exercer o cargo em comissão de Assessora Administrativa, nível CC02, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.843, de 1º de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências.

RESOLUTION:

Art. 1º - NOMEAR JULIANO GERALDO FOCK, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrita no CPF sob o nº 936.775709-30, para exercer o cargo em comissão de Gerente dos Balneários, nível CC01, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Profoito Municipal

PORTARIA nº 13.852, de 1º de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 610.439.909-68, para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico, nível CC04, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.853, de 1º de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR ELIZEU RODRIGUES, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 889.826.969-20, para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico, nível CC04, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.854, de 1º de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR JAKSON WILLIAN RODRIGUES DE CASTRO, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 034.421.960-78, para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico, nível CC04, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.855, de 1º de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR JOÃO PAULO DUMK VIEIRA, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 079.741.819-90, para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico, nível CC04, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.856, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR SIDNEI AURÉLIO SCHNEIDER, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 751.051.369-34, para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico, nível CC04, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.857, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR TAINAN ROBERTO GALVÃO, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 081.790.549-93, para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico, nível CC04, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.858, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR BRUNO VITORIO FERREIRA, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 058.208.239-07, para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico, nível CC04, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.859, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR MARIA DE FÁTIMA SOUZA NUREMBERG, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 730.085.249-15, para exercer o cargo em comissão de Assessora Executiva, nível CC03, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.860, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR MÁRCIA REGINA PEREIRA LOPES, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 632.628.869-04, para exercer o cargo em comissão de Assessora Executiva, nível CC03, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.861, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR MAIRA CRISTIANE MADUREIRA PIRES, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 020.614.829-10, para exercer o cargo em comissão de Assessora Executiva, nível CC03, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.862, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR FÁBIO FERNANDES PINTO, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 041.661.819-71, para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico, nível CC04, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.863, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR MAYRA DE FREITAS SZPISJAK MENDES, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 021.820.119-27, para exercer o cargo em comissão de Coordenadora de Obras e Serviços de Engenharia, nível CC01, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Integração, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.864, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR MAURÍCIO MIRANDA FLOR, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 019.734.669-37, para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Fiscalização e Posturas, nível CC01, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Integração, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.865, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR DANIELLE HAACK DA COSTA, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 028.029.329-18, para exercer o cargo em comissão de Coordenadora de Projetos de Arquitetura, nível CC01, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Integração, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.866, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR FERNANDA TRUPPEL SCHMIDT, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 066.394.839-80, para exercer o cargo em comissão de Coordenadora de Cadastro Imobiliário, nível CC01, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Integração, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.867, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR ROBSON MÁRCIO DA SILVA VICENTE, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 472.402.889-00, para exercer o cargo em comissão de Assessor Administrativo, nível CC02, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Integração, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.868, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR GILBERTO PINHEIRO, brasileiro residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 379.918.339-68, para exercer o cargo em comissão de Assessor Executivo, nível CC03, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Integração, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.869, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR DAISY CRISTINA SANTOS, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 018.928.479.06, para exercer o cargo em comissão de Assessora Técnica, nível CC04, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Integração, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.870, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências, e em conformidade com os artigos 83, inciso II, e 84, §2º, todos da Lei Complementar nº 72, de 10 de julho de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR ELIS REGINA NEGRINI, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 045.692.879-05, para exercer o cargo em comissão de Diretora Financeira e de Previdência, da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.871, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR BELQUIIS AMORIM MEIRA, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 514.410.559-91, para exercer o cargo em comissão de Gerente, nível CC-02, da Secretaria Municipal de Saúde, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.872, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR JOEL FERREIRA DOS SANTOS, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 199.460.587-15, para exercer o cargo em comissão de Gerente, nível CC02, da Secretaria Municipal de Saúde, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.873, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR ORLANDO DE FREITAS LEDOUX, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 027.328.709-51, para exercer o cargo em comissão de Assessor Administrativo, nível CC02, da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.874, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR VINICIUS ANICETO MAIA DA SILVA, brasileiro residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 068.447.729-71, para exercer o cargo em comissão de Assessor Administrativo, nível CC-02, da Secretaria Municipal de Saúde, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.875, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR ARIANA SERAPIÃO BAPTISTA, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 043.851.409-28, para exercer o cargo em comissão de Assessora Executiva, nível CC-03, da Secretaria Municipal de Saúde, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.876, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR SIMONE ROCHADEL MACHADO SAPELLI, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 719.802.299-53, para exercer o cargo em comissão de Assessora Executiva, nível CC-03, da Secretaria Municipal da Saúde, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.877, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR PAULO SÉRGIO BERTOLAZZI, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 094.440.118-01, para exercer o cargo em comissão de Assessor Executivo, nível CC03, da Secretaria Municipal da Saúde, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.878, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR EUNICE LIA BRANDT, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 580.875.321-04, para exercer o cargo em comissão de Assessora Executiva, nível CC03, da Secretaria Municipal da Saúde, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.879, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR PAULA FERREIRA LOPES MADEIRA, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 037.478.699-20, para exercer o cargo em comissão de Assessora Executiva, nível CC03, da Secretaria Municipal da Saúde, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.880, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR FÁBIO DE OLIVEIRA MAIA, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 608.230.707-00, para exercer o cargo em comissão de Assessor Executivo, nível CC03, da Secretaria Municipal da Saúde, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.881, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR MANOEL JOSÉ D'ESPINDULA, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 553.121.879-68, para exercer o cargo em comissão de Assessor Executivo, nível CC03, da Secretaria Municipal da Saúde, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.882, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR JOSÉ CARLOS DA SILVA, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 312.941.039-20, para exercer o cargo em comissão de Assessor Executivo, nível CC03, da Secretaria Municipal da Saúde, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.883, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR OSORIO LUIZ DE MIRANDA GARCIA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 304.451.759-15, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Tecnologia de Informação, nível CG, do Núcleo Avançado de Gestão, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.884, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR LEONARDO GASTALDI, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 421.249.729-87, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Projetos, nível CG, do Núcleo Avançado de Gestão, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.885, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR FERNANDA GUIDI OURIQUE CATTONI, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 040.940.319-95, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Comunicação, nível CG, do Núcleo Avançado de Gestão, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.886, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para comporem a Comissão Julgadora a fim de Analisar e Julgar os documentos referentes ao Processo de Seletivo Emergencial:

I – LIZABEL BALTA ZUMBA – Médica – Secretaria Municipal de Saúde;

II – KAMILLE KAROENE NEGRÃO – Enfermeira – Secretaria Municipal de Saúde;

III – MANOEL JOSÉ D'ESPINDULA – Assessor Executivo - Secretaria Municipal de Saúde;

IV – ANA PAULA DA MAIA SILVA – Assessora Administrativa – Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas;

V – CIBELY KÜHL – Assistente Executivo – Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.887, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o § 3º, do art. 93, da Lei Complementar nº 8/2003 e Processo nº 17467, de 15 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria nº 13.772, de 26 de janeiro de 2017, que concedeu Licença Sem Remuneração para tratar de Assuntos Particulares, pelo período de 2 (dois) anos, ao servidor CIRO DE OLIVEIRA, matrícula nº 621234.0, inscrito no CPF sob o nº 901.845.999-20, ocupante do cargo de Mecânico, nível 03, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 26 de janeiro de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.888, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o art. 78, da Lei Complementar nº 8, de 30 de outubro de 2003, Lei Complementar nº 11, de 16 de março de 2003, e Processo nº 418, de 9 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Auxílio Escolar, para o Curso de Graduação em Direito, no percentual de 50% (cinquenta por cento) das respectivas mensalidades, ao servidor RICARDO ANTONIO ARINS, matrícula nº 10000069611, a partir da data do Processo nº 418, de 9 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.889, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o art. 78, da Lei Complementar nº 8, de 30 de outubro de 2003, Lei Complementar nº 11, de 16 de março de 2003, e Processo nº 187, de 4 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Auxílio Escolar, para o Curso de Pós-Graduação em Enfermagem Obstétrica e Ginecológica, no percentual de 50% (cinquenta por cento) das respectivas mensalidades, à servidora ADRIANE REGINA DE SOUZA, matrícula nº 7869932, a partir da data do Processo nº 187, de 4 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.890, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o art. 78, da Lei Complementar nº 8, de 30 de outubro de 2003, Lei Complementar nº 11, de 16 de março de 2003, e Processo nº 1975, de 27 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Auxílio Escolar, para o Curso de Graduação em Tecnologia em Gestão Pública, no percentual de 50% (cinquenta por cento) das respectivas mensalidades, à servidora MARIA REGINA SANTANA FLOHR, matrícula nº 223310, a partir da data do Processo nº 1975, de 27 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.891, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL** de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o art. 78, da Lei Complementar nº 8, de 30 de outubro de 2003, Lei Complementar nº 11, de 16 de março de 2003, e Processo nº 1953, de 27 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Auxílio Escolar, para o Curso de Graduação em Tecnologia em Gestão Pública, no percentual de 50% (cinquenta por cento) das respectivas mensalidades, à servidora MARIA JOSÉ DE SOUZA TAVARES SILVA, matrícula nº 217689, a partir da data do Processo nº 1953, de 27 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.892, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - RETIFICAR o Tempo Aproveitado (TA) de Autônomo de LIGIA OLIVEIRA BURIJAN, matrícula nº 578720, ocupante do cargo de Assistente Executivo, referente ao período de "01/05/2003 - 31/10/2003", averbado por meio da Portaria nº 13.539, de 15 de dezembro de 2016, que passa a vigorar conforme segue:

Início	Fim	Empre-sa/Órgão	Tempo
01/05/2003	31/10/2003	Autônomo	TC: 0 anos, 6 meses, 0 dias TA: 0 anos, 6 meses, 0 dias

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 15 de dezembro de 2016.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.893, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 93, da Lei Complementar nº 8/2003, e de acordo com o requerido no Processo nº 1.505, de 23 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença para exercer atividade política, pelo período legislativo, ao servidor WILSON LEDOUX BATISTA, matrícula nº 649333.2.0, inscrito no CPF sob o nº 017.144.199-08, ocupante do cargo de Motorista, nível 002, lotado na Intendência do Sai, a partir de 23 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.894, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR JAQUELINE LIBARDO, inscrita no CPF sob o nº 058.370.779-36, aprovada no Concurso Público nº 001/2014, para o cargo de Assistente Executivo, nível 09, com carga horária de 40 horas semanais, do quadro de pessoal permanente do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul - SC, com vencimento fixado em Lei.

Art. 2º - A candidata deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a publicação desta Portaria, exceto se autorizada a ampliação de prazo, conforme o art. 16, §1º, da Lei Complementar nº 8/2003.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 16 de janeiro de 2017.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 13.758, de 20 de janeiro de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.895, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR SANDYANNE PEREIRA DE SANTANA SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 077.908.049-10, aprovada no Concurso Público nº 001/2014, para o cargo de Auxiliar de Biblioteca, nível 03, com carga horária de 40 horas semanais, do quadro de pessoal permanente do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul - SC, com vencimento fixado em Lei.

Art. 2º - A candidata deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a publicação desta Portaria, exceto se autorizada a ampliação de prazo, conforme o art. 16, §1º, da Lei Complementar nº 8/2003.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 12 de janeiro de 2017.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 13.759, de 20 de janeiro de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.896, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e considerando a Portaria nº 13.539, de 15 de dezembro de 2016, que averbou o tempo de contribuição da servidora, e conforme o requerido no Processo nº 506, de 9 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Abono de Permanência à servidora LIGIA OLIVEIRA BURIJAN, matrícula nº 578720, inscrita no CPF sob o nº 951.159.948-87, ocupante do cargo efetivo de Assistente Executivo, atualmente exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Educação, conforme declaração anexa, a partir de 9 de janeiro de 2017.

Art. 2º - O Abono de Permanência cessará quando da concessão do benefício de aposentadoria ao servidor titular de cargo efetivo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 9 de janeiro de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.897, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e considerando a Portaria nº 13.412, de 23 de novembro de 2016, que averbou o tempo de contribuição da servidora, e conforme o requerido no Processo nº 17051, de 7 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Abono de Permanência à servidora ROSA-NA MIRANDA ARAUJO, matrícula nº 623008, inscrita no CPF sob o nº 969.701.979-72, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil, atualmente exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Educação, conforme declaração anexa, a partir de 7 de dezembro de 2016.

Art. 2º - O Abono de Permanência cessará quando da concessão do benefício de aposentadoria ao servidor titular de cargo efetivo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 7 de dezembro de 2016.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.898, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e considerando o requerido no Processo nº 2203, de 31 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, a servidora DERIS TOMASIA ANDRADE DO AMARAL, matrícula nº 480452, inscrita no CPF sob o nº 342.315.019-04, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental II - Ciências, a partir de 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 31 de janeiro de 2017.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.899, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR MARCELO FERNANDES COSTA, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 720.398.099-53, para exercer o cargo em comissão de Assessor Executivo, nível CC03, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.900, de 1º de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o art. 24, §2º, da Lei Complementar nº 8/2003, e

Considerando que em cumprimento ao art. 92, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e ao art. 140, do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, o servidor municipal Clemlison Machado, cumpriu o Programa de Reabilitação Profissional do Instituto Nacional do Seguro Social, regime ao qual o Município estava vinculado até a publicação da Lei Complementar nº 72, de 10 de julho de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - READAPTAR o servidor CLEMILSON MACHADO, matrícula nº 7876157-0, inscrito no CPF sob o nº 045.569.109-60, ocupante do cargo de CALCETEIRO, estando apto para cumprir suas funções como GUARDA DE SEGURANÇA, com restrição para atividades que exijam esforço estático ou dinâmico da coluna cervical ou da cintura escapular.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 1º de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.901, de 6 de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR GILMAR BORBA DE SOUZA, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 512.009.379-53, para exercer o cargo em comissão de Assessor Executivo, nível CC03, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 6 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.902, de 6 de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR JOSIANE KEMPER, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 061.980.799-70, para exercer o cargo em comissão de Assessora Administrativa, nível CC02, da Procuradoria Geral do Município, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 6 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.903, de 6 de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e considerando o requerido no Processo nº 17645, de 20 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º - CANCELAR, a pedido, a Licença Sem Remuneração, concedida por meio da Portaria nº 13.202, de 17 de agosto de 2016, à servidora ORDALINA FISCHER, matrícula nº 577.693-0, inscrita no CPF sob o nº 452.711.519-72, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal, a partir de 6 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 6 de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.904, de 6 de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ESTABILIDADE à servidora CARLA LUCIA DOS SANTOS GONÇALVES, inscrita no CPF sob o nº 009.788.999-70, aprovada no Concurso Público nº 001/2012, em virtude da aprovação nas Avaliações de Desempenho do Estágio Probatório, para o cargo de Nutricionista, nível 15, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do quadro permanente do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul – SC, a partir de 4 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 6 de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.905, de 9 de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a Portaria nº 9.613, de 5 de setembro de 2013, para DESIGNAR os servidores GABRIEL DANIEL CONORATH, GEOVAN LEANDRO BAUMGRATZ e MAYRA DE FREITAS SZPISJAK MENDES como membros da Comissão Técnica Tripartite de São Francisco do Sul.

Art. 2º A Comissão instituída pela Portaria nº 9.613, de 5 de setembro de 2013, passa a contar com a seguinte composição:

GABRIEL DANIEL CONORATH – Secretária Municipal de Meio Ambiente;

GEOVAN LEANDRO BAUMGRATZ – Defesa Civil;

MAYRA DE FREITAS SZPISJAK MENDES – SEINFRA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 13.385, de 8 de novembro de 2016.

São Francisco do Sul - SC, 9 de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.907, de 13 de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR IVANIE APARECIDA MUDREK DANTAS, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 969.529.979-20, para exercer o cargo em comissão de Assessora Técnica, nível CC-04, da Secretaria Municipal de Atendimento ao Cidadão, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 13 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 13 de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.908, de 13 de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR SILMARA RAMOS ROCHA, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 901.795.799-91, do cargo em comissão de Coordenadora de Finanças, nível CC01, da Secretaria Municipal de Finanças, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 13 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 13 de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.909, de 13 de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR ELIANE ALBANO, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 862.732.489 -15, do cargo em comissão de Assessora Administrativa, nível CC02, da Secretaria Municipal de Finanças, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 13 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 13 de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.910, de 13 de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR RAFAEL GONÇALVES DE ALMEIDA, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 033.972.909-02, do cargo em comissão de Assessor Técnico, nível CC-04, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 13 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 13 de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.911, de 13 de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR ANTONIO PAULO MACHADO, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 133.927.439-68, do cargo em comissão de Assessor Administrativo, nível CC-02, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Integração, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 13 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 13 de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.912, de 13 de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR MICHELE FONTES FRANÇA, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 039.099.919-98, do cargo em comissão de Assessora Administrativa, nível CC02, da Secretaria Municipal de Comunicação Social, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 13 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 13 de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.913, de 13 de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR FABIO AUGUSTO CUNHA VIEIRA, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 007.395279-67, para exercer o cargo em comissão de Assessor Administrativo, nível CC-02, da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 13 de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.916, de 13 de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR TAINAH KAUANA LARA RIBEIRO, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 105.549.599-17, para exercer o cargo em comissão de Assessora Técnica, nível CC04, da Secretaria Municipal de Saúde, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 6 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 13 de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.917, de 13 de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR ALINE MAMEDO DO ROSÁRIO, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 084.794.809-98, para exercer o cargo em comissão de Assessora Executiva, nível CC03, da Secretaria Municipal de Saúde, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 13 de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.918, de 13 de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR FABIO TORRES ARAUJO, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 829.198.790 -49, para exercer o cargo em comissão de Assessor Administrativo, nível CC02, da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 6 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 13 de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.919, de 13 de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR KAMILLE KAROENE NEGRÃO, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 051.738.249-05, para exercer o cargo em comissão de Gerente, nível CC02, da Secretaria Municipal de Saúde, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 13 de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

PORTARIA nº 13.921, de 13 de fevereiro de 2017.

O **PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR SANDRA CARLA FLORES MACEDO, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 821.480.589-91, para exercer o cargo em comissão de Assessora Executiva, nível CC03, da Secretaria Municipal de Saúde, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 13 de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Anexo—DECRETO Nº 2.557, DE 20 DE JANEIRO DE 2017.

Conta: 417212270000000 - Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep													
Previsto	19.313,79	18.891,99	14.699,76	14.455,08	16.554,44	16.559,80	21.587,77	22.021,43	21.356,22	21.632,81	22.502,15	23.746,76	233.322,00
Conta: 417213300010000 - Transf. Sus - Farmacia Basica													
Previsto	18.416,66	18.416,66	18.416,66	18.416,66	18.416,66	18.416,66	18.416,66	18.416,66	18.416,66	18.416,66	18.416,66	18.416,74	221.000,00
Conta: 417213300030000 - Transf. Sus - P.a.b.													
Previsto	191.422,67	191.422,67	191.422,67	191.422,67	191.422,67	191.422,67	191.422,67	191.422,67	191.422,67	191.422,67	191.422,67	191.422,63	2.297.072,00
Conta: 417213300040000 - Transf. Sus - P.a.e.s.													
Previsto	65.910,00	65.910,00	65.910,00	65.910,00	65.910,00	65.910,00	65.910,00	65.910,00	65.910,00	65.910,00	65.910,00	65.910,00	790.920,00
Conta: 417213300050000 - Transf. Sus - Vigilância Sanitaria													
Previsto	4.510,67	4.510,67	4.510,67	4.510,67	4.510,67	4.510,67	4.510,67	4.510,67	4.510,67	4.510,67	4.510,67	4.510,63	54.128,00
Conta: 417213300060000 - Transf. Sus leed													
Previsto	13.419,75	13.419,75	13.419,75	13.419,75	13.419,75	13.419,75	13.419,75	13.419,75	13.419,75	13.419,75	13.419,75	13.419,75	161.037,00
Conta: 417213300090000 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - Sus - Repasses Fundo a Fundo													
Previsto	7.750,00	7.750,00	7.750,00	7.750,00	7.750,00	7.750,00	7.750,00	7.750,00	7.750,00	7.750,00	7.750,00	7.750,00	93.000,00
Conta: 417213300100000 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - Sus - Repasses Fundo a Fundo													
Previsto	75.265,00	75.265,00	75.265,00	75.265,00	75.265,00	75.265,00	75.265,00	75.265,00	75.265,00	75.265,00	75.265,00	75.265,00	903.180,00
Conta: 417213300110000 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - Sus - Repasses Fundo a Fundo													
Previsto	485.493,42	485.493,42	485.493,42	485.493,42	485.493,42	485.493,42	485.493,42	485.493,42	485.493,42	485.493,42	485.493,42	485.493,38	5.825.921,00
Conta: 417213300150000 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - Sus - Repasses Fundo a Fundo													
Previsto	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,67	6.666,63	80.000,00
Conta: 417213300220000 - Transf. Sus - Saude Bucal													
Previsto	26.750,00	26.750,00	26.750,00	26.750,00	26.750,00	26.750,00	26.750,00	26.750,00	26.750,00	26.750,00	26.750,00	26.750,00	321.000,00
Conta: 417213300250000 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - Sus - Repasses Fundo a Fundo													
Previsto	21.916,67	21.916,67	21.916,67	21.916,67	21.916,67	21.916,67	21.916,67	21.916,67	21.916,67	21.916,67	21.916,67	21.916,63	263.000,00
Conta: 417213400060000 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - Fnas													
Previsto	7.116,08	7.116,08	7.116,08	7.116,08	7.116,08	7.116,08	7.116,08	7.116,08	7.116,08	7.116,08	7.116,08	7.116,12	85.393,00
Conta: 417213400090000 - Transf.rec.fnas-igd Suas													
Previsto	32.481,42	32.481,42	32.481,42	32.481,42	32.481,42	32.481,42	32.481,42	32.481,42	32.481,42	32.481,42	32.481,42	32.481,38	389.777,00
Conta: 417213501000000 - Transferências do salário-educação													
Previsto	162.226,16	296.237,28	170.834,29	170.098,44	166.712,10	166.187,32	166.609,98	171.460,71	169.634,62	171.504,70	169.708,96	170.785,44	2.152.000,00
Conta: 417213502000000 - Transferências diretas do fnde referentes ao pdde													
Previsto	7.635,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.082,42	4.082,42	15.800,00
Conta: 417213503000000 - Transferências diretas do fnde referentes ao pnae													
Previsto	0,00	0,00	39.564,00	39.564,00	39.564,00	39.564,00	39.564,00	39.564,00	99.288,16	48.455,95	48.455,95	48.455,94	482.040,00
Conta: 417213504000000 - Transferências diretas do fnde referentes ao pnate													
Previsto	0,00	0,00	1.090,00	1.090,00	1.090,00	1.090,00	1.090,00	1.090,00	8.637,31	5.523,62	7.599,52	7.599,55	35.900,00
Conta: 417213600000000 - Transferência financeira do ICMS desoneração - Ic n.º 87/96													
Previsto	20.601,00	20.601,00	20.601,00	20.601,00	20.601,00	20.601,00	20.601,00	20.601,00	20.601,00	20.601,00	20.601,00	20.601,00	247.212,00
Conta: 417220101000000 - Cota-parte do ICMS													
Previsto	5.690.693,34	5.052.447,58	5.214.900,04	5.258.953,69	5.086.866,58	5.025.796,52	5.236.625,51	5.123.045,92	5.534.141,02	5.724.743,61	5.891.213,91	6.098.538,28	64.937.966,00
Conta: 417220102000000 - Cota-parte do IPYA													
Previsto	202.351,14	275.178,91	353.380,96	333.206,20	361.689,47	364.366,99	388.478,96	379.408,58	346.013,79	329.548,92	260.555,11	201.090,97	3.795.270,00
Conta: 417220104000000 - Cota-parte do IPI s/ exportação													
Previsto	97.482,09	75.285,74	73.502,64	75.419,87	85.645,28	50.962,86	69.244,41	69.970,84	76.622,21	80.985,67	84.636,38	90.045,01	929.803,00
Conta: 417220113000000 - Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico													
Previsto	10.982,10	0,00	0,00	14.067,15	0,00	0,00	17.081,02	0,00	0,00	84,73	0,00	0,00	42.215,00
Conta: 417223300010000 - Transf. Rec. Estado Saude Fundo a Fundo													
Previsto	91.385,83	91.385,83	91.385,83	91.385,83	91.385,83	91.385,83	91.385,83	91.385,83	91.385,83	91.385,83	91.385,83	91.385,87	1.096.630,00
Conta: 417240100010000 - Transf. Recursos do Fundeb- 90,08% 11.800 / 9,92% 11.900													
Previsto	1.599.970,19	1.455.240,08	1.395.327,32	1.458.330,31	1.502.796,97	1.439.438,70	1.386.266,30	1.427.036,49	1.458.437,69	1.661.732,57	1.685.580,68	1.843.781,90	18.313.939,20
Conta: 417300000010000 - Transferencias de Instituicoes Privadas													
Previsto	31.500,00	31.500,00	31.500,00	31.500,00	31.500,00	31.500,00	31.500,00	31.500,00	31.500,00	31.500,00	31.500,00	31.500,00	378.000,00
Conta: 417619900010000 - Transf. de Conv. Uniao Outras Receitas													
Previsto	0,00	0,00	20.000,00	250.000,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	520.000,00
Conta: 417619900030000 - Transf. de Conv. Uniao Out. Receitas													
Previsto	9.916,67	9.916,67	9.916,67	9.916,67	9.916,67	9.916,67	9.916,67	9.916,67	9.916,67	9.916,67	9.916,67	9.916,63	119.000,00
Conta: 417620100000000 - Transferências de convênios dos estados para o SUS													
Previsto	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	6.000.000,00
Conta: 417620200010100 - Transf. Conv. Estado Destinado a Educa													
Previsto	0,00	0,00	219.609,86	0,00	205.387,75	0,00	205.559,76	205.473,68	205.473,68	205.473,76	205.473,10	205.474,41	1.657.926,00
Conta: 417620200990000 - Outras Transferencias de Convenios Estado Destinandos a Educacao													
Previsto	2.340,83	2.340,83	2.340,83	2.340,83	2.340,83	2.340,83	2.340,83	2.340,83	2.340,83	2.340,83	2.340,83	2.340,87	28.090,00
Conta: 417629900030000 - Outras Tranferencias de Convenios dos Estados - Turismo													
Previsto	58.333,33	58.333,33	58.333,33	58.333,33	58.333,33	58.333,33	58.333,33	58.333,33	58.333,33	58.333,33	58.333,33	58.333,37	700.000,00
Conta: 417629900040000 - Outras Tranferencias de Convenios dos Estados - Agricultura e Pesca													
Previsto	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,67	1.666,63	20.000,00

Anexo—DECRETO Nº 2.557, DE 20 DE JANEIRO DE 2017.

Conta: 417629900990000 - Outras Transferencias de Convenios dos Estados													
Previsto	17.073,83	17.073,83	17.073,83	17.073,83	17.073,83	217.073,83	17.073,83	17.073,83	17.073,83	17.073,83	17.073,83	17.073,87	404.886,00
Conta: 417630100010000 - Transf. Ptsus Município de Araguaí (17630100010000 - 206 e 2007)													
Previsto	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	90.000,00
Conta: 417640000010000 - Transferencia de Instituicoes Privadas													
Previsto	22.916,67	22.916,67	22.916,67	213.491,64	22.916,67	22.916,67	91.937,79	99.606,80	22.916,67	22.916,67	22.916,67	187.800,41	776.170,00
Conta: 419113800000000 - Multas e juros de mora do IPTU													
Previsto	13.851,62	2.440,17	32.904,76	56.905,78	57.357,65	44.101,58	74.764,31	46.036,05	67.614,36	50.944,44	91.201,17	88.841,11	626.963,00
Conta: 419114000010000 - Multas e Juros de Mora de L.s.s.													
Previsto	16.404,34	42.792,86	24.158,84	10.101,82	7.811,07	24.105,32	16.826,30	14.822,31	6.538,18	13.013,80	12.363,59	9.585,56	198.523,99
Conta: 419119901000000 - Multas e juros mora de outros tributos													
Previsto	1.435,84	987,08	1.695,31	3.010,82	3.670,18	3.712,47	3.474,97	4.122,87	3.517,07	3.333,64	4.660,33	6.112,42	39.733,00
Conta: 419131100000000 - Multas e juros de mora - IPTU													
Previsto	142.337,50	196.148,00	181.199,82	149.239,72	243.886,74	152.020,46	138.332,20	208.535,17	123.629,86	100.660,97	124.170,26	91.892,30	1.852.053,00
Conta: 419131300000000 - Multas e juros de mora - ISS													
Previsto	53.502,56	32.668,94	39.310,52	21.161,71	26.786,50	26.226,26	22.236,27	15.392,01	28.897,00	15.691,11	14.607,90	5.978,22	302.459,00
Conta: 419139901000000 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Taxas em Geral pelo Exercício do Poder de Polícia													
Previsto	3.456,13	6.716,22	6.857,83	4.356,49	4.342,09	3.315,06	3.188,16	5.205,30	3.534,48	34.903,30	4.016,32	5.108,62	85.000,00
Conta: 419139902000000 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Taxas em Geral pela Prestação de Serviços													
Previsto	317,16	398,28	111,04	234,75	234,77	80,79	160,68	480,12	155,04	80,79	161,58	0,00	2.415,00
Conta: 419159901000000 - Outras multas e juros de mora dívida ativa de outras receitas - principal													
Previsto	6.023,88	8.587,04	8.053,82	6.274,97	5.049,33	5.543,38	5.218,58	5.419,68	5.405,43	44.826,76	8.624,83	6.972,30	116.000,00
Conta: 419189900000000 - Outras Multas e Juros de Mora													
Previsto	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,63	2.000,00
Conta: 419193510000000 - Multas administrativas por danos ao meio ambiente													
Previsto	15.522,49	1.177,54	0,00	91.027,58	(7.727,61)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Conta: 419195000000000 - Multas por autos de infração													
Previsto	145.629,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.070,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	305.700,00
Conta: 419195000000000 - Multas por autos de infração													
Previsto	145.629,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.070,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	305.700,00
Conta: 419199900000000 - Outras multas													
Previsto	26.645,28	5.270,98	19.378,96	11.449,02	(62.742,96)	0,00	0,00	0,00	0,00	2.537,72	0,00	0,00	2.539,00
Conta: 419219900000000 - Outras indenizações													
Previsto	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
Conta: 419229900000000 - Outras restituições													
Previsto	1.772,76	923,14	11.448,54	1.996,53	3.472,04	2.341,18	2.538,70	6.552,41	1.139,01	1.374,20	14.318,07	40.997,42	88.874,00
Conta: 419311100000000 - Receita da dívida ativa - IPTU													
Previsto	329.365,25	494.446,36	506.585,25	405.814,10	385.158,57	267.069,08	431.402,21	333.318,08	205.759,98	195.696,39	245.986,26	152.029,47	3.952.631,00
Conta: 419311300000000 - Receita da dívida ativa - ISS													
Previsto	69.467,56	32.887,23	40.467,06	27.151,16	32.289,82	29.036,05	26.693,65	21.079,66	23.584,35	22.374,38	20.477,25	14.491,83	360.000,00
Conta: 419319901000000 - Receita da dívida ativa de outros tributos - principal													
Previsto	22.561,93	37.956,28	39.050,91	25.798,39	18.771,54	19.517,87	19.627,97	22.182,68	17.356,83	176.341,00	25.615,79	22.218,81	447.000,00
Conta: 419329901000000 - Receita da dívida ativa não tributária de outras receitas -principal													
Previsto	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	150.000,00
Conta: 419900100020000 - Expediente de Transito													
Previsto	38.927,00	38.927,00	39.927,00	39.927,00	37.927,00	40.353,70	42.192,33	33.878,98	32.287,32	36.442,15	33.878,01	40.575,51	455.243,00
Conta: 419900100050000 - Pro-moradia Majorca													
Previsto	1.904,42	1.904,42	1.904,42	1.904,42	1.904,42	1.904,42	1.904,42	1.904,42	1.904,42	1.904,42	1.904,42	1.904,38	22.853,00
Conta: 419900202000000 - Receita de ônus de sucumbência													
Previsto	25.603,97	51.520,47	24.103,85	21.558,16	14.747,42	29.060,06	18.190,54	15.398,07	27.119,53	41.973,96	26.602,05	9.504,92	305.383,00
Conta: 419909900990000 - Outras Receitas													
Previsto	10.458,34	10.458,34	10.458,34	10.458,34	10.458,34	10.458,34	10.458,34	10.458,34	10.458,34	10.458,34	10.458,34	10.458,26	125.500,00
Conta: 419909901030000 - Receitas da Festilha													
Previsto	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
Conta: 419909901990000 - Outras Receitas													
Previsto	127.250,00	127.250,00	127.250,00	127.250,00	127.250,00	127.250,00	127.250,00	127.250,00	127.250,00	127.250,00	127.250,00	127.250,00	1.527.000,00
Conta: 421149900000000 - Outras operações de crédito internas p/ programas de governo													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.156.375,54	851.770,43	741.854,03	2.750.000,00
Conta: 422190000000000 - Alienação de outros bens móveis													
Previsto	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
Conta: 424210100000000 - Transferências de recursos do SUS													
Previsto	77.083,33	77.083,33	77.083,33	77.083,33	77.083,33	77.083,33	77.083,33	77.083,33	77.083,33	77.083,33	77.083,33	77.083,37	925.000,00
Conta: 424210200000000 - Transferências de recursos destinados a programas de educação													
Previsto	351.666,67	351.666,67	351.666,67	351.666,67	351.666,67	351.666,67	351.666,67	351.666,67	351.666,67	351.666,67	351.666,67	351.666,63	4.220.000,00
Conta: 424710400000000 - Transf. convênios da união destinados a programas do meio ambiente													
Previsto	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	30.000,00
Conta: 424719900010000 - Outras Transferencias de Convenio União													
Previsto	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00

Anexo—DECRETO Nº 2.557, DE 20 DE JANEIRO DE 2017.

Prestação de Contas
Cronograma de Desembolso

Entidade	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO SUL													
Previsto	28.063.053,81	11.526.788,66	13.183.258,42	14.046.732,93	12.303.754,32	11.741.463,76	9.995.049,26	10.569.631,35	10.946.358,38	12.031.966,67	12.159.649,03	16.473.591,61	163.041.298,20
FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E DO ADOLESCENTE - FIA													
Previsto	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	555.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO FRANCISCO DO SUL													
Previsto	5.245.657,20	4.524.581,56	5.147.721,11	3.872.351,77	4.319.009,93	3.870.806,80	4.705.101,37	3.490.163,79	3.963.962,45	4.223.582,55	2.720.508,23	4.009.436,24	50.092.883,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL													
Previsto	101.764,16	17.885,15	65.335,03	5.678,37	46.336,64	137.476,64	86.087,44	93.963,52	321.755,55	101.654,57	262.152,79	80.554,14	1.320.644,00
FUNDACAO CULTURAL ILHA DE S.F.S./FUCISF													
Previsto	209.845,43	224.545,96	234.288,59	522.750,47	237.713,24	277.148,40	287.392,10	225.294,16	380.248,20	229.517,45	317.013,00	400.509,40	3.546.266,40
CAMARA DE VEREADORES SAO FRANCISCO DO SUL													
Previsto	904.622,62	835.559,44	801.056,47	948.550,74	710.389,03	909.319,78	825.042,00	801.602,24	753.941,11	711.418,46	897.431,12	1.401.066,99	10.500.000,00
SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO													
Previsto	231.976,09	242.027,86	535.162,27	247.435,95	245.168,30	253.667,16	311.210,41	249.174,95	253.682,94	239.084,85	299.330,30	528.878,32	3.636.800,00
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SAO FRANCISCO DO SUL - IPRESF													
Previsto	82.669,54	94.960,33	276.372,80	313.970,08	274.854,49	385.321,35	385.052,60	1.587.863,33	1.612.867,14	1.344.897,61	1.445.343,45	8.680.941,84	16.485.114,56
Total Geral													
Previsto	34.885.838,85	17.512.598,96	20.289.444,69	20.003.720,31	18.183.475,95	17.621.453,89	16.641.185,18	17.063.943,34	18.279.065,77	18.928.372,16	18.147.677,92	31.621.229,14	249.178.006,16
Data Emissão: 20/01/2017 Hora de emissão: 17h e 37m													

IPM Sistemas Ltda

OBS: Conforme Decreto nº 2556 de 20/01/2017, que dispõe sobre a suspensão de despesas e limitação de empenhos no âmbito dos Órgãos do Poder Executivo Municipal Fundos e Fundações e da outras providências, fica reduzido no prazo de 180 dias, se houver prorrogação, no mínimo de 15 % o limite de empenho para as despesas de manutenção, com exceção dos empenhos inerentes as ações de manutenção da Saúde e Educação. No Presente Cronograma de desembolso os valores constantes não estão com a redução prevista no referido instrumento.

Renato Gama Lobo
Prefeito Municipal

JÚLIO ELOI DA SILVA
Secretário Municipal de Finanças

Previsto	19.496,42	15.057,15	14.700,53	15.083,98	17.129,07	10.192,56	13.848,87	13.994,16	15.324,44	16.197,14	16.927,28	18.009,00	185.960,60
Total	20.565.666,43	28.086.452,46	19.544.122,39	19.273.252,41	19.143.060,09	20.016.669,06	19.904.058,89	19.975.625,13	20.607.023,38	17.389.168,14	21.087.264,72	23.585.643,06	249.178.006,16
Previsto													
Data Emissão:	20/01/2017												

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

JULIO ELÓI DA ILVA
Secretário Municipal de Finanças

Prestação de Contas
Programação Cotas de Despesa por Órgão e Unidade
Ano LOA: 2017 Entidade: Consolidado
Mês: Todos Tipo: 1- Empenhado

Dotação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
1 - Camara de Vereadores													
Previsto	904.622,62	835.559,44	801.056,47	948.550,74	710.389,03	909.319,78	825.042,00	801.602,24	753.941,11	711.418,46	897.431,12	1.401.066,99	10.500.000,00
1 - Camara de Vereadores													
Previsto	904.622,62	835.559,44	801.056,47	948.550,74	710.389,03	909.319,78	825.042,00	801.602,24	753.941,11	711.418,46	897.431,12	1.401.066,99	10.500.000,00
1001 - Reforma e Ampliação do Prédio da Camara													
Previsto	43.477,62	0,00	0,00	79.774,95	0,00	55.485,10	0,00	0,00	0,00	0,00	121.262,32	0,01	300.000,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	43.477,62	0,00	0,00	79.774,95	0,00	55.485,10	0,00	0,00	0,00	0,00	121.262,32	0,01	300.000,00
1002 - Aquisição de Mobiliario da Camara Predio li Parte													
Previsto	14.492,54	0,00	0,00	26.591,65	0,00	18.495,03	0,00	0,00	0,00	0,00	40.420,77	0,01	100.000,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	14.492,54	0,00	0,00	26.591,65	0,00	18.495,03	0,00	0,00	0,00	0,00	40.420,77	0,01	100.000,00
1003 - Aquisição de Equipamentos													
Previsto	11.594,03	0,00	0,00	21.273,32	0,00	14.796,03	0,00	0,00	0,00	0,00	32.336,62	0,00	80.000,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	11.594,03	0,00	0,00	21.273,32	0,00	14.796,03	0,00	0,00	0,00	0,00	32.336,62	0,00	80.000,00
2001 - Manutenção das Atividades Administrativas do Poder Legislativo													
Previsto	835.058,43	835.559,44	801.056,47	820.910,82	710.389,03	820.543,62	825.042,00	801.602,24	753.941,11	711.418,46	703.411,41	1.401.066,97	10.020.000,00
3319000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	565.000,43	565.000,00	565.000,00	565.000,00	565.000,00	565.000,00	565.000,00	565.000,00	565.000,00	565.000,00	565.000,00	1.134.999,57	7.350.000,00

Anexo—DECRETO Nº 2.557, DE 20 DE JANEIRO DE 2017.

3319100000000000 - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos													
Previsto	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	23.000,00	47.000,00	300.000,00
3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos													
Previsto	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	238.000,00	238.501,44	203.998,47	213.852,82	113.331,03	223.485,62	227.984,00	204.544,24	156.883,11	114.360,46	106.353,41	210.000,00	2.251.294,60
3339100000000000 - Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos													
Previsto	9.058,00	9.058,00	9.058,00	9.058,00	9.058,00	9.058,00	9.058,00	9.058,00	9.058,00	9.058,00	9.058,00	9.067,40	108.705,40
2 - Gabinete do Prefeito													
Previsto	418.530,39	356.370,81	202.422,55	390.160,64	175.594,90	236.709,63	145.379,75	175.524,53	164.199,95	155.054,10	173.573,76	257.228,99	2.850.750,00
1 - Secretaria Executiva do Gabinete													
Previsto	381.361,49	313.648,96	173.188,97	162.180,84	145.201,26	207.263,65	106.826,17	115.984,17	129.704,58	125.501,24	144.020,90	192.117,77	2.197.000,00
2003 - Manutenção da Estrutura do Gabinete do Prefeito													
Previsto	381.361,49	313.648,96	173.188,97	162.180,84	145.201,26	207.263,65	106.826,17	115.984,17	129.704,58	125.501,24	144.020,90	192.117,77	2.197.000,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	145.257,82	166.768,45	125.099,88	158.209,72	146.082,44	139.159,33	105.736,22	107.258,63	124.721,98	122.652,25	138.871,56	182.181,72	1.662.000,00
3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos													
Previsto	79.477,36	0,00	0,00	0,00	18.340,93	41.870,41	953,73	0,00	0,00	0,00	5.455,82	13.901,75	160.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	146.626,31	146.880,51	48.089,09	3.971,12	(19.222,11)	26.233,91	136,22	8.725,54	4.982,60	2.848,99	(306,48)	(3.965,70)	365.000,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
4 - Gerência de Celebração e Supervisão de Convênios													
Previsto	6.150,00	6.150,00	6.216,38	6.150,00	6.150,00	6.150,00	6.150,00	7.691,49	7.829,27	6.150,00	6.150,00	14.062,86	85.000,00
2073 - Manutenção da Gerência de Celebração de Covênios													
Previsto	6.150,00	6.150,00	6.216,38	6.150,00	6.150,00	6.150,00	6.150,00	7.691,49	7.829,27	6.150,00	6.150,00	14.062,86	85.000,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	6.150,00	6.150,00	6.150,00	6.150,00	6.150,00	6.150,00	6.150,00	6.150,00	6.150,00	6.150,00	6.150,00	12.350,00	80.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	66,38	0,00	0,00	0,00	0,00	1.541,49	1.679,27	0,00	0,00	1.712,86	5.000,00
5 - Coordenação de Controle Interno													
Previsto	13.500,00	11.500,00	11.500,00	12.530,97	11.500,00	11.500,00	20.344,15	13.927,43	11.982,18	11.500,00	11.500,00	27.465,27	168.750,00
2074 - Manutenção da Unidade de Controle Interno													
Previsto	13.500,00	11.500,00	11.500,00	12.530,97	11.500,00	11.500,00	20.344,15	13.927,43	11.982,18	11.500,00	11.500,00	27.465,27	168.750,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	11.500,00	11.500,00	11.500,00	11.500,00	11.500,00	11.500,00	11.500,00	11.500,00	11.500,00	11.500,00	11.500,00	23.500,00	150.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	1.030,97	0,00	0,00	8.844,15	2.427,43	482,18	0,00	0,00	3.965,27	16.750,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
7 - Coordenadoria da Cidadania e Direit. do Consumidor													
Previsto	0,00	0,00	0,00	6.980,73	0,00	0,00	0,00	3.000,00	1.116,92	0,00	0,00	(1.097,65)	10.000,00
2038 - Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos Difusos													
Previsto	0,00	0,00	0,00	6.980,73	0,00	0,00	0,00	3.000,00	1.116,92	0,00	0,00	(1.097,65)	10.000,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	6.980,73	0,00	0,00	0,00	0,00	1.116,92	0,00	0,00	(1.097,65)	7.000,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
8 - Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão													
Previsto	13.940,56	14.536,65	11.517,20	15.318,10	12.743,64	11.795,98	12.059,43	33.904,35	13.508,25	11.902,86	11.902,86	24.870,12	188.000,00
2002 - Manutenção da Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão													
Previsto	13.940,56	14.536,65	11.517,20	15.318,10	12.743,64	11.795,98	12.059,43	33.904,35	13.508,25	11.902,86	11.902,86	24.870,12	188.000,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	11.970,43	12.565,37	11.517,20	14.306,18	12.743,64	11.795,98	12.059,43	11.902,86	12.463,06	11.902,86	11.902,86	24.870,13	160.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	1.970,13	1.971,28	0,00	1.011,92	0,00	0,00	0,00	14.001,49	1.045,19	0,00	0,00	(0,01)	20.000,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
9 - Coordenadoria Municipal de Defesa Civil													
Previsto	3.578,34	10.535,20	0,00	187.000,00	0,00	0,00	0,00	1.017,09	58,75	0,00	0,00	(189,38)	202.000,00
2004 - Manutenção da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil													
Previsto	3.578,34	10.535,20	0,00	187.000,00	0,00	0,00	0,00	1.017,09	58,75	0,00	0,00	(189,38)	202.000,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	187.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	187.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	1.595,43	10.535,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58,75	0,00	0,00	(189,38)	12.000,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	1.982,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.017,09	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00

Anexo—DECRETO Nº 2.557, DE 20 DE JANEIRO DE 2017.

3 - Gabinete do Vice Prefeito													
Previsto	47.286,73	47.981,41	39.836,69	42.635,58	30.583,34	35.600,70	25.626,61	26.212,23	30.840,04	32.945,86	30.888,88	90.061,93	480.500,00
1 - Gabinete do Vice Prefeito													
Previsto	47.286,73	47.981,41	39.836,69	42.635,58	30.583,34	35.600,70	25.626,61	26.212,23	30.840,04	32.945,86	30.888,88	90.061,93	480.500,00
2005 - Manutenção da Estrutura do Gabinete do Vice-prefeito													
Previsto	47.286,73	47.981,41	39.836,69	42.635,58	30.583,34	35.600,70	25.626,61	26.212,23	30.840,04	32.945,86	30.888,88	90.061,93	480.500,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	34.366,26	35.053,37	39.836,69	37.984,09	30.583,34	35.600,70	25.626,61	26.212,23	30.840,04	32.945,86	30.888,88	90.061,93	450.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	12.920,47	12.928,04	0,00	4.651,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.500,00
5 - Assessoria Jurídica do Município													
Previsto	210.240,55	202.523,79	204.955,73	254.404,45	190.078,82	201.300,10	165.287,09	170.544,31	174.534,80	118.729,77	201.954,02	202.446,57	2.297.000,00
1 - Assessoria Jurídica do Município													
Previsto	210.240,55	202.523,79	204.955,73	254.404,45	190.078,82	201.300,10	165.287,09	170.544,31	174.534,80	118.729,77	201.954,02	202.446,57	2.297.000,00
2006 - Manutenção da Estrutura da Assessoria Jurídica													
Previsto	210.240,55	202.523,79	204.955,73	254.404,45	190.078,82	201.300,10	165.287,09	170.544,31	174.534,80	118.729,77	201.954,02	202.446,57	2.297.000,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	64.240,47	66.523,34	68.955,73	118.404,45	54.078,82	65.300,10	29.287,09	34.544,31	38.534,80	45.145,82	48.761,95	10.223,12	644.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	136.000,08	136.000,45	136.000,00	136.000,00	136.000,00	136.000,00	136.000,00	136.000,00	136.000,00	73.583,95	153.192,07	192.223,45	1.643.000,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
6 - Secretaria de Governo													
Previsto	22.291,85	20.120,04	20.120,04	21.327,28	16.875,04	45.633,42	11.574,51	11.994,68	283,78	11.779,35	0,00	0,01	182.000,00
1 - Secretaria de Governo													
Previsto	22.291,85	20.120,04	20.120,04	21.327,28	16.875,04	45.633,42	11.574,51	11.994,68	283,78	11.779,35	0,00	0,01	182.000,00
2007 - Manutenção da Estrutura da Secretaria Municipal de Governo													
Previsto	22.291,85	20.120,04	20.120,04	21.327,28	16.875,04	45.633,42	11.574,51	11.994,68	283,78	11.779,35	0,00	0,01	182.000,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	21.801,28	20.120,04	20.120,04	21.327,28	16.875,04	31.407,77	11.574,51	11.994,68	0,00	11.779,35	0,00	0,01	167.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	490,57	0,00	0,00	0,00	0,00	14.225,65	0,00	0,00	283,78	0,00	0,00	0,00	15.000,00
7 - Departamento Municipal de Trânsito													
Previsto	146.424,67	101.396,57	88.030,94	59.062,84	49.715,64	290.240,79	34.665,26	84.165,26	32.967,50	35.723,39	36.684,51	37.266,63	996.344,00
1 - Gerencia Técnica													
Previsto	146.424,67	101.396,57	88.030,94	59.062,84	49.715,64	290.240,79	34.665,26	84.165,26	32.967,50	35.723,39	36.684,51	37.266,63	996.344,00
1004 - Sinalização Horizontal / Vertical													
Previsto	2.201,21	5.010,22	2.300,44	2.100,53	0,00	100.000,00	0,00	3.218,50	169,10	0,00	0,00	0,00	115.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	2.201,21	5.010,22	2.300,44	2.100,53	0,00	100.000,00	0,00	3.218,50	169,10	0,00	0,00	0,00	115.000,00
2008 - Manutenção dos Serviços Viários													
Previsto	58.704,98	61.990,57	39.616,92	38.934,97	23.369,79	76.028,48	19.563,61	53.940,55	22.798,40	20.015,27	18.616,45	27.656,01	461.236,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	32.220,11	20.505,93	20.336,24	21.556,41	23.369,79	20.893,48	19.563,61	23.175,64	21.227,11	20.015,27	18.616,45	40.519,96	282.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	26.484,87	41.484,64	19.280,68	17.378,56	0,00	55.135,00	0,00	30.764,91	1.571,29	0,00	0,00	(12.863,95)	179.236,00
2009 - Manutenção do Convênio de Transito com a Polícia													
Previsto	85.518,48	34.395,78	46.113,58	18.027,34	26.345,85	114.212,31	15.101,65	27.006,21	10.000,00	15.708,12	18.068,06	9.610,62	420.108,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	85.518,48	34.395,78	46.113,58	18.027,34	26.345,85	111.920,43	13.101,65	27.006,21	10.000,00	16.000,00	18.068,06	9.610,62	416.108,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.291,88	2.000,00	0,00	0,00	(291,88)	0,00	0,00	4.000,00
8 - Secretaria Municipal de Administração													
Previsto	877.766,22	900.626,47	835.265,07	1.103.322,49	817.321,88	841.444,58	716.415,59	717.110,70	737.321,28	244.188,77	747.262,72	1.290.367,23	9.828.413,00
1 - Gerencia de Informática													
Previsto	69.000,00	69.000,00	60.000,00	100.000,00	60.000,00	82.774,14	69.000,00	66.000,00	86.258,79	69.000,00	69.000,00	69.967,07	870.000,00
1005 - Manutenção da Gestão de Tecnologia da Informação													
Previsto	69.000,00	69.000,00	60.000,00	100.000,00	60.000,00	82.774,14	69.000,00	66.000,00	86.258,79	69.000,00	69.000,00	69.967,07	870.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	69.000,00	69.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	82.774,14	69.000,00	66.000,00	86.258,79	69.000,00	69.000,00	69.967,07	830.000,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
2 - Gerencia de Administração e Suprimentos													
Previsto	808.766,22	831.626,47	775.265,07	1.003.322,49	757.321,88	758.670,44	647.415,59	651.110,70	651.062,49	175.188,77	678.262,72	1.220.400,16	8.958.413,00
1006 - Manutenção e Atualização da Frota Municipal													
Previsto	16.250,00	16.250,00	16.250,00	16.250,00	16.250,00	16.250,00	16.250,00	16.250,00	16.250,00	16.250,00	16.250,00	16.250,00	195.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	16.250,00	16.250,00	16.250,00	16.250,00	16.250,00	16.250,00	16.250,00	16.250,00	16.250,00	16.250,00	16.250,00	16.250,00	195.000,00
1007 - Construção e Reforma de Prédios Públicos													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151.213,00	0,00	0,00	151.213,00

Anexo—DECRETO Nº 2.557, DE 20 DE JANEIRO DE 2017.

3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151.213,00	0,00	0,00 151.213,00
2010 - Manutenção da Atividades Administrativas da Secretaria de Administração													
Previsto	792.516,22	815.376,47	759.015,07	987.072,49	741.071,88	742.420,44	631.165,59	634.860,70	634.812,49	7.725,77	662.012,72	1.204.150,16	8.612.200,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	42.791,52	687.664,98	644.491,73	685.774,33	663.896,29	705.924,08	629.295,04	624.347,04	628.151,74	6.215,54	612.989,10	1.273.458,61	7.205.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	734.400,41	127.711,49	114.115,91	298.084,87	76.120,61	36.496,36	1.870,55	10.513,66	6.660,75	1.510,23	49.023,62	(69.308,46)	1.387.200,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	15.324,29	0,00	407,43	3.213,29	1.054,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	20.000,00
9 - Secretaria Municipal de Finanças													
Previsto	1.076.729,97	1.692.493,42	914.514,03	965.863,47	861.085,76	755.005,99	613.606,11	603.723,02	574.116,19	416.697,56	1.083.857,19	586.887,29	10.144.580,00
1 - Gerencia de Tributação e Fiscalização													
Previsto	228.613,26	73.843,19	47.464,23	87.821,10	43.192,15	62.941,10	68.571,54	81.759,31	67.981,77	170.044,08	197.673,76	192.774,51	1.322.680,00
2012 - Manutenção da Gerência de Tributação e Fiscalização													
Previsto	228.613,26	73.843,19	47.464,23	87.821,10	43.192,15	62.941,10	68.571,54	81.759,31	67.981,77	170.044,08	197.673,76	192.774,51	1.322.680,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	80.357,79	43.937,73	46.563,09	58.342,11	43.192,15	62.941,10	40.580,22	51.954,64	63.890,22	145.196,12	130.265,58	222.779,25	990.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	130.075,47	29.905,46	901,14	29.478,99	0,00	0,00	27.991,32	12.636,42	4.091,55	24.847,96	64.576,43	(30.004,74)	294.500,00
3339300000000000 - Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe													
Previsto	18.180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.180,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.168,25	0,00	0,00	2.831,75	0,00	20.000,00
2 - Gerência Financeira													
Previsto	588.373,34	619.298,40	664.798,67	596.382,90	548.932,91	509.587,77	279.039,97	309.543,53	243.846,14	269.912,33	786.681,00	277.603,04	5.694.000,00
1 - Amortização da Dívida Pública													
Previsto	588.373,34	619.298,40	664.798,67	596.382,90	548.932,91	499.366,35	279.039,97	305.543,53	243.846,14	269.912,33	286.681,00	279.824,46	5.182.000,00
3329000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	267.948,67	272.813,91	80.260,46	264.602,05	249.751,17	257.309,79	65.973,74	71.640,00	160.271,26	92.978,63	73.322,37	75.127,95	1.932.000,00
3469000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	320.424,67	346.484,49	584.538,21	331.780,85	299.181,74	242.056,56	213.066,23	233.903,53	83.574,88	176.933,70	213.358,63	204.696,51	3.250.000,00
2013 - Fumrepom (fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Policia Militar)													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.221,42	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	(2.221,42)	12.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.221,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(2.221,42)	8.000,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
9999 - Reserva de Contingência													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00
3999900000000000 - Reserva de contingência													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00
3 - Gerência de Contabilidade, Orçamento e Controle													
Previsto	259.743,37	999.351,83	202.251,13	281.659,47	268.960,70	182.477,12	265.994,60	212.420,18	262.288,28	(23.258,85)	99.502,43	116.509,74	3.127.900,00
2011 - Manutenção da Estrutura da Secretaria Municipal de Finanças - Gerência Financeira e Gerência de Contabilidade													
Previsto	259.743,37	999.351,83	202.251,13	281.659,47	268.960,70	182.477,12	265.994,60	212.420,18	262.288,28	(23.258,85)	99.502,43	116.509,74	3.127.900,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	120.980,65	270.164,00	117.391,02	153.752,59	121.017,29	138.251,19	121.453,29	111.242,69	122.182,06	73.565,22	0,00	0,00	1.350.000,00
3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos													
Previsto	80.049,89	69.433,70	67.087,75	72.072,44	5.789,66	5.789,66	69.681,34	70.310,25	70.920,46	9.047,66	74.079,27	73.237,92	667.500,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	58.712,83	659.754,13	6.272,36	55.834,44	142.153,75	38.436,27	74.859,97	30.867,24	69.185,76	(105.871,73)	25.423,16	43.271,82	1.098.900,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	11.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.500,00
10 - Secretaria M.de Gestão de Pessoas													
Previsto	8.254.856,88	555.919,01	1.618.088,00	790.215,65	952.462,98	555.019,05	655.944,37	656.269,73	811.228,63	1.567.543,87	1.403.328,26	2.563.628,57	20.384.505,00
2 - Setor de Processos													
Previsto	4.567,40	0,00	288,48	0,00	0,00	5.585,21	0,00	0,00	0,00	(441,09)	0,00	0,00	10.000,00
1010 - Aquisição de Equipamentos													
Previsto	4.567,40	0,00	288,48	0,00	0,00	5.585,21	0,00	0,00	0,00	(441,09)	0,00	0,00	10.000,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	4.567,40	0,00	288,48	0,00	0,00	5.585,21	0,00	0,00	0,00	(441,09)	0,00	0,00	10.000,00
4 - Setor de Benefícios e Remuneração													
Previsto	8.250.289,48	555.919,01	1.617.799,52	790.215,65	952.462,98	549.433,84	655.944,37	656.269,73	811.228,63	1.567.984,96	1.403.328,26	2.563.628,57	20.374.505,00
1009 - Implementação Plano de Previdência Própria dos Servidores													
Previsto	231.000,00	231.000,00	231.000,00	231.000,00	231.000,00	231.000,00	231.000,00	231.000,00	231.000,00	231.000,00	231.000,00	242.780,00	2.783.780,00

Anexo—DECRETO Nº 2.557, DE 20 DE JANEIRO DE 2017.

3339100000000000 - Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos													
Previsto	231.000,00	231.000,00	231.000,00	231.000,00	231.000,00	231.000,00	231.000,00	231.000,00	231.000,00	231.000,00	231.000,00	242.780,00	2.783.780,00
2014 - Manutenção do Programa de Gestão de Pessoas													
Previsto	8.019.289,48	324.919,01	1.386.799,52	559.215,65	721.462,98	318.433,84	424.944,37	425.269,73	580.228,63	1.336.984,96	1.172.328,26	2.320.848,57	17.590.725,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	524.519,85	96.430,36	59.223,40	75.459,75	66.911,26	78.723,32	81.536,07	131.190,92	152.138,35	599.191,35	165.472,86	969.202,51	3.000.000,00
3319100000000000 - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos													
Previsto	378.933,14	98.844,14	899.869,26	(31.405,03)	105.151,34	(251.275,49)	82.766,50	79.111,05	86.239,32	82.525,62	98.981,71	370.258,44	2.000.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	7.115.836,49	129.644,51	427.706,86	515.160,93	549.400,38	490.986,01	260.641,80	214.967,76	341.850,96	655.267,99	907.873,69	981.387,62	12.590.725,00
11 - Secretaria de Desenvol. Econômico Sustentável													
Previsto	29.771,31	27.480,29	48.030,32	52.882,44	35.535,80	27.390,96	25.672,01	23.831,50	25.817,71	44.812,32	33.027,51	80.447,83	454.700,00
1 - Ger. de Apoio e Fomento à Ind, Porto, Prest Servi													
Previsto	29.771,31	27.480,29	48.030,32	52.882,44	30.535,80	27.390,96	25.672,01	18.394,59	25.817,71	31.249,23	33.027,51	80.447,83	430.700,00
1011 - Desenvolvimento Econômico do Município													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	17.000,00
2015 - Manutenção da Estrutura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável													
Previsto	29.771,31	27.480,29	48.030,32	52.882,44	30.535,80	27.390,96	25.672,01	18.394,59	25.817,71	31.249,23	33.027,51	63.447,83	413.700,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	27.841,71	23.808,97	29.273,35	30.594,69	21.975,02	27.390,96	25.672,01	13.394,59	25.590,06	31.249,23	33.027,51	67.181,90	357.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	1.929,60	3.671,32	18.756,97	22.287,75	8.560,78	0,00	0,00	5.000,00	227,65	0,00	0,00	(3.734,07)	56.700,00
2 - Coordenadoria do Cemep													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.436,91	0,00	13.563,09	0,00	0,00	24.000,00
1012 - Reforma e Manutenção do Prédio do Cemep													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
2016 - Manutenção da Educação Profissionalizante													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.436,91	0,00	13.563,09	0,00	0,00	19.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.436,91	0,00	13.563,09	0,00	0,00	19.000,00
12 - Secretaria Municipal de Turismo e Lazer													
Previsto	411.514,02	163.476,41	187.123,19	2.039.579,00	422.719,05	360.941,86	387.651,02	366.212,51	372.428,34	81.680,00	54.398,09	102.876,51	4.950.600,00
1 - Gerencia de Captação de Fomento e Marketing													
Previsto	258.298,94	48.026,32	65.901,18	1.303.266,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.433,87	0,00	1.072,75	1.700.000,00
2018 - Realização de Eventos Artísticos, Culturais, Esportivos e Atividades de Promoção Turística													
Previsto	258.298,94	48.026,32	65.901,18	1.303.266,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.433,87	0,00	1.072,75	1.700.000,00
3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos													
Previsto	0,00	48.026,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.973,68	0,00	0,00	50.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	258.298,94	0,00	65.901,18	1.303.266,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.460,19	0,00	1.072,75	1.650.000,00
2 - Gerencia de Desenvolvimento do Turismo													
Previsto	153.215,08	115.450,09	121.222,01	736.312,06	422.719,05	360.941,86	387.651,02	366.212,51	372.428,34	58.246,13	54.398,09	101.803,76	3.250.600,00
1013 - Construção de Obras para Desenvolvimento Turístico													
Previsto	0,00	9.049,20	0,00	590.950,80	310.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	2.110.000,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	9.049,20	0,00	590.950,80	310.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	2.110.000,00
1014 - Implantação de Projetos de Segmentação do Turismo													
Previsto	0,00	0,00	2.160,00	72.160,00	22.160,00	22.160,00	22.160,00	22.160,00	12.160,00	2.610,00	2.160,00	1.710,00	181.600,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	2.160,00	72.160,00	22.160,00	22.160,00	22.160,00	22.160,00	12.160,00	2.610,00	2.160,00	1.710,00	181.600,00
2017 - Manutenção da Estrutura da Secretaria Municipal de Turismo													
Previsto	153.215,08	106.400,89	119.062,01	73.201,26	90.559,05	38.781,86	65.491,02	44.052,51	60.268,34	55.636,13	52.238,09	100.093,76	959.000,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	49.846,14	49.122,33	52.043,24	57.881,28	70.635,36	38.096,63	57.969,81	40.618,76	56.440,13	55.386,95	57.313,18	114.646,19	700.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	103.368,94	56.976,92	67.018,77	5.621,62	19.923,69	685,23	7.521,21	3.433,75	3.828,21	249,18	(5.075,09)	(14.552,43)	249.000,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	301,64	0,00	9.698,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
13 - Secretaria Municipal da Agricultura e Pesca													
Previsto	292.484,18	142.386,27	149.830,98	220.744,15	164.182,38	210.604,34	117.151,85	109.304,73	98.908,69	269.595,30	92.258,39	157.348,74	2.024.800,00
1 - Gerencia de Agricultura													
Previsto	71.988,22	21.739,77	29.912,61	60.743,92	6.000,00	31.619,70	24.062,15	6.000,00	7.336,48	156.000,00	9.435,99	3.961,16	428.800,00

Anexo—DECRETO Nº 2.557, DE 20 DE JANEIRO DE 2017.

2019 - Manutenção das Atividades Operacionais da Gerência de Agricultura													
Previsto	46.207,83	21.739,77	23.912,61	54.743,92	0,00	23.936,57	18.062,15	0,00	0,00	0,00	3.435,99	(2.038,84)	190.000,00
333500000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos													
Previsto	0,00	0,00	0,00	36.697,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.302,75	40.000,00
333900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	46.207,83	21.739,77	23.912,61	18.046,67	0,00	23.936,57	18.062,15	0,00	0,00	0,00	3.435,99	(5.341,59)	150.000,00
2020 - Manutenção das Atividades Operacionais da Gerência de Pesca													
Previsto	25.780,39	0,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	7.683,13	6.000,00	6.000,00	7.336,48	156.000,00	6.000,00	6.000,00	238.800,00
333500000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos													
Previsto	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	60.000,00
333900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	25.780,39	0,00	0,00	0,00	0,00	1.683,13	0,00	0,00	1.336,48	150.000,00	0,00	0,00	178.800,00
3 - Gerencia de Administracao Regional													
Previsto	220.495,96	120.646,50	119.918,37	160.000,23	158.182,38	178.984,64	93.089,70	103.304,73	91.572,21	113.595,30	82.822,40	153.387,58	1.596.000,00
1016 - Obras de Construção e Reforma - Secretaria de Agricultura e Pesca													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
344900000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
2021 - Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Agricultura e Pesca													
Previsto	220.495,96	120.646,50	119.918,37	160.000,23	158.182,38	178.984,64	93.089,70	73.304,73	91.572,21	113.595,30	82.822,40	153.387,58	1.566.000,00
331900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	115.495,35	107.992,34	105.983,63	152.668,44	88.622,01	99.847,90	79.640,66	63.867,93	86.193,17	103.478,59	72.822,40	143.387,58	1.220.000,00
333900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	105.000,61	12.654,16	13.934,74	7.331,79	69.560,37	79.136,74	13.449,04	9.436,80	5.379,04	5.116,71	10.000,00	10.000,00	341.000,00
344900000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
14 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura													
Previsto	5.073.440,55	4.273.894,51	5.511.548,39	5.200.580,55	4.898.048,14	4.886.802,63	3.819.237,96	4.652.909,13	4.800.221,53	4.461.820,60	6.031.911,28	8.815.313,93	62.425.729,20
1 - Gerencia de Ensino													
Previsto	5.073.440,55	4.238.894,51	5.476.548,39	5.165.580,55	4.863.048,14	4.851.802,63	3.784.237,96	4.585.516,14	4.765.221,53	4.426.820,60	5.968.888,27	8.778.793,93	61.978.793,20
1017 - Construção, Ampliação e Reforma de Escolas													
Previsto	216.391,11	342.505,24	407.582,79	400.002,20	401.469,84	151.679,44	400.030,39	551.521,19	472.329,85	323.866,12	45.763,84	40.607,99	3.753.750,00
333900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	216.391,11	89.382,55	2.856,95	2,20	1.469,84	39.028,45	30,39	10.114,47	15.079,38	1.772,84	45.763,84	40.607,98	462.500,00
344900000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	253.122,69	404.725,84	400.000,00	400.000,00	112.650,99	400.000,00	541.406,72	457.250,47	322.093,28	0,00	0,01	3.291.250,00
1018 - Construção, Ampliação, Reforma e Manutenção de Centros Municipais de Educação Infantil													
Previsto	183.325,71	0,00	1.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	179.174,29	0,00	0,00	0,00	0,00	1.962.500,00
333900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	162.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	162.500,00
344900000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	20.825,71	0,00	1.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	179.174,29	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800.000,00
2022 - Manutenção das Atividade das Sec. Educação com Ensino Fundamental													
Previsto	2.375.400,96	1.946.109,87	1.340.498,85	1.922.755,57	1.487.441,51	1.051.457,17	1.011.842,28	1.140.165,76	2.159.191,74	1.703.653,79	3.370.131,36	5.288.023,16	24.796.672,02
331900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	1.451.246,95	1.248.356,04	1.246.354,80	1.288.055,53	1.464.243,63	869.127,72	888.030,58	1.268.305,31	1.936.094,32	1.552.090,96	3.016.394,84	5.244.062,84	21.472.363,52
331910000000000 - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos													
Previsto	90.051,55	274.396,03	85.261,60	634.696,03	22.991,48	58.696,25	107.094,91	(210.400,61)	70.847,32	114.599,50	173.115,44	(21.349,50)	1.400.000,00
333900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	834.102,46	422.230,47	7.176,37	4,01	206,40	123.633,20	16.716,79	40.126,06	80.083,50	36.963,33	180.621,08	65.309,83	1.807.173,50
344900000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	1.127,33	1.706,08	0,00	0,00	0,00	0,00	42.135,00	72.166,60	0,00	0,00	(0,01)	117.135,00
2023 - Distribuição de Uniformes Escolares Aos Alunos													
Previsto	0,00	0,00	0,00	100.024,89	0,00	0,00	83.928,51	16.047,66	(1,05)	0,00	0,00	(0,01)	200.000,00
333900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	100.024,89	0,00	0,00	83.928,51	16.047,66	(1,05)	0,00	0,00	(0,01)	200.000,00
2024 - Aquisição e Distribuição de Merenda Escolar													
Previsto	0,00	150.000,00	567.975,00	567.975,00	590.350,00	590.550,00	590.350,00	628.276,38	590.350,00	666.606,97	588.831,65	424.601,00	5.955.866,00
333900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	150.000,00	567.975,00	567.975,00	590.350,00	590.550,00	590.350,00	628.276,38	590.350,00	666.606,97	588.831,65	424.601,00	5.955.866,00
2025 - Manutenção e Atualização da Frota de Veículos da Sec. de Educação													
Previsto	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	13.360,00	112.360,00
333900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	13.360,00	112.360,00
2026 - Transporte Escolar do Ensino Fundamental													
Previsto	0,00	51.000,00	262.000,00	262.000,00	286.800,00	262.000,00	262.000,00	262.000,00	134.200,00	262.000,00	358.120,00	195.705,50	2.597.825,50

Anexo—DECRETO Nº 2.557, DE 20 DE JANEIRO DE 2017.

2027 - Transporte Escolar do Ensino Infantil													
Previsto	476.639,07	0,00	0,00	1.038,96	5.815,86	6.462,06	7.108,27	19.902,28	7.434,48	6.138,96	15.832,05	(80.618,99)	465.753,00
333900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	476.639,07	0,00	0,00	1.038,96	5.815,86	6.462,06	7.108,27	19.902,28	7.434,48	6.138,96	15.832,05	(80.618,99)	465.753,00
2028 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil													
Previsto	1.812.683,70	1.740.279,40	1.170.491,75	1.783.783,93	1.963.170,93	2.655.053,96	1.305.978,51	1.675.428,58	1.288.716,51	1.341.554,76	1.475.434,37	2.786.219,28	20.998.795,68
331900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	1.408.252,38	1.354.038,31	1.045.394,02	1.095.011,40	1.388.910,73	2.326.596,06	1.250.401,94	1.545.246,75	1.109.172,88	1.129.207,33	1.143.043,61	2.658.300,27	17.453.575,68
331910000000000 - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos													
Previsto	187.841,28	66.689,29	0,00	407.348,65	352.605,49	95.007,09	(29.822,62)	(84.846,36)	168.341,96	180.149,43	172.509,47	84.176,32	1.600.000,00
333900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	216.590,04	319.551,80	125.097,73	281.423,88	221.654,71	233.450,81	85.399,19	215.028,19	11.201,67	32.198,00	159.881,29	43.742,69	1.945.220,00
2029 - Manutenção da Educação de Jovens e Adultos													
Previsto	0,00	0,00	104.000,00	104.000,00	104.000,00	110.600,00	104.000,00	104.000,00	104.000,00	114.000,00	105.775,00	110.896,00	1.065.271,00
333900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	104.000,00	104.000,00	104.000,00	110.600,00	104.000,00	104.000,00	104.000,00	114.000,00	105.775,00	110.896,00	1.065.271,00
2030 - Manutenção da Educação Especial													
Previsto	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
333900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
344900000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
2 - Gerência de Administração e Controle													
Previsto	0,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	67.392,99	35.000,00	35.000,00	63.023,01	36.520,00	446.936,00
2031 - Auxílio ao Ensino Superior													
Previsto	0,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	36.520,00	386.520,00
333500000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos													
Previsto	0,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	36.520,00	386.520,00
2032 - Manutenção das Atividades Administrativas Culturais													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.392,99	0,00	0,00	28.023,01	0,00	60.416,00
333900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.392,99	0,00	0,00	28.023,01	0,00	60.416,00
15 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos													
Previsto	9.250.766,43	1.072.238,60	1.419.697,48	1.112.291,60	1.619.714,91	1.488.576,52	1.552.233,10	1.897.110,13	2.061.495,07	3.479.430,17	1.263.119,89	834.703,10	27.051.377,00
1 - Gerencia de Obras													
Previsto	358.000,00	395.671,17	473.000,00	485.000,00	995.000,00	915.000,00	898.322,00	1.124.122,42	920.024,21	1.008.182,20	379.000,00	373.000,00	8.324.322,00
1020 - Aquisição de Tubos													
Previsto	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	150.000,00
333900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	150.000,00
1021 - Obra de Infraestrutura de Drenagem													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
344900000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
1023 - Pavimentação, Revitalização, Drenagem, Pontes e Pontilhões													
Previsto	0,00	37.671,17	100.000,00	0,00	580.000,00	500.000,00	483.322,00	659.122,42	505.024,21	493.182,20	0,00	0,00	3.358.322,00
333900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	926,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99.074,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
344900000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	36.745,17	0,00	0,00	580.000,00	500.000,00	483.322,00	560.048,42	505.024,21	493.182,20	0,00	0,00	3.158.322,00
1026 - Revitalização dos Cemitérios Municipais													
Previsto	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
333900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
1027 - Revitalização de Áreas e Praças Públicas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
333900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
2035 - Extensão e Manutenção de Rede de Energia Elétrica													
Previsto	358.000,00	358.000,00	358.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	364.000,00	358.000,00	4.596.000,00
333900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	358.000,00	358.000,00	358.000,00	358.000,00	358.000,00	358.000,00	358.000,00	358.000,00	358.000,00	358.000,00	358.000,00	358.000,00	4.296.000,00
344900000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	6.000,00	0,00	300.000,00

Anexo—DECRETO Nº 2.557, DE 20 DE JANEIRO DE 2017.

2 - Gerência de Serviços Públicos													
Previsto	7.272.091,55	321.169,03	311.129,68	264.660,16	343.906,99	225.380,55	229.966,89	247.460,93	824.487,99	2.152.235,97	675.399,87	85.165,39	12.953.055,00
1024 - Ensaibramento de Vias Públicas													
Previsto	57.866,00	10.565,86	0,00	13.534,19	100.000,00	0,00	16.433,52	0,00	0,00	81,43	0,00	0,00	198.481,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	57.866,00	10.565,86	0,00	13.534,19	100.000,00	0,00	16.433,52	0,00	0,00	81,43	0,00	0,00	198.481,00
1029 - Serviço de Transporte Coletivo													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
2034 - Manutenção dos Serviços de Capinação, Varrição, Coleta e Transporte de Lixo													
Previsto	7.136.225,55	232.603,17	233.129,68	173.125,97	165.906,99	147.380,55	135.533,37	138.460,93	746.487,99	2.073.154,54	596.399,87	6.165,39	11.784.574,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	7.136.225,55	232.603,17	233.129,68	173.125,97	165.906,99	147.380,55	135.533,37	138.460,93	746.487,99	2.073.154,54	596.399,87	6.165,39	11.784.574,00
2036 - Serviço de Transporte Hidroviário													
Previsto	78.000,00	78.000,00	78.000,00	78.000,00	78.000,00	78.000,00	78.000,00	79.000,00	78.000,00	79.000,00	79.000,00	79.000,00	940.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	78.000,00	78.000,00	78.000,00	78.000,00	78.000,00	78.000,00	78.000,00	79.000,00	78.000,00	79.000,00	79.000,00	79.000,00	940.000,00
3 - Gerencia Administração Regional													
Previsto	1.620.674,88	355.398,40	635.567,80	362.631,44	280.807,92	348.195,97	423.944,21	525.526,78	316.982,87	319.012,00	208.720,02	376.537,71	5.774.000,00
2033 - Manutenção da Frota Municipal													
Previsto	1.049.301,91	0,00	62.504,14	117.689,92	34.429,17	122.702,31	0,00	115.725,03	52.635,08	36.931,60	3.375,83	(51.294,99)	1.544.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	1.049.301,91	0,00	62.504,14	117.689,92	34.429,17	122.702,31	0,00	115.725,03	52.635,08	36.931,60	3.375,83	(51.294,99)	1.544.000,00
2075 - Manutenção das Atividades da Sec. de Obras com Serviços Públicos													
Previsto	571.372,97	355.398,40	573.063,66	244.941,52	246.378,75	225.493,66	423.944,21	409.801,75	264.347,79	282.080,40	205.344,19	427.832,70	4.230.000,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	237.060,83	219.664,31	234.771,40	237.268,89	222.159,32	225.493,66	221.741,90	380.098,80	241.683,02	218.250,05	203.862,49	417.945,33	3.060.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	334.312,14	135.734,09	338.292,26	7.672,63	24.219,43	0,00	202.202,31	29.702,95	22.664,77	63.830,35	1.481,70	9.887,37	1.170.000,00
16 - Secretaria Mun. de Desenvol. Social e Cidadania													
Previsto	455.528,02	569.581,19	359.563,98	424.105,00	339.732,68	365.524,14	348.236,61	326.279,45	341.517,22	338.001,39	330.887,79	549.042,53	4.748.000,00
1 - Gerencia de Assistência Social													
Previsto	455.528,02	569.581,19	359.563,98	424.105,00	339.732,68	365.524,14	348.236,61	326.279,45	341.517,22	338.001,39	330.887,79	549.042,53	4.748.000,00
1030 - Construção e Reforma de Prédios Públicos													
Previsto	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
2037 - Manutenção das Atividades de Desenvolvimento Social e da Cidadania(sdsc)													
Previsto	455.528,02	569.581,19	359.563,98	394.105,00	339.732,68	365.524,14	348.236,61	326.279,45	341.517,22	338.001,39	330.887,79	549.042,53	4.718.000,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	343.713,46	288.613,06	280.618,82	289.994,45	264.423,58	275.465,15	274.226,28	254.539,43	270.474,06	268.001,39	252.887,79	549.042,53	3.612.000,00
3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos													
Previsto	0,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	0,00	700.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	111.814,56	210.968,13	8.945,16	34.110,55	5.309,10	58,99	4.010,33	1.740,02	1.043,16	0,00	8.000,00	0,00	386.000,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
18 - Secretaria Mun de Infraestrut. Urbanismo e Integra													
Previsto	311.423,55	236.107,26	306.866,99	218.827,58	348.251,18	227.001,01	163.733,88	168.263,54	173.084,63	147.009,36	159.325,50	304.105,52	2.764.000,00
1 - Gerencia de Infraestrutura													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
1032 - Placas de Logradouros e Trânsito													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
2 - Gerência Planejamento e Projetos													
Previsto	0,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
1031 - Estudos e Elaboração de Projetos													
Previsto	0,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
3 - Gerência de Fiscalização													
Previsto	101.192,32	33.899,76	89.790,72	15.306,46	69.022,71	21.142,36	11.766,58	695,47	0,00	7.183,61	0,00	0,01	350.000,00

Anexo—DECRETO Nº 2.557, DE 20 DE JANEIRO DE 2017.

2040 - Manutenção do Convênio Co o Corpo de Bombeiros Militar													
Previsto	101.192,32	33.899,76	89.790,72	15.306,46	69.022,71	21.142,36	11.766,58	695,47	0,00	7.183,61	0,00	0,01	350.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	101.192,32	33.899,76	78.250,78	15.306,46	921,03	18.065,04	1.669,13	695,47	0,00	0,00	0,00	0,01	250.000,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	11.539,94	0,00	68.101,68	3.077,32	10.097,45	0,00	0,00	7.183,61	0,00	0,00	100.000,00
4 - Gerência de Urbanismo													
Previsto	210.231,23	202.207,50	217.076,27	153.521,12	204.228,47	155.858,65	151.967,30	167.568,07	173.084,63	139.825,75	159.325,50	304.105,51	2.239.000,00
2039 - Manutenção das Atividades Administrativas da Sec. de Infraestrutura, Urbanismo e Integração													
Previsto	210.231,23	202.207,50	217.076,27	153.521,12	204.228,47	155.858,65	151.967,30	167.568,07	173.084,63	139.825,75	159.325,50	304.105,51	2.239.000,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	154.749,20	160.667,50	157.722,86	152.075,69	154.001,97	155.858,65	151.967,30	116.810,19	149.443,73	139.825,75	152.771,65	304.105,51	1.950.000,00
3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos													
Previsto	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	55.482,03	41.540,00	29.353,41	445,43	50.226,50	0,00	0,00	50.757,88	23.640,90	0,00	6.553,85	0,00	258.000,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
19 - Secretaria Municipal dos Balneários													
Previsto	470.111,08	219.902,45	452.756,25	509.781,60	505.148,38	237.861,32	155.253,59	133.289,44	145.838,46	155.020,01	166.843,57	254.193,85	3.406.000,00
1 - Gerência de Serviços Administrativos e Financeiro													
Previsto	470.111,08	219.902,45	452.756,25	509.781,60	505.148,38	237.861,32	155.253,59	133.289,44	145.838,46	155.020,01	166.843,57	254.193,85	3.406.000,00
1034 - Pavimentação, Revitalização, Drenagem e Pontes													
Previsto	0,00	0,00	200.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
1035 - Ensaibramento de Vias Públicas dos Balneários													
Previsto	0,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	26.000,00	26.000,00	16.000,00	16.000,00	20.000,00	16.000,00	200.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	26.000,00	26.000,00	16.000,00	16.000,00	20.000,00	16.000,00	200.000,00
1036 - Reforma e Construção de Praças e Postos de Salva-vidas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
1038 - Serviço de Transporte Coletivo													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
1039 - Atualização da Frota Municipal													
Previsto	75.606,65	0,00	0,98	50.444,68	13.005,95	7.472,33	0,00	3.377,23	92,18	0,00	0,00	0,00	150.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	75.606,65	0,00	0,98	50.444,68	13.005,95	7.472,33	0,00	3.377,23	92,18	0,00	0,00	0,00	150.000,00
2041 - Serviço de Manutenção e Saneamento Básico													
Previsto	0,00	0,00	0,00	45.906,31	54.093,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	45.906,31	54.093,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
2042 - Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Balneários													
Previsto	394.504,43	203.902,45	236.755,27	397.430,61	202.048,74	184.388,99	129.253,59	103.912,21	129.746,28	139.020,01	146.843,57	238.193,85	2.506.000,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	126.595,24	113.902,45	166.755,27	157.919,87	103.876,48	120.139,90	99.253,59	71.596,59	99.410,26	99.020,01	100.877,27	215.653,07	1.475.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	267.909,19	90.000,00	70.000,00	239.510,74	98.172,26	64.249,09	30.000,00	32.315,62	30.336,02	40.000,00	45.966,30	22.540,78	1.031.000,00
20 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente													
Previsto	129.345,77	123.863,41	153.652,10	123.805,09	198.917,53	201.714,84	86.698,10	123.723,14	92.266,85	182.133,98	80.046,47	139.832,72	1.636.000,00
1 - Gerencia de Proteção ao Meio Ambiente													
Previsto	129.345,77	123.863,41	115.815,95	123.805,09	136.915,75	201.673,42	86.638,68	123.661,92	92.266,85	182.133,98	80.046,47	139.832,71	1.536.000,00
1040 - Programa de Proteção ao Meio Ambiente													
Previsto	5.800,00	5.800,00	45.800,00	45.800,00	45.800,00	48.800,00	5.800,00	35.800,00	20.800,00	5.800,00	5.800,00	6.200,00	278.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	5.800,00	5.800,00	45.800,00	45.800,00	45.800,00	48.800,00	5.800,00	5.800,00	5.800,00	5.800,00	5.800,00	6.200,00	233.000,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
2043 - Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria do Meio Ambiente													
Previsto	123.545,77	118.063,41	70.015,95	78.005,09	91.115,75	87.873,42	80.838,68	87.861,92	71.466,85	176.333,98	74.246,47	133.632,71	1.193.000,00

Anexo— DECRETO Nº 2.557, DE 20 DE JANEIRO DE 2017.

331900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	86.578,17	80.870,80	68.373,05	75.110,39	69.686,89	77.873,42	69.072,25	71.942,70	69.506,78	70.880,20	76.119,02	133.986,33	950.000,00
333500000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
333900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	36.967,60	37.192,61	1.642,90	894,70	21.428,86	0,00	1.766,43	5.919,22	1.960,07	105.453,78	(1.872,55)	(353,62)	211.000,00
344900000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
2044 - Manutenção do Parque Morro do Hospício													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00
333900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00
2 - Fundo Municipal de Meio Ambiente													
Previsto	0,00	0,00	37.836,15	0,00	62.001,78	41,42	59,42	61,22	0,00	0,00	0,00	0,01	100.000,00
2045 - Desenvolvimento do Fundo Municipal do Meio Ambiente													
Previsto	0,00	0,00	37.836,15	0,00	62.001,78	41,42	59,42	61,22	0,00	0,00	0,00	0,01	100.000,00
333900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	37.836,15	0,00	12.001,78	41,42	59,42	61,22	0,00	0,00	0,00	0,01	50.000,00
344900000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
21 - Secretaria Municipal de Esportes													
Previsto	399.970,64	581.244,25	324.576,33	184.161,61	139.330,30	168.254,77	143.065,75	39.056,46	32.985,84	58.360,63	89.372,38	(378,96)	2.160.000,00
2 - Departamento de Difusão do Esporte													
Previsto	399.970,64	581.244,25	324.576,33	184.161,61	139.330,30	168.254,77	143.065,75	39.056,46	32.985,84	58.360,63	89.372,38	(378,96)	2.160.000,00
1042 - Obras de Infraestrutura para o Esporte													
Previsto	27.888,60	2.007,79	5.803,48	162,62	289,10	851,85	348,67	1.833,81	2.383,82	3.527,37	5.281,85	(378,96)	50.000,00
333900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	27.888,60	2.007,79	5.803,48	162,62	289,10	851,85	348,67	1.833,81	2.383,82	3.527,37	5.281,85	(378,96)	50.000,00
2046 - Manutenção do Programa Esporte para Todos													
Previsto	372.082,04	579.236,46	318.772,85	183.998,99	139.041,20	167.402,92	142.717,08	37.222,65	30.602,02	54.833,26	84.090,53	0,00	2.110.000,00
331900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	153.600,11	349.236,46	231.952,82	145.097,75	134.716,28	132.205,40	137.500,91	9.821,92	0,00	794,12	5.074,23	0,00	1.300.000,00
333500000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos													
Previsto	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
333900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	217.213,39	230.000,00	86.820,03	2.432,83	4.324,92	34.743,61	5.216,17	27.400,73	30.602,02	52.230,00	79.016,30	0,00	770.000,00
344900000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	1.268,54	0,00	0,00	6.468,41	0,00	453,91	0,00	0,00	0,00	1.809,14	0,00	0,00	10.000,00
22 - Secretaria Municipal de Comunicação Social													
Previsto	21.397,48	88.823,60	84.501,99	187.749,78	75.482,99	75.040,91	75.483,99	29.439,45	75.910,19	75.910,19	65.910,19	90.349,24	946.000,00
1 - Gerência de Edição de Áudio													
Previsto	21.397,48	88.823,60	84.501,99	187.749,78	75.482,99	75.040,91	75.483,99	29.439,45	75.910,19	75.910,19	65.910,19	90.349,24	946.000,00
2047 - Implantação da Comunicação Institucional da Pmsfs													
Previsto	21.397,48	88.823,60	84.501,99	187.749,78	75.482,99	75.040,91	75.483,99	29.439,45	75.910,19	75.910,19	65.910,19	90.349,24	946.000,00
331900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	21.397,48	14.752,98	15.501,99	16.508,12	16.482,99	16.040,91	16.483,99	10.965,55	16.910,19	16.910,19	16.910,19	57.135,42	236.000,00
333900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	69.000,00	69.000,00	170.000,00	59.000,00	59.000,00	59.000,00	14.786,18	59.000,00	59.000,00	49.000,00	33.213,82	700.000,00
344900000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	5.070,62	0,00	1.241,66	0,00	0,00	0,00	3.687,72	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
23 - Secretaria Mun. de Habitação e Assuntos Fundiários													
Previsto	55.699,92	89.925,91	72.012,70	82.388,61	51.912,64	138.430,11	347.655,52	189.471,41	135.240,55	46.359,20	52.221,29	78.682,14	1.340.000,00
1 - Gerência de Habitação													
Previsto	55.699,92	79.925,91	61.012,70	81.388,61	40.912,64	57.430,11	36.655,52	23.471,41	29.240,55	30.359,20	36.221,29	67.682,14	600.000,00
2048 - Manutenção das Atividades da Smhaf													
Previsto	55.699,92	79.925,91	61.012,70	81.388,61	40.912,64	57.430,11	36.655,52	23.471,41	29.240,55	30.359,20	36.221,29	67.682,14	600.000,00
331900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	43.035,70	76.904,20	45.138,16	45.164,41	36.795,28	43.417,47	19.045,57	12.544,62	23.717,94	26.343,68	32.210,83	63.682,14	468.000,00
333900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	12.664,22	3.021,71	15.874,54	36.224,20	4.117,36	14.012,64	14.000,00	9.536,74	5.522,61	4.015,52	4.010,46	4.000,00	127.000,00
344900000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.609,95	1.390,05	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
2 - Gerência de Assuntos Fundiários													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	310.000,00	155.000,00	105.000,00	5.000,00	0,00	0,00	580.000,00
1043 - Implantação de Núcleos Habitacionais													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	310.000,00	155.000,00	105.000,00	5.000,00	0,00	0,00	580.000,00

Anexo— DECRETO Nº 2.557, DE 20 DE JANEIRO DE 2017.

3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	205.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	225.000,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
3459000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00
3 - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social													
Previsto	0,00	10.000,00	11.000,00	1.000,00	11.000,00	76.000,00	1.000,00	11.000,00	1.000,00	11.000,00	16.000,00	11.000,00	160.000,00
2049 - Manutenção do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social													
Previsto	0,00	10.000,00	11.000,00	1.000,00	11.000,00	76.000,00	1.000,00	11.000,00	1.000,00	11.000,00	16.000,00	11.000,00	160.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	10.000,00	11.000,00	1.000,00	11.000,00	11.000,00	1.000,00	11.000,00	1.000,00	11.000,00	16.000,00	11.000,00	95.000,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00
24 - Intendência do Distrito do Saí													
Previsto	107.473,60	60.432,99	189.864,67	62.843,52	411.059,98	392.366,09	404.476,59	65.196,00	65.151,13	109.170,85	62.777,34	39.187,24	1.970.000,00
1 - Secretaria Executiva do Distrito da Saí													
Previsto	107.473,60	60.432,99	189.864,67	62.843,52	411.059,98	392.366,09	404.476,59	65.196,00	65.151,13	109.170,85	62.777,34	39.187,24	1.970.000,00
1044 - Ensaibramento de Ruas													
Previsto	83.955,20	0,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(83.955,20)	110.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	83.955,20	0,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(83.955,20)	110.000,00
1045 - Saneamento Básico													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	69.247,86	0,00	131.657,45	0,00	0,00	0,00	0,00	(905,31)	200.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	69.247,86	0,00	131.657,45	0,00	0,00	0,00	0,00	(905,31)	200.000,00
1046 - Construção de Infraestrutura Públicas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	220.000,00	210.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	220.000,00	210.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00
2050 - Manutenção das Atividades da Intendência do Saí													
Previsto	23.518,40	60.432,99	79.864,67	62.843,52	121.812,12	172.366,09	62.819,14	65.196,00	65.151,13	109.170,85	62.777,34	124.047,75	1.010.000,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	12.679,15	58.327,85	54.072,19	62.843,52	58.626,12	60.366,09	62.819,14	49.721,30	64.973,98	58.745,57	62.777,34	124.047,75	730.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	10.839,25	2.105,14	25.792,48	0,00	63.186,00	112.000,00	0,00	15.474,70	177,15	40.425,28	0,00	0,00	270.000,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
25 - Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul													
Previsto	209.845,43	224.545,96	234.288,59	522.750,47	237.713,24	277.148,40	287.392,10	225.294,16	380.248,20	229.517,45	317.013,00	400.509,40	3.546.266,40
1 - Diretoria Administrativa													
Previsto	199.538,05	196.201,00	202.201,00	217.201,00	207.201,00	201.201,00	209.829,05	200.992,15	266.145,00	196.354,75	200.909,00	364.895,40	2.662.668,40
2052 - Manutenção das Instalações e Atividades da Biblioteca													
Previsto	5.427,05	0,00	6.000,00	21.000,00	11.000,00	5.000,00	7.628,05	4.791,15	6.854,00	153,75	1.708,00	3.730,40	73.292,40
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	5.427,05	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	1.628,05	2.791,15	4.854,00	153,75	0,00	0,00	26.854,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	21.000,00	5.000,00	5.000,00	6.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00	1.708,00	3.730,40	46.438,40
2053 - Manutenção e Aquisição de Acervo do Museu Histórico													
Previsto	6.731,00	8.821,00	8.821,00	8.821,00	8.821,00	8.821,00	14.821,00	8.821,00	36.911,00	8.821,00	9.121,00	11.265,00	140.596,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	6.731,00	8.821,00	8.821,00	8.821,00	8.821,00	8.821,00	8.821,00	8.821,00	8.821,00	8.821,00	9.121,00	11.265,00	106.506,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	28.090,00	0,00	0,00	0,00	34.090,00
2055 - Manutenção das Instalações e Atividades dos Centros Culturais													
Previsto	14.600,00	14.600,00	14.600,00	14.600,00	14.600,00	14.600,00	14.600,00	14.600,00	14.600,00	14.600,00	14.600,00	25.580,00	186.180,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	14.600,00	14.600,00	14.600,00	14.600,00	14.600,00	14.600,00	14.600,00	14.600,00	14.600,00	14.600,00	14.600,00	25.580,00	186.180,00
2057 - Manutenção Administrativa e Fortalecimento da Fucisf													
Previsto	172.780,00	172.780,00	172.780,00	172.780,00	172.780,00	172.780,00	172.780,00	172.780,00	207.780,00	172.780,00	175.480,00	324.320,00	2.262.600,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	137.000,00	137.000,00	137.000,00	137.000,00	137.000,00	137.000,00	137.000,00	137.000,00	137.000,00	137.000,00	137.000,00	273.000,00	1.780.000,00
3319100000000000 - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos													
Previsto	9.230,00	9.230,00	9.230,00	9.230,00	9.230,00	9.230,00	9.230,00	9.230,00	9.230,00	9.230,00	9.230,00	18.470,00	120.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	20.300,00	20.300,00	20.300,00	20.300,00	20.300,00	20.300,00	20.300,00	20.300,00	20.300,00	20.300,00	23.000,00	26.600,00	252.600,00

Anexo—DECRETO Nº 2.557, DE 20 DE JANEIRO DE 2017.

Previsto	20.300,00	20.300,00	20.300,00	20.300,00	20.300,00	20.300,00	20.300,00	20.300,00	20.300,00	20.300,00	23.000,00	26.600,00	252.600,00
3339100000000000 - Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos													
Previsto	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	6.250,00	75.000,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00
2 - Departamento de Cultura													
Previsto	10.307,38	28.344,96	32.087,59	305.549,47	30.512,24	75.947,40	77.563,05	24.302,01	114.103,20	33.162,70	116.104,00	35.614,00	883.598,00
2051 - Manutenção do Programa Criação e Execução de Projetos Culturais													
Previsto	57,38	4.094,96	1.837,59	275.299,47	262,24	45.697,40	47.313,05	52,01	4.473,20	3.912,70	39.000,00	0,00	422.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	57,38	4.094,96	1.837,59	275.299,47	262,24	45.697,40	47.313,05	52,01	4.473,20	3.912,70	39.000,00	0,00	422.000,00
2054 - Exibição de Espetáculo no Cine Teatro													
Previsto	3.000,00	8.000,00	14.000,00	14.000,00	14.000,00	14.000,00	14.000,00	8.000,00	70.180,00	8.000,00	30.854,00	14.124,00	212.158,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	3.000,00	8.000,00	14.000,00	14.000,00	14.000,00	14.000,00	14.000,00	8.000,00	14.000,00	8.000,00	14.000,00	14.124,00	139.124,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.180,00	0,00	16.854,00	0,00	73.034,00
2056 - Manutenção do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural													
Previsto	7.250,00	16.250,00	16.250,00	16.250,00	16.250,00	16.250,00	16.250,00	16.250,00	39.450,00	21.250,00	46.250,00	21.490,00	249.440,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	7.250,00	16.250,00	16.250,00	16.250,00	16.250,00	16.250,00	16.250,00	16.250,00	39.450,00	21.250,00	21.250,00	21.490,00	224.440,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00
26 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto													
Previsto	231.976,09	242.027,86	535.162,27	247.435,95	245.168,30	253.667,16	311.210,41	249.174,95	253.682,94	239.084,85	299.330,30	528.878,92	3.636.800,00
1 - Administração Geral													
Previsto	6.572,33	4.730,00	28.222,04	14.290,82	19.970,06	44.055,92	43.969,22	21.705,34	44.188,82	40.867,49	9.768,35	256.959,61	535.300,00
2058 - Manutenção dos Serviços Administrativos													
Previsto	6.072,33	4.230,00	27.722,04	13.790,82	19.470,06	43.555,92	43.469,22	21.205,34	43.688,82	40.367,49	9.768,35	256.959,61	530.300,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	1.891,47	9.560,82	0,00	8.895,92	8.088,52	16.720,74	15.058,41	24.586,23	3.708,28	248.489,61	337.000,00
3319100000000000 - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos													
Previsto	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	4.230,00	8.470,00	55.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	1.842,33	0,00	16.600,57	0,00	15.240,06	30.430,00	31.150,70	254,60	24.400,41	1.551,26	1.830,07	0,00	123.300,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	15.000,00
2059 - Pagamento do Pasep													
Previsto	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	0,00	5.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	0,00	5.000,00
2 - Operação e Manutenção do Sistema de Água													
Previsto	225.403,76	237.297,86	506.940,23	233.145,13	225.198,24	209.611,24	267.241,19	227.469,61	209.494,12	198.217,36	289.561,95	271.919,31	3.101.500,00
2060 - Manutenção do Sistema de Água													
Previsto	225.403,76	237.297,86	506.940,23	233.145,13	225.198,24	209.611,24	267.241,19	227.469,61	209.494,12	198.217,36	289.561,95	271.919,31	3.101.500,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	172.690,67	161.547,07	195.504,40	190.890,96	182.981,06	167.500,87	225.011,26	185.785,79	169.139,39	156.482,72	148.313,66	244.152,15	2.200.000,00
3319100000000000 - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos													
Previsto	15.276,29	15.259,68	66.520,77	15.944,44	15.972,49	15.865,68	15.985,24	15.439,13	14.110,04	15.489,95	13.960,33	29.175,96	249.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	37.436,80	60.491,11	227.667,20	26.309,73	26.244,69	26.244,69	26.244,69	26.244,69	26.244,69	26.244,69	26.244,69	(28.541,83)	507.075,84
3339100000000000 - Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos													
Previsto	0,00	0,00	17.247,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101.043,27	27.133,03	145.424,16
27 - Fundo Municipal de Saúde													
Previsto	5.245.657,20	4.524.581,56	5.147.721,11	3.872.351,77	4.319.009,93	3.870.806,80	4.705.101,37	3.490.163,79	3.963.962,45	4.223.582,55	2.720.508,23	4.009.436,24	50.092.883,00
1 - Fundo Municipal de Saúde													
Previsto	5.245.657,20	4.524.581,56	5.147.721,11	3.872.351,77	4.319.009,93	3.870.806,80	4.705.101,37	3.490.163,79	3.963.962,45	4.223.582,55	2.720.508,23	4.009.436,24	50.092.883,00
1050 - Melhoria das Unidades de Saúde e Assistência Ambulatorial													
Previsto	185.378,76	894,68	190.134,25	1.115,69	186.648,90	319,67	202.392,75	1.199,74	3.146,35	194.045,82	(1,15)	9.724,54	975.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	378,76	894,68	5.134,25	1.115,69	1.648,90	319,67	17.392,75	1.199,74	3.146,35	9.045,82	(1,15)	9.724,54	50.000,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	185.000,00	0,00	185.000,00	0,00	185.000,00	0,00	185.000,00	0,00	0,00	185.000,00	0,00	0,00	925.000,00
1051 - Aquisição e Locação de Veículos													
Previsto	16.000,00	18.000,00	18.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	18.000,00	18.000,00	200.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	16.000,00	18.000,00	18.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	18.000,00	18.000,00	200.000,00

Anexo—DECRETO Nº 2.557, DE 20 DE JANEIRO DE 2017.

3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	16.000,00	18.000,00	18.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	18.000,00	18.000,00	200.000,00
2061 - Manutenção do Programa de Atenção Básica													
Previsto	179.940,07	234.278,86	618.072,51	148.845,03	86.831,89	23.606,71	709.108,47	99.980,83	142.378,61	412.179,63	294,19	446.472,20	3.101.989,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	156.255,86	207.963,07	618.072,51	148.845,03	86.831,89	23.606,71	709.108,47	99.980,83	142.378,61	412.179,63	294,19	396.472,20	3.001.989,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	23.684,21	26.315,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	100.000,00
2062 - Assistência Farmaceutica Básica e Estratégica													
Previsto	358.087,03	25.000,00	506.442,02	15.000,00	58.925,82	46.013,00	5.771,15	22,73	11.848,89	7,58	67.298,00	13.213,78	1.107.630,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	358.087,03	25.000,00	506.442,02	15.000,00	58.925,82	46.013,00	5.771,15	22,73	11.848,89	7,58	67.298,00	13.213,78	1.107.630,00
2063 - Manutenção do Programa Epidemiologia e Controle de Doenças													
Previsto	32.265,60	30.000,00	30.022,66	30.000,00	69.192,16	30.000,00	46.854,00	73.008,82	30.000,00	68.228,20	30.000,00	91.465,56	561.037,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	70.000,00	400.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	2.265,60	0,00	22,66	0,00	39.192,16	0,00	0,00	43.008,82	0,00	38.228,20	0,00	21.465,56	144.183,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.854,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.854,00
2064 - Manutenção do Programa Vigilância Sanitária													
Previsto	55.109,00	37.435,79	222.100,36	41.237,39	57.642,66	40.895,17	41.545,30	44.308,33	49.571,47	45.105,92	44.840,59	172.090,02	851.882,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	30.000,00	30.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	80.000,00	500.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	25.109,00	7.435,79	125.920,36	1.237,39	17.642,66	895,17	1.545,30	4.308,33	9.571,47	5.105,92	4.840,59	92.090,02	295.702,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	56.180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.180,00
2065 - Manutenção do Programa Gestão Plena													
Previsto	2.526.325,04	2.365.463,02	2.276.223,46	2.224.284,45	2.432.680,37	2.390.603,15	2.312.663,84	1.923.576,13	2.586.244,64	2.335.161,60	1.872.278,00	2.155.433,30	27.400.937,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	324.421,59	311.498,78	344.316,46	393.177,17	386.798,33	386.000,00	342.493,10	44.395,97	334.314,53	366.000,00	356.000,00	700.584,07	4.290.000,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	324.421,59	311.498,78	344.316,46	393.177,17	386.798,33	386.000,00	342.493,10	44.395,97	334.314,53	366.000,00	356.000,00	700.584,07	4.290.000,00
3319100000000000 - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos													
Previsto	19.000,00	19.000,00	19.000,00	19.000,00	19.000,00	19.000,00	19.000,00	19.000,00	19.000,00	19.000,00	19.000,00	41.000,00	250.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	2.182.903,45	2.034.964,24	1.912.907,00	1.812.107,28	2.026.882,04	1.985.603,15	1.951.170,74	1.860.180,16	2.232.930,11	1.950.161,60	1.497.278,00	1.413.849,23	22.860.937,00
2066 - Manutenção do Programa Estratégia Saúde da Família (esf)													
Previsto	682.955,48	816.662,82	641.907,80	648.677,08	713.359,23	652.348,74	598.968,31	517.709,46	690.250,97	448.142,04	432.704,93	683.653,14	7.527.340,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	583.443,68	576.187,13	544.366,20	550.979,05	503.825,02	545.452,80	474.899,19	381.682,75	335.538,00	383.197,39	385.431,72	619.737,07	5.884.740,00
3319100000000000 - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos													
Previsto	52.826,08	0,00	0,00	56.635,00	55.360,86	65.980,70	67.497,30	51.700,06	0,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	46.685,72	240.475,69	57.541,60	41.063,03	154.173,35	40.915,24	56.571,82	84.326,65	354.712,97	64.944,65	47.273,21	63.916,07	1.252.600,00
3449000000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
2067 - Manutenção do Programa de Doenças Sexuais Transmissíveis - Dst/aids/hepatites/tuberculose													
Previsto	18.127,09	21.150,00	20.800,00	20.150,00	20.820,00	20.920,00	20.000,00	23.000,00	27.000,00	27.000,00	27.000,00	47.032,91	293.000,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	35.000,00	200.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	3.127,09	6.150,00	5.800,00	5.150,00	5.820,00	5.920,00	5.000,00	8.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.032,91	93.000,00
2068 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu													
Previsto	69.092,00	72.348,35	76.226,75	71.640,18	64.236,40	7.500,00	70.727,63	95.320,56	58.119,41	88.595,92	89.107,25	90.085,55	853.000,00
3319000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	61.121,40	59.615,24	63.440,15	57.479,86	56.736,40	0,00	63.227,63	82.471,19	50.619,41	81.095,92	81.607,25	82.585,55	740.000,00
3339000000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	7.970,60	12.733,11	12.786,60	14.160,32	7.500,00	7.500,00	7.500,00	12.849,37	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	113.000,00
2069 - Garantir Acesso Aos Serviços Especializados para População													
Previsto	42.166,00	92.166,00	42.166,00	42.166,00	42.166,00	42.166,00	42.166,00	42.166,00	42.166,00	42.166,00	42.174,00	43.134,00	556.968,00
3317100000000000 - Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio													
Previsto	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00

Anexo—DECRETO Nº 2.557, DE 20 DE JANEIRO DE 2017.

33171000000000 - Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio													
Previsto	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
33371000000000 - Transferências a consórcios públicos													
Previsto	38.000,00	38.000,00	38.000,00	38.000,00	38.000,00	38.000,00	38.000,00	38.000,00	38.000,00	38.000,00	38.000,00	38.968,00	456.968,00
33390000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	4.166,00	4.166,00	4.166,00	4.166,00	4.166,00	4.166,00	4.166,00	4.166,00	4.166,00	4.166,00	4.174,00	4.166,00	50.000,00
2070 - Manutenção das Atividades Administrativas													
Previsto	1.080.211,13	811.182,04	505.625,30	613.235,95	570.506,50	600.434,36	638.903,92	653.871,19	307.236,11	546.949,84	96.812,42	239.131,24	6.664.100,00
33190000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	434.373,64	451.839,68	401.316,66	465.125,89	432.667,01	390.989,90	515.533,89	461.560,64	64.172,25	456.959,00	58.356,66	(36.895,22)	4.096.000,00
33191000000000 - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos													
Previsto	38.838,32	107.683,41	12.471,97	43.996,04	40.172,70	64.770,61	39.098,23	66.373,53	44,15	45,89	679,41	85.825,74	500.000,00
33390000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	566.999,17	211.658,95	51.836,67	64.114,02	57.666,79	104.673,85	44.271,80	85.937,02	173.019,71	49.944,95	7.776,35	89.100,72	1.507.000,00
33391000000000 - Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos													
Previsto	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	30.000,00	101.100,00	531.100,00
34490000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
28 - Fundo da Infância e Adolescência													
Previsto	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	555.000,00
1 - Fundo da Infância e Adolescência													
Previsto	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	555.000,00
2071 - Manutenção das Ações de Assistência à Criança e ao Adolescente													
Previsto	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	46.250,00	555.000,00
33350000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos													
Previsto	31.700,00	31.700,00	31.700,00	31.700,00	31.700,00	31.700,00	31.700,00	31.700,00	31.700,00	31.700,00	31.700,00	31.700,00	380.400,00
33390000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	14.550,00	14.550,00	14.550,00	14.550,00	14.550,00	14.550,00	14.550,00	14.550,00	14.550,00	14.550,00	14.550,00	14.550,00	174.600,00
29 - Fundo Municipal de Assistência Social													
Previsto	101.764,16	17.885,15	65.335,03	5.678,37	46.336,64	137.476,64	86.087,44	93.963,52	321.755,55	101.654,57	262.152,79	80.554,14	1.320.644,00
1 - Fundo Municipal de Assistência Social													
Previsto	101.764,16	17.885,15	65.335,03	5.678,37	46.336,64	137.476,64	86.087,44	93.963,52	321.755,55	101.654,57	262.152,79	80.554,14	1.320.644,00
2072 - Manutenção das Ações de Assistência Comunitária													
Previsto	101.764,16	17.885,15	65.335,03	5.678,37	46.336,64	137.476,64	86.087,44	93.963,52	321.755,55	101.654,57	262.152,79	80.554,14	1.320.644,00
33190000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	177,22	0,00	0,00	0,00	12.308,14	0,00	0,00	0,00	14.109,94	0,00	136.121,27	17.283,43	180.000,00
33350000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos													
Previsto	0,00	0,00	1.875,00	1.875,00	1.875,00	1.875,00	3.275,00	3.275,00	3.275,00	3.275,00	1.400,00	1.562,00	23.562,00
33390000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	93.041,54	17.885,15	63.460,03	(5.457,43)	32.153,50	135.601,64	82.812,44	77.715,24	277.370,61	71.379,57	97.631,52	53.341,19	996.935,00
34490000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	8.545,40	0,00	0,00	9.260,80	0,00	0,00	0,00	12.973,28	27.000,00	27.000,00	27.000,00	8.367,52	120.147,00
30 - Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores													
Previsto	82.669,54	94.960,33	276.372,80	313.970,08	274.854,49	385.321,35	385.052,60	1.587.863,33	1.612.867,14	1.344.897,61	1.445.343,45	8.680.941,84	16.485.114,56
1 - Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores													
Previsto	82.669,54	94.960,33	276.372,80	313.970,08	274.854,49	385.321,35	385.052,60	1.587.863,33	1.612.867,14	1.344.897,61	1.445.343,45	8.680.941,84	16.485.114,56
1052 - Aquisição e Manutenção dos Bens													
Previsto	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
34490000000000 - Aplicacoes diretas													
Previsto	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
2079 - Pagamento de Servidores do IPRESF													
Previsto	41.323,16	41.323,16	46.420,13	54.663,81	51.208,01	47.386,93	47.386,93	55.074,85	47.519,90	47.519,90	53.507,34	55.165,88	588.500,00
33190000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	35.106,16	35.106,16	40.203,13	48.446,81	44.991,01	41.169,93	41.169,93	48.857,85	41.302,90	41.302,90	47.290,34	48.947,88	513.895,00
33191000000000 - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos													
Previsto	4.875,00	4.875,00	4.875,00	4.875,00	4.875,00	4.875,00	4.875,00	4.875,00	4.875,00	4.875,00	4.875,00	4.875,00	58.500,00
33391000000000 - Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos													
Previsto	1.342,00	1.342,00	1.342,00	1.342,00	1.342,00	1.342,00	1.342,00	1.342,00	1.342,00	1.342,00	1.342,00	1.343,00	16.105,00
2080 - Manutenção das atividades Administrativas													
Previsto	41.346,38	12.877,84	9.937,13	89.634,85	26.515,93	20.470,85	19.359,77	36.567,86	17.582,37	18.269,26	62.031,59	16.406,17	371.000,00
33390000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	41.346,38	12.877,84	9.937,13	89.634,85	26.515,93	20.470,85	19.359,77	36.567,86	17.582,37	18.269,26	62.031,59	16.406,17	371.000,00
2081 - Pagamento dos Aposentados													
Previsto	0,00	40.759,33	84.954,16	138.700,51	171.048,26	262.018,16	279.296,10	726.008,96	774.809,20	825.345,47	1.329.804,52	1.495.255,33	6.128.000,00

Anexo—DECRETO Nº 2.557, DE 20 DE JANEIRO DE 2017.

Previsto	0,00	40.759,33	84.954,16	138.700,51	171.048,26	262.018,16	279.296,10	726.008,96	774.809,20	825.345,47	1.329.804,52	1.495.255,33	6.128.000,00
331900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	40.759,33	84.954,16	138.700,51	171.048,26	262.018,16	279.296,10	726.008,96	774.809,20	825.345,47	1.329.804,52	1.495.255,33	6.128.000,00
2082 - Pagamento de pensionistas													
Previsto	0,00	0,00	14.258,39	12.594,92	10.606,87	22.547,95	15.864,09	313.221,50	314.337,40	184.531,51	0,00	112.037,37	1.000.000,00
331900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	14.258,39	12.594,92	10.606,87	22.547,95	15.864,09	313.221,50	314.337,40	184.531,51	0,00	112.037,37	1.000.000,00
2083 - Salário Família, Maternidade e Auxílio Reclusão													
Previsto	0,00	0,00	8.227,09	7.267,27	6.120,16	13.010,17	9.153,58	180.728,80	181.372,68	106.474,68	0,00	64.645,57	577.000,00
331900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	8.227,09	7.267,27	6.120,16	13.010,17	9.153,58	180.728,80	181.372,68	106.474,68	0,00	64.645,57	577.000,00
2084 - Auxílio Doença													
Previsto	0,00	0,00	12.575,90	11.108,72	9.355,26	19.887,29	13.992,13	276.261,36	277.245,59	162.756,79	0,00	98.816,96	882.000,00
331900000000000 - Aplicações diretas													
Previsto	0,00	0,00	12.575,90	11.108,72	9.355,26	19.887,29	13.992,13	276.261,36	277.245,59	162.756,79	0,00	98.816,96	882.000,00
9777 - Reserva de RPPS IPRESF													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.838.614,56	6.838.614,56
377900000000000 - Reserva do RPPS													
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.838.614,56	6.838.614,56
Total Previsto	34.885.838,85	17.512.598,96	20.289.444,69	20.003.720,31	18.183.475,95	17.621.453,89	16.641.185,18	17.063.943,34	18.279.065,77	18.928.372,16	18.147.677,92	31.621.229,14	#####

Data 20/01/2017 Hora de emissão: 10h e 56m
Emissão:

OBS: Conforme Decreto nº 2556 de 20/01/2017, que dispõe sobre a suspensão de despesas e limitação de empenhos no âmbito dos Órgãos do Poder Executivo Municipal Fundos e Fundações e da outras providências, fica reduzido no prazo de 180 dias, se houver prorrogação, no mínimo de 15 % o limite de empenho para as despesas de manutenção, com exceção dos empenhos inerentes as ações de manutenção da Saúde e Educação. No Presente Cronograma de desembolso os valores constantes não estão com a redução prevista no referido instrumento.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA
Secretário de Finanças

Prestação de Contas
Metas de Arrecadação por Receita
Entidade: Consolidado

Bimestre: Todos Grau a Listar: 10 Previsto Atualizado: Sim
Bimestre: Todos Grau a Listar: 10 Previsto Atualizado: Sim

Receita Mínulo	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
Corta: 410000000000000 - Receitas correntes							
Previsto	48.681.039,60	38.128.539,25	38.944.165,68	39.510.862,37	37.035.748,21	43.800.997,69	246.101.352,80
Corta: 411000000000000 - Receita tributária							
Previsto	15.942.672,22	7.705.623,54	8.506.142,93	8.214.146,73	9.840.924,51	9.344.727,68	59.554.236,61
Corta: 411100000000000 - Impostos							
Previsto	12.409.446,28	6.451.771,56	7.778.030,35	7.433.918,06	9.148.563,11	8.627.167,54	51.848.896,00
Corta: 411120000000000 - Imposto sobre o patrimônio e a renda							
Previsto	7.202.872,07	1.592.490,25	8.111.111,05	1.050.254,67	3.248.535,17	3.420.236,79	17.325.500,00
Corta: 411120200000000 - Imp. s/ propriedade predial territorial urbana - IPTU							
Previsto	6.721.970,44	1.120.685,78	337.854,99	330.060,75	297.562,82	160.288,22	8.958.223,00
Corta: 411120400000000 - Imp.s/a renda e proventos de qualquer natureza							
Previsto	185.637,57	27.162,89	53.017,05	217.626,05	2.500.147,15	2.846.924,29	5.829.515,00
Corta: 411120431000000 - Irrf retido nas fontes - trabalho							
Previsto	185.637,57	27.162,89	53.017,05	176.809,75	2.483.181,77	2.819.190,97	5.746.000,00
Corta: 411120434000000 - Irrf retido nas fontes - outros rendimentos							
Previsto	0,00	0,00	0,00	40.816,30	16.965,38	26.733,32	84.515,00
Corta: 411120800000000 - Imp. s/trans.inter vivos de bens imóveis - ITBI							
Previsto	295.264,06	444.641,58	420.439,01	502.567,87	450.825,20	424.024,28	2.537.762,00
Corta: 411130000000000 - Impostos s/a produção e a circulação							
Previsto	5.206.573,31	4.859.281,31	6.966.919,30	6.383.663,39	5.900.027,94	5.206.930,75	34.523.396,00
Corta: 411130500000000 - Imposto s/serviços de qualquer natureza - issqn							
Previsto	5.206.573,31	4.859.281,31	6.966.919,30	6.383.663,39	5.900.027,94	5.206.930,75	34.523.396,00
Corta: 411130501000000 - Imposto s/serviços de qualquer natureza - issqn							
Previsto	5.206.573,31	4.859.281,31	6.966.919,30	6.383.663,39	5.900.027,94	5.206.930,75	34.523.396,00
Corta: 411130501010000 - Imposto S/serviços de Qualquer Natureza							
Previsto	4.742.906,56	4.303.408,72	6.337.923,21	5.679.957,06	5.290.111,95	4.521.252,50	30.875.560,00
Corta: 411130501020000 - ISS - Simples							
Previsto	463.666,75	555.872,59	628.996,09	703.706,33	609.915,99	685.678,25	3.647.836,00
Corta: 411200000000000 - Taxas							
Previsto	3.449.893,50	1.170.518,64	6.44779,24	696.894,33	609.028,06	634.226,84	7.205.340,61
Corta: 411210000000000 - Taxas pelo exercício do poder de polícia							
Previsto	396.650,75	557.096,31	327.428,14	320.407,71	255.444,34	209.770,36	2.066.797,61
Corta: 411211700000000 - Taxa fiscalização vigilância sanitária							
Previsto	49.625,66	49.625,66	49.625,66	49.625,66	49.625,66	49.625,70	297.754,00
Corta: 411212500000000 - Tx.lic.funco estabelecimento de comércio, ind. e prest.serviços							
Previsto	232.471,31	306.208,00	51.269,66	40.998,38	19.562,05	19.876,60	670.386,00
Corta: 411212600000000 - Taxa de publicidade comercial							
Previsto	2.333,34	2.333,34	2.333,34	2.333,34	2.333,34	2.333,30	14.000,00
Corta: 411212800000000 - Taxa de funcionamento de estab. em horário especial							
Previsto	3.474,35	5.831,88	372,25	372,25	1.364,91	1.530,36	12.946,00
Corta: 411212900000000 - Taxa de licença para execução de obras							
Previsto	40.423,42	95.253,38	113.656,46	138.643,86	89.402,64	75.043,24	552.423,00
Corta: 411213100000000 - Taxa de utilização de área de domínio público							
Previsto	2.539,16	2.539,16	2.539,16	2.539,16	2.539,16	2.539,20	15.235,00

Anexo—DECRETO Nº 2.557, DE 20 DE JANEIRO DE 2017.

Receita/Mínulo	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
Corta : 411213200000000 - Taxa aprovação de projeto de construção civil							
Previsto	16.898,16	16.898,16	16.898,16	16.898,16	16.898,16	16.898,20	101.389,00
Corta : 411213500000000 - Taxa de alinhamento e nivelamento							
Previsto	996,29	7.578,92	1.850,26	7.978,63	8.944,03	8.541,49	35.889,61
Corta : 411213600000000 - Taxa de apreensão, depósito ou liberação de animais							
Previsto	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
Corta : 411213900000000 - Outras taxas pelo exercício de poder de polícia							
Previsto	47.055,72	69.994,47	88.049,86	60.184,93	63.941,05	32.548,97	361.775,00
Corta : 411213900010000 - Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia							
Previsto	47.055,72	69.994,47	88.049,86	60.184,93	63.941,05	32.548,97	361.775,00
Corta : 411220000000000 - Taxas pela prestação de serviços							
Previsto	3.053.242,75	613.422,33	317.351,10	376.486,62	353.583,72	424.466,48	5.138.543,00
Corta : 411222100000000 - Taxas de serviços cadastrais							
Previsto	223.658,39	64.423,19	34.855,22	37.982,04	28.208,72	24.221,44	413.349,00
Corta : 411222800000000 - Taxa de cemitérios							
Previsto	15.545,34	40.316,96	40.495,05	32.306,25	40.577,62	21.203,78	190.445,00
Corta : 411222800010000 - Taxa de Cemitério							
Previsto	15.545,34	40.316,96	40.495,05	32.306,25	40.577,62	21.203,78	190.445,00
Corta : 411223000000000 - Taxa de limpeza pública							
Previsto	2.719.201,38	347.468,92	198.969,02	176.895,21	148.637,00	85.682,47	3.676.854,00
Corta : 411223000010000 - Taxa Limpeza Publica							
Previsto	2.719.201,38	347.468,92	198.969,02	176.895,21	148.637,00	85.682,47	3.676.854,00
Corta : 411223900000000 - Outras taxas de prestação de serviços							
Previsto	94.837,64	161.213,26	43.031,81	129.303,12	136.160,38	293.348,79	857.895,00
Corta : 411300000000000 - Contribuições de melhoria							
Previsto	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,30	500.000,00
Corta : 411300400000000 - Cont. melh. p/pavimentação e obras complementares							
Previsto	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,30	500.000,00
Corta : 412000000000000 - Receita de contribuições							
Previsto	1.847.561,13	1.904.162,04	1.858.331,00	1.791.175,85	1.386.418,58	1.750.851,60	10.538.500,00
Corta : 412100000000000 - Contribuições sociais							
Previsto	990.416,66	990.416,66	990.416,66	990.416,66	990.416,66	990.416,70	5.942.500,00
Corta : 412102300000000 - Contribuição regime próprio previdência do servidor							
Previsto	990.416,66	990.416,66	990.416,66	990.416,66	990.416,66	990.416,70	5.942.500,00
Corta : 412102307000000 - Contribuição servidor ativo civil p/ RPPS							
Previsto	990.416,66	990.416,66	990.416,66	990.416,66	990.416,66	990.416,70	5.942.500,00
Corta : 412102307010000 - Contribuição servidor ativo civil - PMSFS							
Previsto	750.583,34	750.583,34	750.583,34	750.583,34	750.583,34	750.583,30	4.503.500,00
Corta : 412102307020000 - Contribuição servidor ativo civil - FMS							
Previsto	144.333,34	144.333,34	144.333,34	144.333,34	144.333,34	144.333,30	866.000,00
Corta : 412102307030000 - Contribuição servidor ativo civil - FUCISF							
Previsto	20.166,66	20.166,66	20.166,66	20.166,66	20.166,66	20.166,70	121.000,00
Corta : 412102307040000 - Contribuição servidor ativo civil - SAMAE							
Previsto	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	240.000,00
Receita/Mínulo	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
Corta : 412102307050000 - Contribuição servidor ativo civil - C&MARA							
Previsto	31.666,66	31.666,66	31.666,66	31.666,66	31.666,66	31.666,70	190.000,00
Corta : 412102307060000 - Contribuição servidor ativo civil - IPRESF							
Previsto	3.666,66	3.666,66	3.666,66	3.666,66	3.666,66	3.666,70	22.000,00
Corta : 412300000000000 - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP							
Previsto	857.144,47	913.745,38	867.914,34	800.758,99	396.001,82	760.434,90	4.596.000,00
Corta : 413000000000000 - Receita patrimonial							
Previsto	133.196,41	221.153,65	163.082,39	175.096,77	373.347,85	202.331,93	1.268.209,00
Corta : 413100000000000 - Receitas imobiliárias							
Previsto	33.864,39	49.673,12	49.385,86	71.091,96	205.437,64	66.515,03	475.968,00
Corta : 413110000000000 - Aluguéis							
Previsto	31.279,02	36.438,49	34.591,86	34.868,01	30.783,39	28.899,23	196.860,00
Corta : 413110000010000 - Aluguel do Mercado Municipal							
Previsto	15.397,34	20.556,81	18.710,18	18.986,33	14.901,71	13.017,63	101.570,00
Corta : 413110000020000 - Aluguel de Centros Esportivos							
Previsto	4.232,00	4.232,00	4.232,00	4.232,00	4.232,00	4.232,00	25.392,00
Corta : 413110000030000 - Aluguel do Cine Teatro X de Novembro							
Previsto	1.333,34	1.333,34	1.333,34	1.333,34	1.333,34	1.333,30	8.000,00
Corta : 413110000040000 - Outras Receitas de Aluguéis							
Previsto	6.983,00	6.983,00	6.983,00	6.983,00	6.983,00	6.983,00	41.898,00
Corta : 413110000050000 - Aluguel do Terminal Turístico Portal Naval							
Previsto	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
Corta : 413130000000000 - Foros							
Previsto	1.873,52	7.813,91	8.947,32	27.994,55	165.657,80	27.466,90	239.554,00
Corta : 413140000000000 - Laudêmios							
Previsto	711,85	5.820,72	5.846,68	8.229,40	8.996,45	10.148,90	39.554,00
Corta : 413200000000000 - Receitas de valores mobiliários							
Previsto	99.332,02	171.480,53	113.696,53	104.004,81	167.910,21	135.816,90	792.241,00
Corta : 413250000000000 - Remuneração de depósitos bancários							
Previsto	99.332,02	171.480,53	113.696,53	104.004,81	167.910,21	135.816,90	792.241,00
Corta : 413250100000000 - Remuneração depósitos de recursos vinculados							
Previsto	28.056,54	90.725,03	41.093,66	14.940,74	94.760,02	27.691,01	297.267,00
Corta : 413250101000000 - Receita de rem. dep. banc. rec. vinc. royalties							
Previsto	28.056,54	90.725,03	41.093,66	14.940,74	94.760,02	27.691,01	297.267,00
Corta : 413250200000000 - Remuneração depósito de recursos não vinculados							
Previsto	71.275,48	80.755,50	72.602,87	89.064,07	73.150,19	108.125,89	494.974,00
Corta : 413250201000000 - Receita remuneração de depósito de poupança							
Previsto	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,70	4.000,00
Corta : 413250299000000 - Remuneração dep. recur. não vinculados-outras							
Previsto	70.608,82	80.088,84	71.936,21	88.397,41	72.483,53	107.469,19	490.974,00
Corta : 416000000000000 - Receita de serviços							
Previsto	13.604,84	13.604,84	13.604,84	13.604,84	13.604,84	13.604,80	81.629,00
Corta : 416001300000000 - Serviços administrativos							
Previsto	11.638,16	11.638,16	11.638,16	11.638,16	11.638,16	11.638,20	69.829,00

Anexo—DECRETO Nº 2.557, DE 20 DE JANEIRO DE 2017.

Receita/Ínculo	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
Conta: 416001301000000 - Serviços de inscrição de concursos públicos							
Previsto	7.406,16	7.406,16	7.406,16	7.406,16	7.406,16	7.406,20	44.437,00
Conta: 416001302000000 - Serviços de venda de editais							
Previsto	4.232,00	4.232,00	4.232,00	4.232,00	4.232,00	4.232,00	25.392,00
Conta: 416004100000000 - Serviços de captação, adução, tratamento, reserva e distribuição de água							
Previsto	1.966,68	1.966,68	1.966,68	1.966,68	1.966,68	1.966,60	11.800,00
Conta: 416004100010000 - Tarifa de Água Residencial							
Previsto	633,34	633,34	633,34	633,34	633,34	633,30	3.800,00
Conta: 416004100020000 - Tarifa de Água Comercial							
Previsto	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
Conta: 416004100030000 - Tarifa de Água Pública							
Previsto	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,30	2.000,00
Conta: 416004100040000 - Tarifa de Água Industrial							
Previsto	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
Conta: 417000000000000 - Transferências correntes							
Previsto	28.572.607,09	25.878.008,15	26.680.761,59	27.314.773,13	23.829.993,86	31.063.764,38	163.339.908,20
Conta: 417200000000000 - Transferências intergovernamentais							
Previsto	27.270.111,09	23.895.327,32	24.722.877,84	25.455.532,44	22.116.550,42	29.185.437,09	152.846.836,20
Conta: 417210000000000 - Transferências da união							
Previsto	12.627.708,26	9.535.467,48	10.622.542,81	11.175.602,75	6.721.468,55	12.847.223,15	63.530.013,00
Conta: 417210100000000 - Participação na receita da união							
Previsto	3.779.681,11	2.799.849,59	3.683.789,19	2.709.026,20	1.863.977,01	6.823.121,90	21.659.445,00
Conta: 417210102000000 - Cota-parte do fundo participação dos municípios-fpm (alínea b cf/88 - 22,05%)							
Previsto	3.778.428,19	2.792.647,26	3.683.226,76	2.706.289,78	1.838.531,54	6.819.321,47	21.618.446,00
Conta: 417210105000000 - Cota-parte do imposto s/propriedade territorial rural - ITR							
Previsto	1.252,82	7.202,33	562,43	2.736,42	25.445,47	3.800,43	41.000,00
Conta: 417212200000000 - Transferência da compensação financeira pela exploração de recursos naturais							
Previsto	6.426.488,53	4.357.937,14	4.569.106,18	6.091.757,84	2.399.007,16	3.607.891,15	27.452.188,00
Conta: 417212220000000 - Cota-parte da compensação financeira de recursos minerais							
Previsto	7.730,87	8.461,74	10.704,92	7.723,57	13.127,83	10.117,07	57.866,00
Conta: 417212230000000 - Cota-parte royalties-compensação financeira lei n.º 7.390/63							
Previsto	4.086.012,16	2.460.910,37	2.285.159,19	2.975.591,59	6.19.277,20	1.352.049,39	13.779.000,00
Conta: 417212240000000 - Cota-parte royalties pelo excedente produção de petróleo lei n.º 9478/97							
Previsto	2.294.539,72	1.859.410,19	2.240.127,83	3.064.833,48	1.723.813,00	2.199.475,78	13.382.000,00
Conta: 417212270000000 - Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep							
Previsto	38.205,78	29.154,84	33.114,24	43.609,20	42.989,03	46.248,91	233.322,00
Conta: 417213300000000 - Transferência de recursos sistema único de saúde - SUS							
Previsto	1.835.043,02	1.835.043,02	1.835.043,02	1.835.043,02	1.835.043,02	1.835.042,90	11.010.258,00
Conta: 417213300010000 - Transf. Sus - Farmácia Básica							
Previsto	36.833,32	36.833,32	36.833,32	36.833,32	36.833,32	36.833,40	221.000,00
Conta: 417213300030000 - Transf. Sus - P.a.b.							
Previsto	382.845,34	382.845,34	382.845,34	382.845,34	382.845,34	382.845,30	2.297.072,00
Conta: 417213300040000 - Transf. Sus - P.a.c.s.							
Previsto	131.820,00	131.820,00	131.820,00	131.820,00	131.820,00	131.820,00	790.920,00

Receita/Ínculo	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
Conta: 417213300050000 - Transf. Sus - Vigilância Sanitária							
Previsto	9.021,34	9.021,34	9.021,34	9.021,34	9.021,34	9.021,30	54.128,00
Conta: 417213300060000 - Transf. Sus - leod							
Previsto	26.839,50	26.839,50	26.839,50	26.839,50	26.839,50	26.839,50	161.037,00
Conta: 417213300090000 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - Sus - Repasses Fundo a Fundo							
Previsto	15.500,00	15.500,00	15.500,00	15.500,00	15.500,00	15.500,00	93.000,00
Conta: 417213300100000 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - Sus - Repasses Fundo a Fundo							
Previsto	150.530,00	150.530,00	150.530,00	150.530,00	150.530,00	150.530,00	903.180,00
Conta: 417213300110000 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - Sus - Repasses Fundo a Fundo							
Previsto	970.986,84	970.986,84	970.986,84	970.986,84	970.986,84	970.986,80	5.825.921,00
Conta: 417213300150000 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - Sus - Repasses Fundo a Fundo							
Previsto	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,30	80.000,00
Conta: 417213300220000 - Transf. Sus - Saúde Bucal							
Previsto	53.500,00	53.500,00	53.500,00	53.500,00	53.500,00	53.500,00	321.000,00
Conta: 417213300250000 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - Sus - Repasses Fundo a Fundo							
Previsto	43.833,34	43.833,34	43.833,34	43.833,34	43.833,34	43.833,30	263.000,00
Conta: 417213400000000 - Transferências e recursos do fundo nacional de assistência social - fnas							
Previsto	79.195,00	79.195,00	79.195,00	79.195,00	79.195,00	79.195,00	475.170,00
Conta: 417213400060000 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - Fnas							
Previsto	14.232,16	14.232,16	14.232,16	14.232,16	14.232,16	14.232,20	85.393,00
Conta: 417213400090000 - Transf rec fnas-igd Sus							
Previsto	64.962,84	64.962,84	64.962,84	64.962,84	64.962,84	64.962,80	389.777,00
Conta: 417213500000000 - Transferências de recursos do fnde							
Previsto	466.098,60	422.240,73	414.207,42	419.378,69	503.044,36	460.770,20	2.885.740,00
Conta: 417213501000000 - Transferências do salário-educação							
Previsto	468.463,44	340.932,73	332.899,42	338.070,69	341.139,32	340.494,40	2.152.000,00
Conta: 417213502000000 - Transferências diretas do fnde referentes ao pdde							
Previsto	7.835,16	0,00	0,00	0,00	0,00	8.164,84	15.800,00
Conta: 417213503000000 - Transferências diretas do fnde referentes ao pnae							
Previsto	0,00	79.128,00	79.128,00	79.128,00	147.744,11	96.911,89	482.040,00
Conta: 417213504000000 - Transferências diretas do fnde referentes ao pnate							
Previsto	0,00	2.180,00	2.180,00	2.180,00	14.160,93	15.199,07	35.900,00
Conta: 417213600000000 - Transferência financeira do ICM S desoneração - lo n.º 87/96							
Previsto	41.202,00	41.202,00	41.202,00	41.202,00	41.202,00	41.202,00	247.212,00
Conta: 417220000000000 - Transferências dos estados							
Previsto	11.587.192,56	11.506.202,21	11.159.099,36	11.466.626,80	12.274.911,81	12.808.851,36	70.801.884,00
Conta: 417220100000000 - Participação na receita dos estados							
Previsto	11.404.420,80	11.323.430,55	10.975.327,70	11.283.855,24	12.092.139,95	12.626.079,86	69.705.254,00
Conta: 417220101000000 - Cota-parte do ICM S							
Previsto	10.743.140,92	10.473.853,73	10.112.663,10	10.359.671,43	11.258.884,83	11.989.752,19	64.937.986,00
Conta: 417220102000000 - Cota-parte do IPVA							
Previsto	477.530,05	686.587,16	726.056,46	767.887,54	675.562,71	461.646,08	3.795.270,00
Conta: 417220104000000 - Cota-parte do IPI s/exportação							
Previsto	172.767,83	148.922,51	136.808,14	139.215,25	157.807,88	174.681,39	929.803,00

Anexo—DECRETO Nº 2.557, DE 20 DE JANEIRO DE 2017.

Receita/Ínculo	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
Corta : 4172201130000000 - Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico							
Previsto	10.982,10	14.067,15	0,00	17.081,02	84,73	0,00	42.215,00
Corta : 4172233000000000 - Transferências de recursos do estado para programas de saúde							
Previsto	182.771,66	182.771,66	182.771,66	182.771,66	182.771,66	182.771,70	1.096.630,00
Corta : 4172233000100000 - Transf. Rec. Estado Saúde Fundo a Fundo							
Previsto	182.771,66	182.771,66	182.771,66	182.771,66	182.771,66	182.771,70	1.096.630,00
Corta : 4172400000000000 - Transferências multigovernamentais							
Previsto	3.055.210,27	2.853.657,63	2.942.235,67	2.813.302,79	3.120.170,26	3.529.362,58	18.313.939,20
Corta : 4172401000000000 - Transferências recursos do FUNDEB							
Previsto	3.055.210,27	2.853.657,63	2.942.235,67	2.813.302,79	3.120.170,26	3.529.362,58	18.313.939,20
Corta : 4172401000100000 - Transf. Recursos do Fundeb- 90,08% 11.800 / 9,92% 11.900							
Previsto	3.055.210,27	2.853.657,63	2.942.235,67	2.813.302,79	3.120.170,26	3.529.362,58	18.313.939,20
Corta : 4173000000000000 - Transferências de instituições privadas							
Previsto	63.000,00	63.000,00	63.000,00	63.000,00	63.000,00	63.000,00	378.000,00
Corta : 41730000010000 - Transferências de Instituições Privadas							
Previsto	63.000,00	63.000,00	63.000,00	63.000,00	63.000,00	63.000,00	378.000,00
Corta : 4176000000000000 - Transferências de convênios							
Previsto	1.239.496,00	1.919.680,83	1.894.883,75	1.796.240,69	1.850.443,44	1.815.327,29	10.316.072,00
Corta : 4176100000000000 - Transferências de convênios da união e suas entidades							
Previsto	19.833,34	289.833,34	269.833,34	19.833,34	19.833,34	19.833,30	639.000,00
Corta : 4176199000000000 - Outras transferências de convênios da união							
Previsto	19.833,34	289.833,34	269.833,34	19.833,34	19.833,34	19.833,30	639.000,00
Corta : 4176199000100000 - Transf. de Conv. União Outras Receitas							
Previsto	0,00	270.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	520.000,00
Corta : 4176199000300000 - Transf. de Conv. União Out. Receitas							
Previsto	19.833,34	19.833,34	19.833,34	19.833,34	19.833,34	19.833,30	119.000,00
Corta : 4176200000000000 - Transferências dos estados/df e suas entidades							
Previsto	1.158.829,32	1.378.439,18	1.564.217,07	1.569.882,76	1.569.776,76	1.569.776,91	8.810.902,00
Corta : 4176201000000000 - Transferências de convênios dos estados para o SUS							
Previsto	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	6.000.000,00
Corta : 4176202000000000 - Transferências de convênios dos estados destinados a programas de educação							
Previsto	4.681,66	22.4291,52	210.069,41	415.715,10	415.629,10	415.629,21	1.686.016,00
Corta : 4176202000100000 -							
Previsto	0,00	219.609,86	205.387,75	411.033,44	410.947,44	410.947,51	1.657.926,00
Corta : 4176202000101000 - Transf. Conv. Estado Destinado a Educa							
Previsto	0,00	219.609,86	205.387,75	411.033,44	410.947,44	410.947,51	1.657.926,00
Corta : 4176202009900000 - Outras Transferências de Convênios Estado Destinados a Educação							
Previsto	4.681,66	4.681,66	4.681,66	4.681,66	4.681,66	4.681,70	28.090,00
Corta : 4176299000000000 - Outras transferências de convênios dos estados							
Previsto	154.147,66	154.147,66	354.147,66	154.147,66	154.147,66	154.147,70	1.124.886,00
Corta : 4176299000300000 - Outras Transferências de Convênios dos Estados - Turismo							
Previsto	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,70	700.000,00
Corta : 4176299000400000 - Outras Transferências de Convênios dos Estados - Agricultura e Pesca							
Previsto	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,20	20.000,00

Receita/Ínculo	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
Corta : 4176299009900000 - Outras Transferências de Convênios dos Estados							
Previsto	34.147,66	34.147,66	234.147,66	34.147,66	34.147,66	34.147,70	404.886,00
Corta : 4176300000000000 - Transferências de convênio dos municípios e suas entidades							
Previsto	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	90.000,00
Corta : 4176301000000000 - Transferências de convênio dos municípios para o SUS							
Previsto	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	90.000,00
Corta : 4176301000100000 - Transf. Páris Município de Araguaia (17630100010000 - 206 e 2007)							
Previsto	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	90.000,00
Corta : 4176400000000000 - Transferências de convênio de instituições privadas							
Previsto	45.833,34	236.408,31	45.833,34	191.544,59	45.833,34	210.717,08	776.170,00
Corta : 4176400000100000 - Transferências de Instituições Privadas							
Previsto	45.833,34	236.408,31	45.833,34	191.544,59	45.833,34	210.717,08	776.170,00
Corta : 4190000000000000 - Outras receitas correntes							
Previsto	2.171.397,91	2.405.987,03	1.722.242,93	2.002.066,25	1.591.468,57	1.425.717,30	11.318.869,99
Corta : 4191000000000000 - Multas e juros de mora							
Previsto	722.646,78	667.766,90	538.106,42	724.618,79	505.617,29	474.629,81	3.633.385,99
Corta : 4191100000000000 - Multas e juros de mora dos tributos							
Previsto	77.911,91	128.777,33	140.758,27	160.046,81	144.961,49	212.764,18	865.219,99
Corta : 4191138000000000 - Multas e juros de mora do IPTU							
Previsto	16.291,79	89.810,54	101.459,23	120.800,36	118.558,80	180.042,28	626.963,00
Corta : 4191140000000000 - Multa e juros de mora - ISS							
Previsto	59.197,20	34.260,66	31.916,39	31.648,61	19.551,98	21.949,15	198.523,99
Corta : 4191140000100000 - Multas e Juros de Mora de I.s.s.							
Previsto	59.197,20	34.260,66	31.916,39	31.648,61	19.551,98	21.949,15	198.523,99
Corta : 4191199000000000 - Multas e juros de mora de outros tributos							
Previsto	2.422,92	4.706,13	7.382,65	7.597,84	6.850,71	10.772,75	39.733,00
Corta : 4191199010000000 - Multas e juros mora de outros tributos							
Previsto	2.422,92	4.706,13	7.382,65	7.597,84	6.850,71	10.772,75	39.733,00
Corta : 4191300000000000 - Multa e juros de mora dívida ativa dos tributos							
Previsto	435.544,79	402.471,88	456.892,67	393.529,91	307.552,55	245.935,20	2.241.927,00
Corta : 4191311000000000 - Multas e juros de mora - IPTU							
Previsto	338.485,50	330.439,54	395.907,20	346.867,37	224.290,83	216.062,56	1.852.053,00
Corta : 4191313000000000 - Multas e juros de mora - ISS							
Previsto	86.171,50	60.472,23	53.012,76	37.628,28	44.588,11	20.586,12	302.459,00
Corta : 4191399000000000 - Multa e juros de mora dívida ativa de outros tributos							
Previsto	10.887,79	11.560,11	7.972,71	9.034,26	38.673,61	9.286,52	87.415,00
Corta : 4191399010000000 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Taxas em Geral pelo Exercício do Poder de Polícia							
Previsto	10.172,35	11.214,32	7.657,15	8.393,46	38.437,78	9.124,94	85.000,00
Corta : 4191399020000000 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Taxas em Geral pela Prestação de Serviços							
Previsto	715,44	345,79	315,56	640,80	235,83	161,58	2.415,00
Corta : 4191500000000000 - Multas e juros de mora dívida ativa de outras receitas							
Previsto	14.610,92	14.328,79	10.592,71	10.638,26	50.232,19	15.597,13	116.000,00
Corta : 4191599000000000 - Outras multas e juros de mora dívida ativa de outras receitas							
Previsto	14.610,92	14.328,79	10.592,71	10.638,26	50.232,19	15.597,13	116.000,00

Anexo—DECRETO Nº 2.557, DE 20 DE JANEIRO DE 2017.

Receita/Mínulo	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
Corta: 4191599010000000 - Outras multas e juros de mora dívida ativa de outras receitas - principal							
Previsto	14.610,92	14.328,79	10.592,71	10.638,26	50.232,19	15.597,13	116.000,00
Corta: 4191800000000000 - Multas e juros de mora de outras receitas							
Previsto	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,30	2.000,00
Corta: 4191899000000000 - Outras Multas e Juros de Mora							
Previsto	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,30	2.000,00
Corta: 4191900000000000 - Multas de outras origens							
Previsto	194.246,82	121.855,66	(70.470,57)	160.070,47	2.537,72	0,00	408.239,00
Corta: 4191935000000000 - Multas por danos ao meio ambiente							
Previsto	16.700,03	91.027,58	(7.727,61)	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Corta: 4191935100000000 - Multas administrativas por danos ao meio ambiente							
Previsto	16.700,03	91.027,58	(7.727,61)	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Corta: 4191950000000000 - Multas por autos de infração							
Previsto	145.629,53	0,00	0,00	160.070,47	0,00	0,00	305.700,00
Corta: 4191999000000000 - Outras multas							
Previsto	31.916,26	30.827,98	(62.742,96)	0,00	2.537,72	0,00	2.539,00
Corta: 4192000000000000 - Indenizações e restituições							
Previsto	2.862,56	13.611,73	5.979,88	9.257,77	2.679,87	55.482,19	89.874,00
Corta: 4192100000000000 - Indenizações							
Previsto	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
Corta: 4192199000000000 - Outras indenizações							
Previsto	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
Corta: 4192200000000000 - Restituições							
Previsto	2.695,90	13.446,07	5.813,22	9.091,11	2.513,21	55.315,49	88.874,00
Corta: 4192299000000000 - Outras restituições							
Previsto	2.695,90	13.446,07	5.813,22	9.091,11	2.513,21	55.315,49	88.874,00
Corta: 4193000000000000 - Receita da dívida ativa							
Previsto	1.011.894,61	1.069.866,87	776.842,93	879.304,25	666.112,93	505.819,41	4.909.631,00
Corta: 4193100000000000 - Receita da dívida ativa tributária							
Previsto	986.684,61	1.044.866,87	751.842,93	854.304,25	641.112,93	480.819,41	4.759.631,00
Corta: 4193111000000000 - Receita da dívida ativa - IPTU							
Previsto	823.811,61	912.399,35	652.227,65	764.720,29	401.456,37	398.015,73	3.952.631,00
Corta: 4193113000000000 - Receita da dívida ativa - ISS							
Previsto	102.354,79	67.618,22	61.325,87	47.773,31	45.958,73	34.969,08	360.000,00
Corta: 4193199000000000 - Receita da dívida ativa de outros tributos							
Previsto	60.618,21	64.849,30	38.289,41	41.810,65	193.697,83	47.834,60	447.000,00
Corta: 4193199010000000 - Receita da dívida ativa de outros tributos - principal							
Previsto	60.618,21	64.849,30	38.289,41	41.810,65	193.697,83	47.834,60	447.000,00
Corta: 4193200000000000 - Receitas da dívida ativa não tributária							
Previsto	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	150.000,00
Corta: 4193299000000000 - Receita da dívida ativa não tributária de outras receitas							
Previsto	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	150.000,00
Corta: 4193299010000000 - Receita da dívida ativa não tributária de outras receitas - principal							
Previsto	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	150.000,00
Corta: 4199000000000000 - Receitas diversas							
Previsto	43.4203,96	65.4741,53	401.313,70	388.885,44	417.048,48	389.785,89	2.685.979,00
Corta: 4199001000000000 - Receita de parcelamentos de outras receitas							
Previsto	81.662,84	83.662,84	82.089,54	79.880,15	72.538,31	78.262,32	478.096,00
Corta: 4199001000200000 - Expediente de Transito							
Previsto	77.854,00	79.854,00	78.280,70	76.071,31	68.729,47	74.463,52	465.243,00
Corta: 4199001000500000 - Pro-moradia Majorca							
Previsto	3.808,84	3.808,84	3.808,84	3.808,84	3.808,84	3.808,80	22.853,00
Corta: 4199002000000000 - Receita de ônus sucumbência de ações judiciais							
Previsto	77.124,44	45.662,01	43.807,48	33.588,61	69.093,49	36.106,97	305.383,00
Corta: 4199002020000000 - Receita de ônus de sucumbência							
Previsto	77.124,44	45.662,01	43.807,48	33.588,61	69.093,49	36.106,97	305.383,00
Corta: 4199099000000000 - Outras Receitas							
Previsto	275.416,68	525.416,68	275.416,68	275.416,68	275.416,68	275.416,60	1.902.500,00
Corta: 4199099009900000 - Outras Receitas							
Previsto	20.916,68	20.916,68	20.916,68	20.916,68	20.916,68	20.916,60	125.500,00
Corta: 4199099010000000 - Outras receitas - primárias							
Previsto	254.500,00	504.500,00	254.500,00	254.500,00	254.500,00	254.500,00	1.777.000,00
Corta: 4199099010300000 - Receitas da Festinha							
Previsto	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
Corta: 4199099013900000 - Outras Receitas							
Previsto	254.500,00	254.500,00	254.500,00	254.500,00	254.500,00	254.500,00	1.527.000,00
Corta: 4200000000000000 - Receitas de capital							
Previsto	1.291.163,00	1.841.163,00	1.291.163,00	1.291.163,00	2.447.538,54	2.884.787,46	10.846.978,00
Corta: 4210000000000000 - Operações de crédito							
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	1.156.375,54	1.593.624,46	2.750.000,00
Corta: 4211000000000000 - Operações de crédito internas							
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	1.156.375,54	1.593.624,46	2.750.000,00
Corta: 4211400000000000 - Operações de crédito interna contratuais							
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	1.156.375,54	1.593.624,46	2.750.000,00
Corta: 4211499000000000 - Outras operações de crédito internas p/ programas de governo							
Previsto	0,00	0,00	0,00	0,00	1.156.375,54	1.593.624,46	2.750.000,00
Corta: 4220000000000000 - Alienação de bens							
Previsto	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
Corta: 4221000000000000 - Alienação de bens móveis							
Previsto	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
Corta: 4221300000000000 - Alienação de outros bens móveis							
Previsto	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
Corta: 4240000000000000 - Transferências de capital							
Previsto	1.289.496,34	1.639.496,34	1.289.496,34	1.289.496,34	1.289.496,34	1.289.496,30	8.086.978,00
Corta: 4242000000000000 - Transferências intergovernamentais							
Previsto	857.500,00	857.500,00	857.500,00	857.500,00	857.500,00	857.500,00	5.145.000,00
Corta: 4242100000000000 - Transferências da união							
Previsto	857.500,00	857.500,00	857.500,00	857.500,00	857.500,00	857.500,00	5.145.000,00

Anexo—DECRETO Nº 2.557, DE 20 DE JANEIRO DE 2017.

Receita/Móculo	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	Total
Corta: 4242101000000000 - Transferências de recursos do SUS							
Previsto	154.166,66	154.166,66	154.166,66	154.166,66	154.166,66	154.166,70	925.000,00
Corta: 4242102000000000 - Transferências de recursos destinados a programas de educação							
Previsto	703.333,34	703.333,34	703.333,34	703.333,34	703.333,34	703.333,30	4.220.000,00
Corta: 4247000000000000 - Transferências de convênios							
Previsto	431.996,34	781.996,34	431.996,34	431.996,34	431.996,34	431.996,30	2.941.978,00
Corta: 4247100000000000 - Transf. convênio da união e suas entidades							
Previsto	5.000,00	355.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	380.000,00
Corta: 4247104000000000 - Transf. convênios da união destinados a programas do meio ambiente							
Previsto	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
Corta: 4247199000000000 - Outras transferências de convênio da união							
Previsto	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00
Corta: 4247199000100000 - Outras Transferências de Convênio União							
Previsto	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00
Corta: 4247200000000000 - Transferência de convênios dos estados/df e suas entidades							
Previsto	402.500,00	402.500,00	402.500,00	402.500,00	402.500,00	402.500,00	2.415.000,00
Corta: 4247205000000000 - Transf. convênios do estado destinados a programas de infra-estrutura em transportes							
Previsto	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	600.000,00
Corta: 4247299000000000 - Outras transferências de convênio dos estados/df							
Previsto	302.500,00	302.500,00	302.500,00	302.500,00	302.500,00	302.500,00	1.815.000,00
Corta: 4247299000500000 - Outras Transf. de Convênio Estado Outros							
Previsto	302.500,00	302.500,00	302.500,00	302.500,00	302.500,00	302.500,00	1.815.000,00
Corta: 4247400000000000 - Transferências de convênios de instituições privadas							
Previsto	24.496,34	24.496,34	24.496,34	24.496,34	24.496,34	24.496,30	146.978,00
Corta: 4247400000100000 - Transf. de Convênios de Instituições Privadas							
Previsto	24.496,34	24.496,34	24.496,34	24.496,34	24.496,34	24.496,30	146.978,00
Corta: 4700000000000000 - Receitas correntes - Intra-orçamentárias							
Previsto	1.757.269,10	1.757.269,10	1.757.269,10	1.757.269,10	1.757.269,10	1.757.269,06	10.543.614,56
Corta: 4720000000000000 - Receita de contribuições - Intra-orçamentárias							
Previsto	1.147.083,34	1.147.083,34	1.147.083,34	1.147.083,34	1.147.083,34	1.147.083,30	6.882.500,00
Corta: 4721000000000000 - Contribuições sociais - Intra-orçamentárias							
Previsto	1.147.083,34	1.147.083,34	1.147.083,34	1.147.083,34	1.147.083,34	1.147.083,30	6.882.500,00
Corta: 4721029000000000 - Contribuições previdenciárias do regime próprio							
Previsto	1.147.083,34	1.147.083,34	1.147.083,34	1.147.083,34	1.147.083,34	1.147.083,30	6.882.500,00
Corta: 4721029010000000 - Contribuição patronal de servidor ativo civil							
Previsto	1.147.083,34	1.147.083,34	1.147.083,34	1.147.083,34	1.147.083,34	1.147.083,30	6.882.500,00
Corta: 4721029010100000 - Contribuição patronal de servidor ativo civil - PMSFS							
Previsto	833.333,34	833.333,34	833.333,34	833.333,34	833.333,34	833.333,30	5.000.000,00
Corta: 4721029010200000 - Contribuição patronal de servidor ativo civil - FMS							
Previsto	183.333,34	183.333,34	183.333,34	183.333,34	183.333,34	183.333,30	1.100.000,00
Corta: 4721029010300000 - Contribuição patronal de servidor ativo civil - FUCISF							
Previsto	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	120.000,00
Corta: 4721029010400000 - Contribuição patronal de servidor ativo civil - SAMAE							
Previsto	50.666,66	50.666,66	50.666,66	50.666,66	50.666,66	50.666,70	304.000,00
Receita/Móculo							
Corta: 4721029010500000 - Contribuição patronal de servidor ativo civil - Câmara							
Previsto	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	300.000,00
Corta: 4721029010600000 - Contribuição patronal de servidor ativo civil - IPRESF							
Previsto	9.750,00	9.750,00	9.750,00	9.750,00	9.750,00	9.750,00	58.500,00
Corta: 4760000000000000 - Receita de serviços - Intra-orçamentárias							
Previsto	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
Corta: 4760041000000000 - Serviços de Captação, Adução, Tratamento, Reservação e Distribuição de Água							
Previsto	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
Corta: 4760041000300000 - Tarifa de Água Pública Intraorçamentária							
Previsto	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
Corta: 4760041000302000 - Receitas de Serviços - Intra-Orçamentária							
Previsto	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
Corta: 4730000000000000 - Outras receitas correntes - Intra-orçamentárias							
Previsto	610.019,10	610.019,10	610.019,10	610.019,10	610.019,10	610.019,06	3.660.114,56
Corta: 4734000000000000 - Rec. decorrentes aportes periódicos p/amortização déficit atuarial RPPS							
Previsto	610.019,10	610.019,10	610.019,10	610.019,10	610.019,10	610.019,06	3.660.114,56
Corta: 4734010000000000 - Receitas decorrentes de aportes p/amortização déficit atuarial RPPS							
Previsto	610.019,10	610.019,10	610.019,10	610.019,10	610.019,10	610.019,06	3.660.114,56
Corta: 9100000000000000 - (r) Deduções da receita corrente							
Previsto	3.077.352,81	2.709.596,55	2.832.868,63	2.679.610,45	3.244.364,33	3.770.146,43	18.313.939,20
Corta: 9170000000000000 - (r) Dedução da receita de transferências correntes							
Previsto	3.077.352,81	2.709.596,55	2.832.868,63	2.679.610,45	3.244.364,33	3.770.146,43	18.313.939,20
Corta: 9172000000000000 - (r) Dedução da receita de transferências intergovernamentais							
Previsto	3.077.352,81	2.709.596,55	2.832.868,63	2.679.610,45	3.244.364,33	3.770.146,43	18.313.939,20
Corta: 9172100000000000 - (r) Dedução da receita de transferências da união							
Previsto	764.176,61	568.210,30	744.998,20	550.046,64	381.035,86	1.372.864,79	4.381.331,40
Corta: 9172101000000000 - (r) Dedução da receita de participação na receita da união							
Previsto	755.936,21	559.969,90	736.757,80	541.805,24	372.795,46	1.384.824,39	4.331.889,00
Corta: 9172101020000000 - (r) Dedução da receita do fundo de participação dos municípios - fpm							
Previsto	755.685,63	558.529,44	736.646,35	541.257,97	367.706,30	1.363.864,31	4.323.689,00
Corta: 9172101050000000 - (r) Dedução da receita do imposto s/a propriedade territorial rural - ITR							
Previsto	250,58	1.440,46	112,45	547,27	5.089,16	760,08	8.200,00
Corta: 9172136000000000 - (r) Dedução da receita do ICM S desoneração - Ic 87,66							
Previsto	8.240,40	8.240,40	8.240,40	8.240,40	8.240,40	8.240,40	49.442,40
Corta: 9172200000000000 - (r) Dedução da receita de transferência dos estados							
Previsto	2.313.176,20	2.141.386,25	2.087.870,43	2.129.564,81	2.863.328,47	2.397.281,64	13.932.607,80
Corta: 9172201000000000 - (r) Dedução da receita de transferência dos estados							
Previsto	2.313.176,20	2.141.386,25	2.087.870,43	2.129.564,81	2.863.328,47	2.397.281,64	13.932.607,80
Corta: 9172201010000000 - (r) Dedução da receita do ICM S							
Previsto	2.260.849,00	2.096.047,00	2.033.525,00	2.073.141,00	2.264.015,00	2.270.016,20	12.987.593,20
Corta: 9172201020000000 - (r) Dedução da receita da cota-parte do IPVA							
Previsto	17.773,63	25.554,74	27.023,80	28.580,78	567.791,89	92.329,16	759.054,00
Corta: 9172201040000000 - (r) Dedução da receita do IPI - exportação							
Previsto	34.553,57	29.784,51	27.321,63	27.843,03	31.521,58	34.936,28	185.960,80
Receita/Móculo							
Total Previsto	48.652.118,89	38.817.374,80	39.159.723,15	39.879.684,02	37.396.191,62	44.672.907,78	249.178.006,16

Data Emissão: 20/01/2017

Hora de emissão: 12h e 25m

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 2.558, DE 31 DE JANEIRO DE 2017.

MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE VALORES DOS BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E SUCATAS DO MUNICÍPIO.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º A Comissão de avaliação de valores dos bens móveis inservíveis e sucatas desta Prefeitura Municipal, para fins de fixação de valores iniciais dos bens, será constituída pelos seguintes membros:

Membros efetivos:

VALDIR SOUZA LOPES;

KELY MACHADO;

TIAGO OLIVEIRA PINTO.

Membro suplente:

IVANA MAYER.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 2.428, de 16 de maio de 2016.

São Francisco do Sul – SC, 31 de janeiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 2.560, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 481.224,99 (quatrocentos e oitenta e hum mil e duzentos e vinte e quatro Reais e noventa e nove centavos) ao orçamento do corrente exercício de conformidade com o inciso IV, do artigo 9º, da Lei Municipal nº 1.861, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou o orçamento para o exercício de 2017, combinado com o inciso I, §1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações:

1400 - Secretaria Municipal de Educação

14.001 - Gerência de Ensino

2022 - Manutenção Das Atividades da Secretaria de Educação com Ensino Fundamental

3190 - Aplicações Diretas.....R\$ 433.161,43

Vínculo de Recursos: 31800 – Transferências do FUNDEB 60% pessoal

3390 - Aplicações Diretas.....R\$ 48.063,56

Vínculo de Recursos: 31900 – Transferências do FUNDEB 40% outras despesas

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES. ..R\$ 481.224,99

Art. 2º Os recursos necessários à execução do artigo anterior, ocorrerão por conta do Superávit Financeiro das receitas provenientes das Transferências do FUNDEB.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 9 de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

MARCOS JERÔNIMO DE ARAÚJO

Secretário Municipal de Educação

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**DECRETO Nº 2.560, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017.**

O presente Decreto por superávit financeiro é decorrente do saldo financeiro do exercício de 2016, será utilizado pela Secretaria Municipal de Educação, na manutenção do Ensino Fundamental, para pagamento de vencimentos e vantagens fixas do pessoal civil da Rede Municipal de Ensino e benefícios referentes ao auxílio faculdade.

São Francisco do Sul – SC, 9 de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

MARCOS JERÔNIMO DE ARAÚJO

Secretário Municipal de Educação

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal de Administração,

Finanças e Gestão de Pessoas

DECRETO Nº 2.561, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2017.

ALTERA O PARÁGRAFO ÚNICO, DO ART. 17, DO ANEXO ÚNICO, DO DECRETO Nº 2.291, DE 3 DE AGOSTO DE 2015, QUE APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o parágrafo único, do art. 17, do Anexo Único, do Decreto nº 2.561, de 10 de fevereiro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. [...]”

Parágrafo único. O mandato da Diretoria será de um ano, permitida uma reeleição consecutiva.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 10 de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

LUIZ ARNALDO MARTINS

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania

DECRETO Nº 2.562, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2017.

NOMEIA DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo inciso VI, do art. 59, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com as disposições da Lei Municipal nº 1.670, de 25 de agosto de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMDE, do Município de São Francisco do Sul, os seguintes membros:

I - Presidente: ALESSANDRA MATTAR DEFREITAS;

II - Vice-Presidente: ROSANA APARECIDA DE MIRA SOUZA;

III – Secretária: LUCIANA DA SILVEIRA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos a partir de 5 de março de 2017.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 10 de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

LUIZ ARNALDO MARTINS

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania

DECRETO Nº 2.563, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 43.775,34 (quarenta e três mil, setecentos e setenta e cinco Reais e trinta e quatro centavos) ao orçamento do corrente exercício de conformidade com o inciso IV, do artigo 9º, da Lei Municipal nº 1.861, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou o orçamento para o exercício de 2017, combinado com o inciso I, §1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação:

2500 - Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul

25.002 - Departamento de Cultura

2051 - Manutenção do Programa Criação e Execução de Projetos Culturais

3390 - Aplicações Diretas.....R\$ 43.775,34

Vínculo de Recursos: 30620 – Iniciativa Privada

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....R\$ 43.775,34

Art. 2º Os recursos necessários à execução do artigo anterior, ocorrerão por conta do Superávit Financeiro das receitas provenientes de Iniciativa Privada.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 13 de fevereiro de 2016.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

ALDAIR NASCIMENTO CARVALHO

Diretor Presidente da FUCISF

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal de Administração,

Finanças e Gestão de Pessoas

DECRETO Nº 2.564, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017.

INSTITUI PONTO FACULTATIVO EM VIRTUDE DAS FESTIVIDADES DO CARNAVAL.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 59, inciso VI, e art. 84, inciso I, alínea "o", da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído ponto facultativo, em virtude das festividades do Carnaval, nos dias **27 e 28 de fevereiro de 2017**, nas Repartições Públicas Municipais, Autarquias e Fundações mantidas pelo Poder Público Municipal, ressalvados os serviços considerados de caráter essencial, tais como: coleta de lixo e plantão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Os órgãos administrativos responsáveis pelos serviços considerados de caráter essencial deverão manter escalas de modo que seja assegurada a prestação ininterrupta dos mesmos.

Art. 3º Será mantido atendimento no Museu Histórico, nos Centros de Atendimento ao Turista, localizados no Centro Histórico, Enseada e Rocio Grande, no Parque Ecológico Municipal 'Celso Amorim Salazar Pessoa' e Museu de Arte Sacra.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 15 de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal de Administração,

Finanças e Gestão de Pessoas

DECRETO Nº 2.565, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017.

ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DAS PARCERIAS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL COM AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO, PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO, MEDIANTE A EXECUÇÃO DE ATIVIDADES OU DE PROJETOS PREVIAMENTE ESTABELECIDOS EM PLANOS DE TRABALHO INSERIDOS EM TERMOS DE COLABORAÇÃO, EM TERMOS DE FOMENTO OU EM ACORDOS DE COOPERAÇÃO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014, E ALTERAÇÕES.

O **Prefeito Municipal de São Francisco do Sul**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e considerando a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações,

DECRETA:**Capítulo I****DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º A celebração de parcerias entre a Administração Pública direta e indireta do Município de São Francisco do Sul deverá obedecer às disposições constantes do presente decreto.

Art. 2º Para os fins deste decreto considera-se:

I - administração pública - Administração Pública direta e indireta do Município de São Francisco do Sul;

II - organização da sociedade civil:

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

b) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins

DECRETO Nº 2.565, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017.

III - parceria: conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expressos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação;

IV - atividade: conjunto de operações que se realizam de modo contínuo ou permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à satisfação de interesses compartilhados pela administração pública e pela organização da sociedade civil;

V - projeto: conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto destinado à satisfação de interesses compartilhados pela administração pública e pela organização da sociedade civil;

VI - dirigente: pessoa que detenha poderes de administração, gestão ou controle da organização da sociedade civil, habilitada a assinar termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com a administração pública para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ainda que delegue essa competência a terceiros;

VII - termo de colaboração: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros;

VIII - termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de

IX - acordo de cooperação: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros;

X - comissão de seleção: órgão colegiado destinado a processar e julgar chamamentos públicos, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública;

XI - comissão de monitoramento e avaliação: órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante termo de colaboração ou termo de fomento, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública;

XII - chamamento público: procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos;

XIII - bens remanescentes: os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam;

XIV - prestação de contas: procedimento em que se analisa e se avalia a execução da parceria, pelo qual seja possível verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos, compreendendo duas fases:

a) apresentação das contas, de responsabilidade da organização da sociedade civil;

b) análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade da administração pública, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.

XV - autoridade competente: representante do órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta designado por ato normativo específico;

XVI - gestor: agente público de cada órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, formalmente designado, encarregado do controle e fiscalização dos atos decorrentes da parceria;

XVII - apostilamento: espécie de registro administrativo, que pode ser feito no instrumento de avença ou nos demais instrumentos hábeis que o substituem, firmado pela autoridade competente.

Art. 3º Não se aplicam as exigências deste decreto:

I - aos contratos de gestão celebrados com organizações sociais, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei Federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

II - aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1º do artigo 199 da Constituição Federal;

III - aos termos de compromisso cultural referidos no § 1º do artigo 9º da Lei Federal nº 13.018, de 22 de julho de 2014;

DECRETO Nº 2.565, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017.

IV - aos termos de parceria celebrados com organizações da sociedade civil de interesse público, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999;

VII - às parcerias entre a administração pública e os serviços sociais autônomos.

Parágrafo único. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas. Capítulo II

SEÇÃO I

DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE

Art. 4º A administração pública direta e indireta deverá manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 dias após o respectivo encerramento.

Parágrafo único. Para cumprimento do previsto no caput deste artigo, será de responsabilidade de cada órgão gestor encaminhar a relação das parcerias celebradas para a Gerência da Comunicação.

Art. 5º A organização da sociedade civil deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública.

Parágrafo único. As informações de que tratam este artigo e o artigo 4º deverão incluir, no mínimo:

I - data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

II - nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;

III - descrição do objeto da parceria;

IV - valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

V - situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentado, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo;

VI - quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício.

Art. 6º As denúncias sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos poderão ser realizadas por meio da Ouvidoria do Município.

SEÇÃO II

DA DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES

Art. 7º O Município divulgará, nos termos do artigo 14 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, as ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil, no âmbito das parcerias com a administração pública.

SEÇÃO III

DOS TERMOS DE COLABORAÇÃO E DE FOMENTO

Art. 8º O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho, execução de projetos ou atividades de sua iniciativa e por si parametrizadas, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Parágrafo único. Os conselhos de políticas públicas poderão apresentar propostas à administração pública para celebração de termo de colaboração com organizações da sociedade civil.

Art. 9º O termo de fomento deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho **propostos por organizações da sociedade civil** que envolvam a transferência de recursos financeiros, com o objetivo de incentivar projetos desenvolvidos ou criados por essas organizações.

SEÇÃO IV

DO ACORDO DE COOPERAÇÃO

Art. 10. O acordo de cooperação poderá ser proposto pela administração pública ou pela organização da sociedade civil.

§1º O acordo de cooperação será firmado pela autoridade máxima da entidade ou órgão da administração pública.

§2º O acordo de cooperação poderá ser prorrogado de acordo com o interesse público, hipótese que prescinde de da sociedade civil estiver em situação regular no parcelamento.

Art. 11. As regras e os procedimentos dispostos no presente decreto são aplicáveis somente a acordo de cooperação que envolva comodato, doação de bens ou outras formas de compartilhamento patrimonial e poderão ser afastadas quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público envolvido, mediante justificativa prévia.

Parágrafo único. O órgão ou a entidade pública municipal, para celebração de acordo de cooperação que não envolva comodato, doação de bens ou outras formas de compartilhamento patrimonial, poderá, mediante justificativa prévia e considerando a complexidade da parceria e o interesse público, estabelecer procedimento simplificado de prestação de contas.

SEÇÃO V

DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 12. A administração pública também poderá celebrar parcerias decorrentes do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 13. As organizações da sociedade civil, os movimentos sociais e os cidadãos poderão apresentar proposta de abertura de Procedimento de Manifestação de Interesse Social - PMIs à administração pública para que seja avaliada a possibilidade de realização de chamamento público com objetivo de celebração de parceria.

§1º O PMIs tem por objetivo permitir a oitiva da sociedade sobre ações de interesse público e recíproco que não coincidam com projetos ou atividades que sejam objeto de chamamento público ou parceria em curso no âmbito do órgão ou da entidade da administração pública responsável pela política pública.

§2º A realização de chamamento público ou a celebração de parceria não depende de realização do PMIs.

§3º A realização do PMIs não implicará necessariamente na execução do chamamento público, que acontecerá de acordo com os interesses da administração.

Art. 14. As organizações da sociedade civil, os movimentos sociais e os cidadãos poderão apresentar proposta de abertura de PMIs, que deverá atender aos seguintes requisitos:

I - identificação do subscritor da proposta;

II - indicação do interesse público envolvido;

III - diagnóstico da realidade a ser modificada, aprimorada ou desenvolvida e, quando possível, indicação da viabilidade, dos custos, dos benefícios e dos prazos de execução da ação pretendida.

§1º A proposta de que trata o caput será encaminhada ao órgão ou à entidade da administração pública responsável pela política pública a que se referir.

§2º A administração pública estabelecerá o período para o recebimento de propostas que visem à instauração de PMIs, observado o mínimo de 60 dias por ano.

Art. 15. A avaliação da proposta de instauração de PMIs observará, no mínimo, as seguintes etapas:

I - análise de admissibilidade da proposta, com base nos requisitos previstos no artigo anterior;

II - decisão sobre a instauração ou não do PMIs, após verificada a conveniência e a oportunidade pelo órgão ou pela entidade da administração pública responsável;

III - se instaurado o PMIs, oitiva da sociedade sobre o tema; e

IV - manifestação do órgão ou da entidade da administração pública responsável sobre a realização ou não do chamamento público proposto no PMIs.

§1º A partir do recebimento da proposta de abertura do PMIs, apresentada de acordo com o artigo anterior, a administração pública terá o prazo de até 6 meses para avaliar as etapas previstas no caput.

§2º As propostas de instauração de PMIs serão divulgadas no sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade da administração pública responsável e em portal eletrônico único com esta finalidade.

SEÇÃO VI

DO CHAMAMENTO PÚBLICO

Art. 16. A administração pública deverá adotar procedimentos claros, objetivos e simplificados que orientem os interessados e facilitem o acesso direto aos seus órgãos e instâncias decisórias, independentemente da modalidade de parceria prevista neste decreto.

Parágrafo único. Sempre que possível, a administração pública estabelecerá critérios a serem seguidos, especialmente quanto às seguintes características:

DECRETO Nº 2.565, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017.

I - objetos;

II - metas;

III - custos;

IV - indicadores, quantitativos ou qualitativos, de avaliação de resultados

Art. 17. Exceto nas hipóteses previstas neste decreto, a celebração de termo de colaboração ou de fomento será precedida de chamamento público voltado a selecionar organizações da sociedade civil que tornem mais eficaz a execução do objeto.

§1º O edital do chamamento público especificará, no mínimo:

I - a programação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria;

II - o objeto da parceria;

III - as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas;

IV - as datas e os critérios de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso;

V - o valor previsto para a realização do objeto;

VI - as condições para interposição de recurso administrativo;

VII - a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria;

VIII - de acordo com as características do objeto da parceria, medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos.

§2º É vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo em decorrência de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria, admitidos:

I - a seleção de propostas apresentadas exclusivamente por concorrentes sediados ou com representação atuante e reconhecida no Município;

II - o estabelecimento de cláusula que delimite o território ou a abrangência da prestação de atividades ou da execução de projetos;

§3º Os critérios de julgamento de que trata o inciso IV do § 1º deste artigo deverão abranger, no mínimo, o grau de adequação da proposta:

I - aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria; e

II - ao valor de referência ou teto constante do edital.

§3º Os critérios de julgamento de que trata o inciso IV do § 1º deste artigo deverão abranger, no mínimo, o grau de adequação da proposta:

I - aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria; e

II - ao valor de referência ou teto constante do edital.

§4º O edital poderá incluir cláusulas e condições específicas da execução da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria.

Art. 18. O edital deverá ser amplamente divulgado em página do sítio eletrônico oficial dos órgãos ou entidades da administração pública na internet, com antecedência mínima de 30 dias.

Art. 19. O edital não exigirá, como condição para a celebração da parceria, que as organizações da sociedade civil possuam certificação ou titulação concedida pelo Poder Público, exceto quando a exigência decorrer de previsão na legislação específica da política setorial.

Art. 20. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

I - no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até 180 dias;

II - nos casos de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social;

III - quando se tratar da realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança;

DECRETO Nº 2.565, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017.

IV - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

Parágrafo único. Para fins de aplicação do inciso IV deste artigo, considerar-se credenciadas as organizações da sociedade civil que atendam ao procedimento definido e instaurado pelo órgão gestor responsável pelos serviços de educação, saúde ou assistência social, independentemente de chamamento, com vistas a reunir documentação mínima exigida em legislação para execução das atividades nas respectivas áreas.

Art. 21. Será considerado inexistente o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

I - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do artigo 12 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, observado o disposto no artigo 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 22. Nas hipóteses dos artigos 20 e 21 deste decreto, a ausência de realização de chamamento público será justificada pela autoridade máxima do órgão ou entidade da administração pública responsável pelo ajuste.

§1º Sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria prevista neste Decreto, o extrato da justificativa previsto no caput deverá ser publicado, na mesma data em que for efetivado, no sítio oficial da administração pública na internet e, eventualmente, a critério da autoridade máxima do órgão ou entidade da administração pública responsável pelo ajuste, também no meio oficial de publicidade da administração pública.

§2º Admite-se a impugnação à justificativa, apresentada no prazo de 5 dias a contar de sua publicação, cujo teor deve ser analisado pela autoridade máxima do órgão ou entidade da administração pública responsável pelo ajuste em até 5 dias da data do respectivo protocolo.

§3º Havendo fundamento na impugnação, será revogado o ato que declarou a dispensa ou considerou inexigível o chamamento público, e será imediatamente iniciado o procedimento para a realização do chamamento público, conforme o caso.

§4º A dispensa e a inexigibilidade de chamamento público, bem como o disposto no artigo 22, não afastam a aplicação dos demais dispositivos deste decreto.

SEÇÃO VII

DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

Art. 23. As propostas serão julgadas por uma comissão de seleção previamente designada, por ato específico, a ser composta por no mínimo 3 ocupantes de cargos efetivos no quadro permanente da administração pública.

§1º O chamamento público para seleção de parcerias executadas com recursos de fundos específicos, como o da criança e do adolescente, do idoso, entre outros, poderá ser realizada pelos respectivos conselhos gestores, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e deste decreto.

§2º Será impedida de participar da comissão de seleção pessoa que, nos últimos 5 anos, tenha mantido relação jurídica ou na qualidade de associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado com, ao menos, uma das entidades participantes do chamamento público.

§3º Configurado o impedimento previsto no § 2º, deverá ser imediatamente designado membro substituto a fim de viabilizar a realização ou continuidade do processo de seleção.

§4º A declaração de impedimento de membro da comissão de seleção não obsta a continuidade do processo de seleção e a celebração de parceria entre a organização da sociedade civil e a administração pública.

SEÇÃO VIII

DO PROCESSO DE SELEÇÃO

Art. 24. A adequação da proposta aos objetivos específicos do programa ou ação em que se insere o tipo de parceria será requisito para participação da organização da sociedade civil no chamamento.

§1º O grau de adequação da proposta aos objetivos específicos do programa ou da ação em que se insere o objeto da parceria e, quando for o caso, ao valor de referência constante do chamamento constitui critério obrigatório de julgamento.

§2º Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público.

DECRETO Nº 2.565, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017.

SEÇÃO VIII

DO PROCESSO DE SELEÇÃO

Art. 24. A adequação da proposta aos objetivos específicos do programa ou ação em que se insere o tipo de parceria será requisito para participação da organização da sociedade civil no chamamento.

§1º O grau de adequação da proposta aos objetivos específicos do programa ou da ação em que se insere o objeto da parceria e, quando for o caso, ao valor de referência constante do chamamento constitui critério obrigatório de julgamento.

§2º Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público.

§3º A homologação não gera direito para a organização da sociedade civil à celebração da parceria.

Art. 25. Somente depois de encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, a administração pública procederá à verificação dos documentos que comprovem o atendimento pela organização da sociedade civil selecionada dos requisitos previstos nos artigos 30 a 33 do presente decreto.

§1º Na hipótese de a organização da sociedade civil selecionada não atender aos requisitos exigidos nos artigos 30 a 33 deste decreto, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada e assim sucessivamente.

§2º Caso a organização da sociedade civil convidada nos termos do § 1º aceite celebrar a parceria, proceder-se-á à verificação dos documentos que comprovem o atendimento aos requisitos previstos nos artigos 30 a 33 do presente decreto.

§3º A homologação não gera direito para a organização da sociedade civil à celebração da parceria.

Art. 25. Somente depois de encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, a administração pública procederá à verificação dos documentos que comprovem o atendimento pela organização da sociedade civil selecionada dos requisitos previstos nos artigos 30 a 33 do presente decreto.

§1º Na hipótese de a organização da sociedade civil selecionada não atender aos requisitos exigidos nos artigos 30 a 33 deste decreto, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada e assim sucessivamente.

§2º Caso a organização da sociedade civil convidada nos termos do § 1º aceite celebrar a parceria, proceder-se-á à verificação dos documentos que comprovem o atendimento aos requisitos previstos nos artigos 30 a 33 do presente decreto.

SEÇÃO IX

DA DIVULGAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS

Art. 26. A administração pública homologará e divulgará o resultado do julgamento em página do sítio eletrônico oficial previsto no artigo 18 deste decreto.

Art. 27. A administração pública divulgará o resultado preliminar do processo de seleção no seu sítio eletrônico oficial.

Art. 28. As organizações da sociedade civil poderão apresentar recurso contra o resultado preliminar, no prazo de 5 dias, contado da publicação da decisão, à comissão que a proferiu.

§1º Os recursos que não forem reconsiderados pela comissão no prazo de 5 dias, contados do recebimento, deverão ser encaminhados à autoridade competente para decisão final.

§2º No caso de seleção realizada por conselho gestor de fundo, a competência para decisão final do recurso deverá observar regulamento próprio do conselho.

§3º Concluída a apreciação do recurso e proferida a decisão, considerar-se-á exaurida a esfera administrativa.

Art. 29. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, a administração pública deverá homologar e divulgar, no seu sítio eletrônico oficial, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

DOS REQUISITOS PARA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO E DO TERMO DE FOMENTO

DECRETO Nº 2.565, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017.

Art. 30. Para celebrar as parcerias previstas neste decreto, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente:

I - objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

II - que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos deste decreto e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

III - escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

IV - possuir:

a) no mínimo (03) três anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

b) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

c) instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

§1º Na celebração de acordos de cooperação, somente será exigido o requisito previsto no inciso I.

§2º Serão dispensadas do atendimento ao disposto nos incisos I e II as organizações religiosas.

§3º Para fins de atendimento do previsto na alínea "c" do inciso IV, não será necessária a demonstração de capacidade instalada prévia.

Art. 31. Para a celebração da parceria, a administração pública convocará a organização da sociedade civil selecionada para, no prazo de 15 dias, apresentar o seu plano de trabalho, que deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

I - descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

II - descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;

III - previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

IV - forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

V - definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

VI - os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso.

§1º A previsão de receitas e despesas de que trata o inciso III do caput deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, tais como cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público.

§2º Somente será aprovado o plano de trabalho que estiver de acordo com as informações já apresentadas na proposta, observados os termos e as condições constantes no edital.

§3º Para fins do disposto no § 2º, a administração pública poderá solicitar a realização de ajustes no plano de trabalho, observados os termos e as condições da proposta e do edital.

Art. 10. O acordo de cooperação poderá ser proposto pela administração pública ou pela organização da sociedade civil.

§1º O acordo de cooperação será firmado pela autoridade máxima da entidade ou órgão da administração pública.

§2º O acordo de cooperação poderá ser prorrogado de acordo com o interesse público, hipótese que prescinde de prévia análise jurídica.

§2º Somente será aprovado o plano de trabalho que estiver de acordo com as informações já apresentadas na proposta, observados os termos e as condições constantes no edital.

§3º Para fins do disposto no § 2º, a administração pública poderá solicitar a realização de ajustes no plano de trabalho, observados os termos e as condições da proposta e do edital.

DECRETO Nº 2.565, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017.

§4º O prazo para realização de ajustes no plano de trabalho será de 15 dias, contado da data de recebimento da solicitação apresentada à organização da sociedade civil na forma do § 3º.

§5º A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração da parceria.

Art. 32. Além da apresentação do plano de trabalho, a organização da sociedade civil selecionada, no prazo de que trata o caput do artigo 31 deste decreto, deverá apresentar os seguintes documentos:

I - cópia do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no artigo 30 do presente decreto;

II - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

III - comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, 1 ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:

a) instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;

b) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;

c) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela organização da sociedade civil ou a respeito dela;

d) currículos profissionais de integrantes da organização da sociedade civil, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;

e) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou

f) prêmios de relevância recebidos pela organização da sociedade civil.

IV - Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;

VI - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

VII - relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles;

VIII - cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;

IX - declaração do representante legal da organização da sociedade civil com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no artigo 38 do presente decreto, as quais deverão estar descritas no documento; e

X - declaração do representante legal da organização da sociedade civil sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria.

§1º A capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil independe da capacidade já instalada, admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria.

§2º Serão consideradas regulares, para fins de cumprimento do disposto dos incisos IV a VI do caput, as certidões positivas com efeito de negativas.

§3º As organizações da sociedade civil ficarão dispensadas de reapresentar as certidões de que tratam os incisos IV a VI do caput que estiverem vencidas no momento da análise, desde que estejam disponíveis eletronicamente.

§4º A organização da sociedade civil deverá comunicar alterações em seus atos societários e em seu quadro de dirigentes, quando houver.

Art. 33. Além dos documentos relacionados no artigo 32, a organização da sociedade civil, por meio de seu representante legal, deverá apresentar, no prazo de que trata o caput do artigo 31, declaração de que:

I - não há, em seu quadro de dirigentes:

b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

documentos apresentados nos termos dos artigos 32 e 33 ou quando as certidões referidas nos incisos IV a VI do caput do artigo 32 deste decreto estiverem com prazo de vigência expirado e novas certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, a organização da sociedade civil será notificada para, no prazo de 15 dias, regularizar a documentação, sob pena de não celebração da parceria.

Art. 35. A celebração e a formalização do termo de colaboração e do termo de fomento dependerão da adoção das seguintes providências pela administração pública:

I - realização de chamamento público, ressalvadas as hipóteses previstas neste decreto;

II - indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentária para execução da parceria;

III - demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;

IV - aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos deste decreto;

V - emissão de parecer do setor técnico competente da secretaria ou entidade, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;

b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria;

c) da viabilidade de sua execução referente à compatibilidade entre os valores apresentados no plano de trabalho e o valor de referência ou teto indicado no edital;

d) da verificação do cronograma de desembolso;

e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;

f) da designação do gestor da parceria e respectivo suplente;

g) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria;

VI - Emissão de parecer jurídico contendo a análise do respectivo termo e a rubrica na minuta aprovada;

§3º Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria, facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.

§4º Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, a autoridade competente deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades.

§5º Caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

§6º Será impedida de participar como gestor ou suplente da parceria ou como membro da comissão de monitoramento e avaliação pessoa que, nos últimos 5 anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, uma das organizações da sociedade civil participantes.

§7º Configurado o impedimento do § 4º desta cláusula, deverá ser designado gestor ou suplente que possua qualificação técnica equivalente à do substituído.

§8º Caso o parecer técnico ou o parecer jurídico de que tratam, respectivamente, os incisos V e VI do caput conclua pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverá o gestor sanar os aspectos ressalvados ou, mediante ato formal, exarado pela autoridade competente máxima do órgão ou entidade da administração pública, justificar a preservação desses aspectos ou sua exclusão.

DECRETO Nº 2.565, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017.

Art. 36. Será obrigatória a estipulação do destino a ser dado aos bens remanescentes da parceria.

Parágrafo único. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério da autoridade competente da administração pública, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto no respectivo termo e na legislação vigente.

Art. 37. O termo de fomento, o termo de colaboração e o acordo de cooperação somente produzirão efeitos jurídicos após a publicação dos respectivos extratos no meio oficial de publicidade do Município.

SEÇÃO II

DAS VEDAÇÕES

Art. 38. Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista neste decreto a organização da sociedade civil que:

I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada com a administração pública municipal;

III - que tenha em seu quadro de dirigentes qualquer das hipóteses previstas no inciso I, do artigo 33, deste decreto;

IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 anos, exceto se:

a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo.

V - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) impedimento de contratar com o Município;

b) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública;

c) a prevista no inciso II do artigo 55 deste decreto;

d) a prevista no inciso III do artigo 55 deste decreto.

VI - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas pelo Tribunal Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 anos;

VII - tenha entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

§1º Nas hipóteses deste artigo, é igualmente vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, garantido o contraditório, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do Prefeito Municipal no âmbito da administração direta ou do titular máximo da entidade da administração indireta, sob pena de responsabilidade solidária.

§2º Em quaisquer das hipóteses previstas no caput, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente.

§3º Os requisitos previstos nos incisos II a VII deste artigo deverão ser comprovados mediante declaração do dirigente da organização.

§4º Para os fins do disposto na alínea "a" do inciso IV e no § 2º, não serão considerados débitos que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a organização da sociedade civil estiver em situação regular no parcelamento.

§5º A vedação prevista no inciso III não se aplica à celebração de parcerias com entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas naquele inciso, sendo vedado que a mesma pessoa figure no termo de colaboração, no termo de fomento ou no acordo de cooperação simultaneamente

DECRETO Nº 2.565, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017.

VI - a forma de monitoramento e avaliação, com a indicação SEÇÃO II

§6º Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos

Art. 39. É vedada a celebração de parcerias previstas neste decreto que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado.

Capítulo III

DA FORMALIZAÇÃO E DA EXECUÇÃO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 40. As parcerias serão formalizadas mediante a celebração de termo de colaboração, de termo de fomento, ou de acordo de cooperação, conforme o caso, que terá como cláusulas essenciais:

I - a descrição do objeto pactuado;

II - as obrigações das partes;

III - quando for o caso, a dotação orçamentária da despesa;

IV - a contrapartida, quando for o caso, observado o disposto no § 3º do artigo 35 deste decreto;

V - a vigência e as hipóteses de prorrogação;

VI - a obrigação de prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos;

VI - a forma de monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados na atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico nos termos previstos no § 1º do artigo 51 deste decreto;

VIII - a obrigatoriedade de restituição de recursos, nos casos previstos neste decreto;

IX - a definição, se for o caso, da titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública;

X - a prerrogativa atribuída à administração pública para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade;

XI - quando for o caso, a obrigação de a organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica, observado o disposto no artigo 48 deste decreto;

XII - o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

XIII - a faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 dias;

XIV - a indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública;

XV - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

XVI - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

Parágrafo único. Constará como anexo do termo de colaboração, do termo de fomento ou do acordo de cooperação o plano de trabalho, que deles será parte integrante e indissociável.

DECRETO Nº 2.565, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017.

Art. 41. As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas nos termos deste decreto, sendo vedado:

I - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 42. Poderão ser pagas, entre outras despesas, com recursos vinculados à parceria:

I - remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

II - diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

III - custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;

IV - aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

§1º A inadimplência da administração pública não transfere à organização da sociedade civil a responsabilidade pelo pagamento de obrigações vinculadas à parceria com recursos próprios.

§2º A inadimplência da organização da sociedade civil em decorrência de atrasos na liberação de repasses relacionados à parceria não poderá acarretar restrições à liberação de parcelas subseqüentes.

§3º O pagamento de remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.

SEÇÃO III

DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 43. É responsabilidade do gestor atestar a possibilidade da liberação das parcelas dos recursos transferidos em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, exceto nos casos a seguir, garantido o contraditório, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento;

III - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

SEÇÃO IV

DA MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO

FINANCEIRA DOS RECURSOS

Art. 46. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública.

Parágrafo único. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Art. 47. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente.

Art. 48. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

Parágrafo único. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

DECRETO Nº 2.565, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017.

SEÇÃO V

DAS ALTERAÇÕES

Art. 49. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 dias antes do término de sua vigência.

Parágrafo único. A prorrogação de ofício da vigência do termo de colaboração ou de fomento deve ser feita pela administração pública, antes do seu término, quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos, limitado ao exato período do atraso verificado.

Art. 50. O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostilamento, conforme o caso, ao plano de trabalho original.

SEÇÃO VI

DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 51. A administração pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria.

Parágrafo único. Nas parcerias com vigência superior a 1 ano, a administração pública realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

Art. 52. O gestor de cada termo emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria celebrada mediante termo de colaboração ou termo de fomento e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

§1º O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;

V - análise das eventuais auditorias realizadas pelo controle interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

§2º No caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores, respeitadas as exigências deste decreto.

Art. 53. Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas das áreas correspondentes.

Parágrafo único. As parcerias de que trata este decreto estarão também sujeitas aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

SEÇÃO VII

DO GESTOR

Art. 54. São obrigações do gestor:

I - acompanhar, monitorar e fiscalizar a execução da parceria;

II - informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III - emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o artigo 52 deste decreto;

DECRETO Nº 2.565, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017.

IV - indicar a necessidade de disponibilização de materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;

V - agir de forma precipuamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, tendo as atribuições e responsabilidades definidas neste decreto, sem prejuízo de outras estabelecidas em normas específicas.

Parágrafo único. Todas as parcerias devem ser precedidas de indicação do gestor e de seu suplente, com suas respectivas matrículas, pela autoridade competente da administração pública, mediante ciência expressa.

Capítulo V

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS A ENTIDADE

Art. 55. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas deste Decreto e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

§1º As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência dos Secretários Municipais ou do titular máximo nas entidades da administração indireta, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 anos de aplicação da penalidade.

§2º Prescreve em 5 anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

§3º A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

Capítulo V

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 56. A prestação de contas das parcerias deverá obedecer às regras estabelecidas em normas específicas da administração pública.

Art. 57. Nas parcerias cuja duração exceda um ano, é obrigatória a prestação de contas de acordo com as regras estabelecidas em normas específicas da administração pública.

Art. 58. A administração pública deverá viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos referentes às parcerias celebradas nos termos deste Decreto.

Art. 59. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 60. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial os Decretos nº 344, de 1º de setembro de 2005, e a Instrução Normativa nº SCV – 01/2007.

São Francisco do Sul – SC, 15 de fevereiro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal de Administração,

Finanças e Gestão de Pessoas

DIVERSOS

EXTRATO CONTRATUAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE SAO FRANCISCO DO SUL

-Contrato Nº.: 02/2017

Contratante...: SAMAE DE SAO FRANCISCO DO SUL

Contratada.....: ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S.A.

Processo Administrativo: 02/2017

Assinatura 15/02/2017

Objeto: O presente contrato tem por objeto a execução dos serviços de conectividade com a Internet IP dedicado com velocidade de 04Mbps (via fibra óptica), durante o período de 12 (doze) meses, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) e proposta da empresa, partes integrantes deste contrato.

HILTON RODRIGO SCHETZ
Diretor Presidente SAMAE

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE SAO FRANCISCO DO SUL

Processo Administrativo Nº. 002/2017
CONTRATANTE: SAMAE DE SAO FRANCISCO DO SUL
CONTRATADA: ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S.A.
VALOR ESTIMADO: R\$ 7.999,92
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONECTIVIDADE COM A INTERNET IP DEDICADO COM VELOCIDADE DE 04MBPS, DURANTE O PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA O SAMAE.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II da Lei 8666/93
JUSTIFICATIVA: A contratação foi feita por dispensa de licitação em razão do valor.

RAZAO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR: A empresa supracitada foi escolhida para a execução dos serviços, pois dentre os orçamentos fornecidos pelos concorrentes o desta foi o de menor preço.

DESPACHO FINAL: de acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e levando em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com Art. 24, inciso II da Lei 8666/93.
RATIFICAÇÃO em 15 de fevereiro de 2017.

HILTON RODRIGO SCHETZ
Diretor Presidente SAMAE

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE SAO FRANCISCO DO SUL

Processo Administrativo Nº. 001/2017
CONTRATANTE: SAMAE DE SAO FRANCISCO DO SUL
CONTRATADA: PORTO SEGUROS CIA DE SEGUROS GERAIS
VALOR ESTIMADO: R\$ 3.487,42

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA A FROTA do SAMAE, com FRANQUIA REDUZIDA, independentemente de transcrição, juntamente com a proposta da contratada, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste contrato, conforme a descrição do objeto constantes do Anexo I do presente contrato.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II da Lei 8666/93
JUSTIFICATIVA: A contratação foi feita por dispensa de licitação em razão do valor.

RAZAO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR: A empresa supracitada foi escolhida para a execução dos serviços, pois dentre os orçamentos fornecidos pelos concorrentes o desta foi o de menor preço.

DESPACHO FINAL: de acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e levando em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com Art. 24, inciso II da Lei 8666/93.
RATIFICAÇÃO em 31 de janeiro de 2017.

HILTON RODRIGO SCHETZ
Diretor Presidente SAMAE